



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MODALIDADE
PROFISSIONAL (PPGEMP)**

CARINA MAIA DE CASTRO MUNDIM

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Brasília – DF
2023**

CARINA MAIA DE CASTRO MUNDIM

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional – PPGE-MP da Universidade de Brasília – UnB, vinculado à linha de pesquisa Políticas públicas e gestão da educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Maffini Griboski

**Brasília – DF
2023**

CARINA MAIA DE CASTRO MUNDIM

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional – PPGE-MP da Universidade de Brasília – UnB, vinculado à linha de pesquisa Políticas públicas e gestão da educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Maffini Griboski

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Dra. Claudia Maffini Griboski
Orientadora – Universidade de Brasília (UnB)

Professora Dra. Liliane Campos Machado
Examinadora – Universidade de Brasília (UnB)

Professora Dra. Denise de Oliveira Alves
Examinadora externa – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Professor Dr. Ricardo Ruviano
Examinador suplente – Universidade de Brasília (UnB)

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, Adriano Mundim e aos meus filhos Lucas Castro e Júlia Castro, pela paciência, pelo apoio, por acreditarem e confiarem nesta minha jornada.

Aos meus pais Rubens Castro e Elvira Maia por priorizarem os meus estudos, pelas oportunidades e por sempre apoiarem as minhas escolhas e decisões.

Aos meus avós Genelci Maia (in memoriam) e Sebastiana Maia, que tanto se dedicaram a mim e a minha família e oportunizaram tantas vezes minha continuidade nos estudos.

À minha orientadora Claudia Maffini Griboski pela compressão, pelo cuidado nas leituras e nas orientações, por compartilhar comigo conhecimentos e experiências e pela dedicação a mim e ao meu trabalho.

À professora Regina Pina pelo incentivo, inspiração e companhia ao longo de todo o caminho.

Aos professores Lucas Moreira e Carla Koike pelo compartilhamento de ideias, documentos, experiências e vivências.

Ao meu chefe Ricardo Ruviaro pela paciência, pelos conselhos, pela compreensão e apoio e por ter aceitado participar da banca e compartilhar comigo seu conhecimento.

Aos professores Emília Biato, Denise Alves e Rui Seimetz por aceitarem participar da minha banca de qualificação e pela contribuição na escrita desta dissertação.

Às professoras Liliane Machado e Denise Alves pelo aceite em participar da banca de defesa da dissertação.

Aos professores e estudantes que se disponibilizaram em participar da pesquisa e dividir comigo suas experiências.

Aos colegas de trabalho que acompanharam minhas alegrias, angústias e deram aquela força antes, durante e depois da minha licença, em especial aos amigos Osvaldo Correa pelas dicas e contribuições ao meu produto técnico e Franceline Silveria que me amparou quando precisei e torceu por mim em todos os momentos.

Aos amigos e familiares por compreenderem os momentos de ausência e ao mesmo tempo me incentivarem e confiarem em mim, em especial a minha irmã Vanessa Maia, que sempre esteve ao meu lado, mesmo que distante fisicamente.

Aos colegas de mestrado, pelas dicas, trocas de materiais, conversas e desabafos, em especial à Ana Luiza que trilhou junto comigo essa jornada.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desse trabalho.

RESUMO

A extensão universitária é uma das funções desempenhadas pela universidade que, em articulação com o ensino e a pesquisa, tem o papel de dialogar com a sociedade, responder às demandas e expectativas, reconhecer a diversidade, valores e cultura. Na Universidade de Brasília o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão está presente na forma que a universidade organiza seus processos pedagógicos, no desenvolvimento das atividades didático-científicas e na diretriz orientadora da ação extensionista. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes a partir do conhecimento das concepções dos atores envolvidos e das práticas desenvolvidas nos projetos de extensão dos departamentos de Ciência da Computação, Estatística e Matemática do Instituto de Ciências Exatas. Nesse trabalho, realizou-se uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico e documental e de entrevistas semiestruturadas com professores, estudantes e comunidade externa envolvidos nos projetos de extensão do Instituto pesquisado. Os dados coletados a partir das entrevistas foram lidos e interpretados a partir de três categorias de análise: concepção de extensão universitária, função da extensão universitária e inserção da extensão no currículo do curso. Verificou-se que as concepções de extensão dos participantes se aproximam de uma concepção acadêmica, coerente com as concepções e significados postulados no Projeto Político Pedagógico Institucional, uma vez que as ações são orientadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promoção de eventos e repasse de tecnologias e na relação dialógica com vistas a oxigenação da universidade e transformação da sociedade. Enquanto associada à função do ensino, a extensão vem demonstrando acrescentar qualidade na formação acadêmica, sendo possível proporcionar uma aprendizagem mais criativa e inovadora, para que ao final do processo formativo, o indivíduo seja capaz de atuar de forma crítica na sociedade.

Palavras-chave: Educação Superior; Concepções e práticas de extensão universitária; Política de extensão universitária; Curricularização da extensão universitária.

ABSTRACT

University extension is one of the functions performed by the university, which, in conjunction with teaching and research, has the role of dialoguing with society, responding to demands and expectations, recognizing diversity, values and culture. At the University of Brasilia, the principle of inseparability between teaching, research and extension is present in the way the university organizes its pedagogical processes, in the development of didactic-scientific activities and in the guiding directive of the extensionist action. In this sense, the present study has the general objective of analyzing the contribution of extension services to students' education based on knowledge of the concepts of the actors involved and the practices developed in extension projects of the Computer Science, Statistics and Mathematics departments of the Exact Sciences Institute. In this work, an exploratory research was carried out, with a qualitative approach, based on a bibliographical and documentary survey and semi-structured interviews with professors, students and the external community involved in the extension projects of the Institute researched. The data collected from the interviews were read and interpreted through content analysis and from three categories of analysis: conception of university extension, function of university extension and insertion of extension in the course curriculum. It was found that the participants' conceptions of extension approach an academic conception, coherent with the conceptions and meanings postulated in the Institutional Pedagogical Political Project, since the actions are guided by the inseparability between teaching, research and extension, in the promotion of events and transfer of technologies and in the dialogical relationship with a view to oxygenating the university and transforming society. While associated with the function of teaching, extension has been demonstrating to add quality to academic training, making it possible to provide more creative and innovative learning, so that at the end of the training process, the individual is able to act critically in society.

Keywords: Higher Education; Conceptions and practices of university extension; University extension policy; Curricularization of university extension.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos Seleccionados	15
Quadro 2 – Quadro de Coerência	42
Quadro 3 – Sujeitos da pesquisa.....	45
Quadro 4 – Dimensões da entrevista	46
Quadro 5 – Concepções apresentadas no referencial teórico	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CA	Campus Avançado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	Câmara de Educação Superior
CEX	Câmara de Extensão
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
COVID	Corona Virus Disease
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DEX	Decanato de Extensão
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
ICC	Instituto Central de Ciências
IE	Instituto de Ciências Exatas
IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
INEP	Instituto Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEMAT	Laboratório de Ensino de Matemática
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
ProExt	Programa de Extensão Universitária
RAI	Relatório de Autoavaliação Institucional
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	15
1.1 Pesquisa bibliográfica.....	15
1.2 Considerações sobre os estudos relacionados à Extensão Universitária	22
CAPÍTULO 2 – BASES LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	26
2.1 A Educação Superior e a Extensão Universitária	29
2.2 A Extensão na Universidade de Brasília – UnB	33
CAPÍTULO 3 – CAMINHO METODOLÓGICO	40
3.1 Procedimentos para a produção das informações empíricas	40
3.2 Os sujeitos da pesquisa	43
3.3 Procedimentos de análise das informações empíricas	46
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS	49
4.1 Análise documental	49
4.2 Projetos de extensão analisados.....	57
4.2.1 Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina!	58
4.2.2 Nivelamento em Estatística Matemática	59
4.2.3 Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)	61
4.3 Concepções de extensão universitária	62
4.3.1 Concepções de Coordenadores de projetos de extensão	63
4.3.2 Concepções de Estudantes de graduação participantes dos projetos de extensão ...	68
4.3.3 Concepções de Professores da Educação Básica participantes dos projetos de extensão	72
4.4 Função da extensão universitária.....	76
4.5 Inserção da extensão no currículo do curso.....	81
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO	86
CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	98
APENDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	104
APENDICE 2 – E-MAIL ENVIADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: COORDENADOR(A) DE PROJETO DE EXTENSÃO	105
APENDICE 3 – E-MAIL ENVIADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO PARTICIPANTE DO PROJETO DE EXTENSÃO	106
APENDICE 4 – E-MAIL ENVIADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: COMUNIDADE EXTERNA ENVOLVIDA EM PROJETO DE EXTENSÃO	107
APENDICE 5 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: COORDENADOR(A) DE PROJETO DE EXTENSÃO	108

APENDICE 6 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO PARTICIPANTE DE PROJETO DE EXTENSÃO.....	109
APENDICE 7 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: COMUNIDADE EXTERNA ENVOLVIDA EM PROJETO DE EXTENSÃO.....	110

INTRODUÇÃO

A extensão, um dos pilares da Educação Superior Brasileira, é definida pela Resolução CNE/CES 7/2018 como a atividade que se integra à matriz curricular dos cursos de graduação e à organização da pesquisa. Constitui-se como um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as Instituições de Educação Superior (IES) e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. A Resolução citada, que regulamenta a extensão, preconiza ainda a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (BRASIL, 2018).

Junto com o ensino e a pesquisa, a extensão universitária é uma das funções desempenhadas pela universidade, e tem o papel de dialogar com a sociedade, responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a diversidade da sociedade, seus valores e cultura. Tem como tarefa a construção da relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais (PAULA, 2013).

A extensão universitária pode assumir diferentes concepções, conceitos e significados, dependendo do momento histórico, político e social e dos atores envolvidos. De acordo com Sousa (2000) o conceito de extensão está em permanente construção, refletindo e influenciando as condições sociais, econômicas e políticas da sociedade. As divergências nas conceituações e concepções da extensão refletem ainda a própria história da Educação no Brasil, em particular a história da Educação Superior, de forma que as concepções de extensão neste contexto, assumem diferentes eixos norteadores em cada momento histórico, assumidos pelos diferentes interlocutores.

Sousa (2000) aponta quatro eixos norteadores na história da extensão universitária no Brasil. Num primeiro eixo norteador é observado uma tentativa de transferência de modelos norte americanos e europeus, sendo aplicados de uma forma não-crítica e aculturada, o que a autora chama de “transnacionalização do saber” e que tem sido uma forma alienada da prática extensionista. O segundo eixo é identificado a partir do Movimento Estudantil no qual a extensão foi vista como “uma prática político-cultural ideológica”, tendo promoções culturais e artísticas como instrumental, mas que na prática alcançavam especificamente os próprios

estudantes universitários. Já no terceiro eixo a extensão universitária é vista como uma prestação de serviços de assistência às comunidades carentes, sendo utilizada prioritariamente pelo Estado durante a ditadura militar, assumindo uma face iminente assistencialista. O quarto eixo, desenvolvido nas próprias IES, volta a prestação de serviços para a venda desses serviços, a partir da criação de parcerias externas às universidades (SOUSA, 2000).

Sendo assim, a extensão universitária assume essas diferentes concepções e perspectivas ao longo do tempo podendo apresentar um caráter assistencialista, baseado na prestação de serviços sob a forma de responsabilidade social; mercantilista, buscando atender demandas do mercado; ou uma concepção acadêmica, que de acordo com Jezine (2004) assume uma relação dialógica entre universidade e sociedade.

Já para Silva (2001), a extensão passa de uma concepção tradicional (ou funcionalista), assumindo o papel do Estado de executar políticas sociais, para uma concepção processual, baseada na institucionalização da extensão na estrutura das universidades e na articulação da extensão com o ensino e a pesquisa e deve seguir para uma concepção crítica, integrada no currículo, passando a fazer parte das funções de ensino e pesquisa.

Na Universidade de Brasília a extensão apresenta como princípio fundamental a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática. Entende-se que a extensão deve se desenvolver como uma troca de saberes, como uma relação dialógica, que possibilita o empoderamento mútuo da sociedade e da universidade. Dessa forma, na extensão, integram-se processos educativos, culturais e científicos que articulam ensino e pesquisa e viabilizam a relação da universidade com as demandas sociais, locais, regionais e nacionais (UnB, 2018). Assim, a UnB deverá estabelecer diálogo com outras formas de leitura da realidade, sem se distanciar de sua especificidade de produtora de discurso científico, em busca de saberes espontâneos e de soluções para os problemas fundamentais da existência dos seres humanos (UnB, 2018).

O interesse na extensão universitária como objeto de estudo surgiu em 2019, quando tomei posse no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais na UnB e fui lotada no Instituto de Ciências Exatas (IE), onde passei a ter como principal atribuição auxiliar a Coordenação de Extensão no planejamento, acompanhamento e execução de programas, projetos e ações de extensão da unidade. Tal vivência me permitiu perceber as dificuldades e anseios de professores, alunos e técnicos administrativos envolvidos nesses projetos e ações de extensão. Pude observar, ainda, as dificuldades em se conceber quais as atividades de fato podem ser consideradas ações de extensão, em como elas se constroem, na prática, em articulação com o

ensino e a pesquisa, na avaliação dessas ações e em como elas podem se desenvolver de forma contínua e contribuir com a formação dos estudantes e com o desenvolvimento da comunidade ao seu redor.

O entendimento sobre o papel da extensão na política educacional é construído a partir do contexto social e político e da ação dos sujeitos envolvidos. Assim, para que se possa analisar o significado da extensão na UnB, faz-se necessário conhecer as concepções e práticas existentes, além do cenário da extensão na UnB.

Propõe-se, desta forma, a seguinte questão para reflexão: As concepções dos atores envolvidos na prática extensionista da UnB são coerentes com as concepções e significados postulados no PPPI – UnB e são capazes de contribuir para a qualidade da formação dos estudantes?

Nesse sentido, para aprofundar a questão, este estudo analisou a representação da extensão no Instituto de Ciências Exatas (IE) da UnB, a partir de três projetos de extensão em execução no Instituto, um de cada departamento do IE: Ciência da Computação, Estatística e Matemática. Realizou-se uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico e documental e de entrevistas semiestruturadas com professores, estudantes e comunidade externa envolvidos nos projetos de extensão do Instituto.

Considerando que as concepções e os significados podem ser diversos, conforme a experiência e vivência de cada um dos atores envolvidos, buscou-se identificar se os projetos e ações de extensão que se desenvolvem no IE estão, na prática, de acordo com o que está proposto no PPPI/UnB e PDI/UnB. Dessa forma, essa pesquisa teve como objetivo geral analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes a partir das concepções dos atores envolvidos e práticas desenvolvidas nos projetos de extensão do IE/UnB. Já como objetivos específicos buscou-se:

- Identificar as concepções e significados presentes nas práticas extensionistas dos atores envolvidos nos projetos de extensão do IE/UnB;
- Analisar a relação dos projetos de extensão do IE/UnB com o Projeto Político Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB;
- Propor a criação de guia virtual e interativo que contribua para institucionalização das ações de extensão e para o processo de curricularização da extensão.

Na análise documental realizou-se um levantamento dos documentos institucionais da UnB e do Instituto de Ciências Exatas para identificar concepções, significados e políticas de extensão existentes. Por meio de entrevistas com os atores envolvidos nas ações de extensão, investigou-se as concepções e significados presentes nas práticas extensionistas do IE e as

contribuições para a formação dos estudantes. Os documentos institucionais foram, então, analisados à luz da percepção dos atores envolvidos nos projetos de extensão do IE, buscando-se aproximações entre as atividades realizadas.

Como produto técnico apresenta-se a elaboração de um guia virtual com orientações acerca da extensão universitária na UnB e com um roteiro de formalização das ações de extensão na UnB via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Espera-se que este guia possa servir de base para auxiliar na institucionalização de ações de extensão e no processo de curricularização da extensão do Instituto de Ciências Exatas e de modo geral da Universidade de Brasília.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: na introdução apresenta-se o contexto da extensão universitária no Brasil, além das motivações da autora e objetivos traçados para esta pesquisa. O primeiro capítulo traz uma revisão bibliográfica de estudos recentes acerca da extensão universitária, além de conceitos e reflexões de autores consagrados nos estudos da extensão no Brasil. O segundo capítulo apresenta as bases legais e institucionais da extensão universitária no Brasil e na Universidade de Brasília, trazendo uma contextualização histórica da educação superior no Brasil e do surgimento da UnB. Já no terceiro capítulo apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa, que se utiliza de levantamento bibliográfico e documental e de entrevistas semiestruturadas para a produção e análise das informações a partir de uma abordagem qualitativa. No quarto capítulo analisam-se os resultados encontrados durante a execução da pesquisa e faz uma conexão dos achados com a bibliografia analisada. O quinto capítulo apresenta o produto técnico que visa contribuir para a institucionalização de ações de extensão e no processo de curricularização da extensão do Instituto de Ciências Exatas e de modo geral da Universidade de Brasília e por último, apresentam-se as considerações finais do presente estudo.

CAPÍTULO 1 – A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O Estado do conhecimento possibilita ao pesquisador conhecer e refletir acerca da produção científica de seu objeto de estudo. Por meio da identificação, registro e categorização é possível refletir sobre a pesquisa científica que vem sendo produzida em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre um tema específico (MOROSINI; FERNANDES, 2014).

Buscou-se a partir da pesquisa e análise de estudos recentes, compreender como a extensão universitária vem se desenvolvendo como objeto de estudo em pesquisas científicas e perceber quais são as principais temáticas, conceitos e métodos de estudos que envolvem a extensão universitária nesses estudos, trazendo com enfoque as suas concepções e práticas.

1.1 Pesquisa bibliográfica

Com o intuito de buscar estudos que tratam das concepções e práticas de extensão universitária, foi feita uma pesquisa bibliográfica no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir da utilização dos descritores “concepções”, “práticas” e “extensão universitária”.

Optou-se por delimitar a pesquisa a partir do recorte temporal dos últimos 5 (cinco) anos, buscando encontrar uma discussão mais recente. Por meio desta busca, foram encontrados 62 trabalhos acadêmicos. Após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados 15 (quinze) trabalhos para leitura completa, excluindo aqueles que não se relacionavam com os objetivos propostos nessa pesquisa.

Todos os trabalhos selecionados são artigos publicados em revistas científicas e são apresentados a seguir, em forma de quadro, classificados por ordem cronológica de publicação.

Quadro 1 – Trabalhos Selecionados

Autoria	Título	Revista e local de publicação	Palavras-chave	Data de Publicação
INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de.	O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC	Revista Sociedade e Estado, Brasília, DF	extensão universitária; campo científico; ProExt/MEC; salvacionismo	jan./2018

Autoria	Título	Revista e local de publicação	Palavras-chave	Data de Publicação
WOCIECHOSKI, Darlan Pez; CALDAS, Nádia Velleda; RODRIGUES, Marcio Silva.	A extensão na concepção dos docentes da área rural da UFPEL: contribuições de uma análise	Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, PR	concepção; docente; extensão universitária; crítica; epistemologia	abr./2018
BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely.	A gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior	Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação, Araraquara, SP	extensão universitária; ensino superior; reforma educacional	jul./2018
WIEZZEL, Andreia Cristiane Silva.	Contribuições de projeto de extensão à formação inicial em curso de Pedagogia em universidade pública	Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, RS	formação de professores; projeto de extensão; universidade pública	ago./2018
SERRANO, Rossana Maria Souto Maior et al.	A extensão universitária brasileira: olhares sobre sua história.	Saúde Redes, Porto Alegre, RS	Universidade; extensão universitária; educação popular	jan./2019
CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan	Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária	Educação & Realidade, Porto Alegre, RS	extensão universitária; metodologia; universidade; universidade e sociedade	fev./2020
SANTOS, Lorene dos; BONIFÁCIO, Juliana;	Perspectivas da extensão universitária na formação de professores: contextualização histórico-social	Revista Devir Educação, Lavras, MG	formação de professores; extensão universitária; contextualização histórico-cultural	jun./2020
CUNHA, Ana Luiza Salgado; MONTRONE, Aida Victoria Garcia; COSTA, Glauber Barros Alves.	(Des)encontros da extensão universitária com a educação popular na Universidade Federal de São Carlos	Revista Eletrônica De Educação, São Carlos, SP	processos educativos; extensão universitária; educação popular	set/2020
SOARES de Araújo, Renan, ARAÚJO, Renan Soares de; MÉLO, Celâny Teixeira de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et. al.	Extensão popular: marcos históricos	Revista Temas em Educação, João Pessoa, PB	extensão universitária; educação popular; brasil	jan./2021

Autoria	Título	Revista e local de publicação	Palavras-chave	Data de Publicação
OLIVEIRA SÁ de, Ingrid Soraya et al.	Desafios na execução de projetos de extensão universitária e responsabilidade social em contexto de pandemia: percepção de gestores docentes	Revista de psicologia, Jaboatão dos Guararapes, PE	extensão universitária; responsabilidade social; pandemia, percepção docente	mai./2021
CRUZ, Pedro José Santos Carneiro et al.	Extensão popular: bases teórico-metodológicas	Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, RS	extensão popular; educação popular; trabalho social universitário; pensamento descolonial	mai./2021
DINIZ, Leopoldina Francimar Amorim Coelho; SOUSA Geida Maria Cavalcanti de; Dennis Marinho Oliveira Ramalho de SOUZA	As instituições de ensino superior e seus interlocutores quanto à percepção nas ações extensionistas	Revista De Educação Popular, Uberlândia, MG	extensão universitária; instrumento de pesquisa; avaliação da extensão; revisão sistemática	jun./2021
OLIVEIRA, Renata Evangelista de et al.	A interdisciplinaridade na prática acadêmica universitária: conquistas e desafios a partir de um projeto de pesquisa-ação	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campina, SP	sistemas socioecológicos; resiliência; transdisciplinaridade; processos dialógicos; ensino superior; agricultura familiar	jul./2021
STEIGLEDER, Luciane Iwanczuk; ZUCCHETTI, Dinora Tereza	Implantação da curricularização da extensão em universidades comunitárias: das concepções às práticas	Vivências, Erechim, RS	extensão universitária; integração; currículo	out./2021
ARAÚJO, Renan Soares de	Diferentes expressões da prática extensionista orientada pelo referencial da concepção freiriana de educação popular	Revista de Educação Popular, Uberlândia, MG	extensão universitária; educação popular; Paulo Freire; extensão popular; conversidade	jan./2022

Fonte: elaboração da autora, 2022.

No primeiro artigo analisado, Incrocci e Andrade (2018) analisam o fortalecimento da extensão universitária no campo científico utilizando o Edital do Programa de Extensão

Universitária (ProExt) entre os anos de 2009 e 2016. De acordo com o artigo, a universidade tem um papel de construção de um projeto político elitista e atua como instrumento de manutenção e consolidação do indivíduo na estrutura social. Os autores reconhecem a urgência em dar acesso à universidade aos não pertencentes à classe dominante promovendo a quebra desta estrutura social, sendo este o papel da extensão, em consonância com o ensino e a pesquisa. Partindo da teoria de Pierre Bourdieu, Renato Dagnino e Luciana Maria Cerqueira Castro, o trabalho conclui que apesar dos indicativos de fortalecimento da extensão no campo científico e de um crescente aumento de investimento no financiamento das atividades de extensão, estes são distribuídos de forma desigual, pois há a predominância de direcionamento deste recurso a universidades públicas e da região sudeste do país, contrariando as intenções teóricas da extensão universitária que buscam ter a comunidade atuando ativamente na produção de conhecimento e desenvolvimento científico.

Wociechoski, Caldas e Rodrigues (2018) analisam concepções de extensão dos professores da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) ligados à área rural a partir de categorias de concepções de extensão descritas por Silva (2001): concepção tradicional (funcional); concepção processual e concepção crítica. É feita uma análise dos objetivos dos projetos de extensão vigentes e realização de entrevista semiestruturada com 11 docentes selecionados. O estudo busca relacionar o entendimento do professor com as categorias de concepções da extensão, com os objetivos propostos em cada projeto e com as práticas de suas atividades. Os autores concluem que há na UFPEL a predominância da concepção processual, alguns resquícios da concepção tradicional e algumas práticas que apontam para o caminho da consolidação da concepção crítica, que aproxima a atuação da universidade na realidade regional dentro de uma lógica emancipadora.

Batista e Kerbaui (2018) apresentam a evolução do pensamento sobre a extensão universitária e das políticas ligadas a ela ao longo da sua formação a partir do desenvolvimento da Educação Superior no Brasil. No início é apresentada a contextualização histórica do surgimento das universidades na América do Sul e no Brasil, demonstrando o caráter exclusivo e restrito das universidades e da própria extensão nesse período embrionário. Segundo as autoras, a extensão no seu surgimento era limitada ao público interno das universidades, não sendo capaz de atingir a comunidade, uma vez que na maioria dos casos era necessário um conhecimento prévio de quem frequentava ou havia já frequentado a Educação Superior para o acompanhamento das ações. Por fim, é salientada a importância dos movimentos sociais para institucionalização e realização para as ações de extensão, com destaque para os movimentos

estudantis que atuavam na interação entre comunidade e universidade, tornando-se fundamentais para institucionalizar a extensão.

Wiezzel (2018) apresenta reflexões em torno da concepção, da execução e da avaliação de um projeto de extensão universitária desenvolvido no âmbito do programa Núcleos de Ensino da Universidade Estadual Paulista (Unesp), no período de 2009 a 2016. De início, é apresentado o programa Núcleos de Ensino da Unesp, que criado na década de 1990, tinha como objetivo melhorar o sistema público de ensino por meio da articulação de ações entre escola e universidade. O programa faz uma ponte direta entre a atuação dos professores na educação básica e os cursos de formação de professores na educação superior (licenciaturas), pois a partir dessa articulação é possível verificar as necessidades e realidades da docência na prática e aplicá-las na formação inicial e continuada desses professores. Entre os projetos vinculados ao programa, foi selecionado como objeto de estudo o projeto de extensão “Crianças Tímidas e Agressivas na Escola: investigação e intervenção por meio do lúdico” cujo objetivo geral consistia em investigar e realizar intervenção com crianças que, do ponto de vista dos professores, apresentassem dificuldades de relacionamento na escola. A autora conclui que o projeto analisado teve seus objetivos alcançados, aponta que há um vínculo estreito entre extensão, ensino e pesquisa e pontua o potencial dos projetos de extensão para a formação universitária, além da relevância da troca de experiências e debates temáticos.

Serrano *et al* (2019) analisam os tensionamentos enfrentados pelas Universidades brasileiras, principalmente as públicas, a partir da contextualização histórica de sua origem a luz do conceito de extensão universitária e do pensamento de Boaventura de Sousa Santos sobre a Universidade. De início é apresentada uma contextualização histórica da universidade desde o seu surgimento na idade média articulando os tensionamentos entre os movimentos que marcaram essa trajetória, com destaque para o movimento de Córdoba de 1918, que virou referência para todos os movimentos estudantis da América Latina; a Reforma Universitária de 1930 que normatiza a extensão universitária; o papel de Paulo Freire na contribuição de um novo pensamento e modelo de prática extensionista; e os marcos legais que vieram a institucionalizar e trazer novos conceitos e significados para a extensão universitária. Na conclusão, o artigo reforça a importância da extensão como locus de produção de conhecimento que se faz na relação entre universidade e sociedade e o desafio da extensão popular numa formação mais cidadã e humanizada.

Cristofolletti e Serafim (2020), por sua vez, apresentam uma proposta metodológica para o estudo e pesquisa da extensão universitária. Os autores partem de uma revisão de literatura extensionista e buscam identificar as concepções e práticas de extensão nas

universidades para elaborar um conjunto de dimensões metodológicas capazes de oferecer subsídios aos pesquisadores que têm a extensão universitária como objeto de estudo. Os autores apresentam nove dimensões metodológicas e analíticas referentes aos atores envolvidos, aos processos de institucionalização, motivações da extensão, aos processos de construção de conhecimento, impactos na comunidade, legitimação e debates acerca do compromisso social da universidade pública.

Santos e Bonifácio (2020) apresentam discussões sobre a dimensão do fazer extensionista nas práticas acadêmicas no âmbito de formação de professores a partir de análise histórico-social da extensão universitária, enfatizando os marcos legais e os referenciais teóricos que auxiliam na compreensão das diferentes concepções de extensão presentes nas universidades. As autoras reconhecem a importância de uma formação docente contextualizada com a realidade que pode ser viabilizada por meio de experiências de ações de extensão universitária focada numa perspectiva processual e contínua que fomente o preceito constitucional da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

O artigo de Cunha, Montrone e Costa (2020) descreve experiências extensionistas e seus (des)encontros com a Educação Popular na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob a ótica de coordenadoras(es) de projetos extensionistas. A partir de categorias estabelecidas por meio das falas dos coordenadores, os autores entendem que a extensão trabalhando de forma indissociável, com o ensino e a pesquisa podem fomentar experiências críticas e criar conhecimentos emancipadores em busca da transformação social. Os autores destacaram o impacto da extensão na trajetória dos envolvidos e o sentimento de pertencimento que impactaram na carreira dos entrevistados. Foi destacado ainda, a extensão como prática social capaz de criar processos educativos que valorizam os saberes e as realidades do povo, além da experiência que a universidade pode promover por meio de espaços formativos aproximando a extensão da Educação Popular.

Araújo, Melo e Cruz (2021) apresentam uma reconstituição histórica da constituição da Extensão em Educação Popular no Brasil entre as décadas de 1960 e 2010, orientada para a concepção freiriana de Educação Popular. Os autores elencaram os principais marcos históricos da extensão no Brasil durante o período analisado com destaque para as ações e articulações promovidas por diferentes sujeitos, grupos, setores sociais e universitários e para as lutas dos movimentos sociais para aprimorar a extensão e promover o diálogo entre universidade e sociedade.

Oliveira Sá *et al* (2021) analisam as atividades de extensão realizadas pelo Centro Universitário Inta-UNINTA, Brasil durante o período de isolamento social no contexto da

Pandemia do Covid-19. Foram aplicados questionários aos gestores dos projetos de extensão da universidade para captar a percepção dos docentes acerca das atividades realizadas durante o ano de 2020. Após análise dos questionários aplicados, os autores concluíram que foram alcançados bons resultados apesar do distanciamento social e das atividades terem ocorrido em sua maioria absoluta de modo virtual. Os autores perceberam um maior envolvimento de docentes e discentes e ressaltaram que essas atividades foram importantes para uma aproximação das pessoas e para a melhoria de qualidade de vida dos envolvidos.

Cruz *et al* (2021) apresentam um ensaio teórico que objetiva apresentar uma abordagem teórica da concepção de Extensão Popular, em particular a sua compreensão enquanto ponto de partida da ação universitária que articula ensino e pesquisa e aplica a ciência e a construção compartilhada do conhecimento e sua interface com as perspectivas educativas da descolonialidade do saber. A partir dos conceitos teóricos de Paulo Freire, os autores compreendem que pensar a Extensão Popular como ponto de partida da ação universitária, implica numa prática estruturada na construção compartilhada em que os saberes científico-acadêmico possam dialogar com os saberes populares de forma horizontal, estabelecendo a relação dialógica da extensão universitária.

Por meio de um estudo de revisão sistemática, Diniz, Sousa e Souza (2021) analisam produções da literatura nacional e internacional, referentes às práticas extensionistas nas universidades públicas e privadas. Foram selecionados trabalhos artigos e dissertações de três bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Acadêmico* e Portal de Periódicos da CAPES, a partir do recorte temporal de 2012 a 2019. Ao analisar as publicações, os resultados foram organizados em seções e detalharam a abordagem de cada trabalho de acordo com as seções. Por fim, foi constatado que as pesquisas sobre extensão elevam a pertinência e importância do tema para o meio acadêmico, proporcionando bases teóricas para melhorias das ações e observaram que a vivência em extensão pode estimular uma reflexão entre teoria e prática, favorecer uma postura ética e crítica e contribuir para a troca e transmissão de conhecimentos.

Oliveira *et al* (2021) apresentam uma reflexão sobre a possibilidade de construção dialógica de projetos de pesquisa, ensino e extensão a partir do relato do processo de concepção, elaboração e execução de um programa de pesquisa sobre Resiliência da Agricultura Familiar na Amazônia mato-grossense, baseado na metodologia de pesquisa-ação trazendo uma abordagem interdisciplinar, com vistas à transdisciplinaridade. Os autores entenderam que o processo de pesquisa-ação possibilitou a relação dialética entre a transdisciplinaridade e as três

dimensões do conhecimento acadêmico, pauta constante nas discussões atuais sobre a avaliação da Educação Superior no Brasil.

Steigleder e Zucchetti (2021) identificam os modos de implantação da curricularização da extensão em duas instituições comunitárias de educação superior no Vale do Rio do Sinos, estado do Rio Grande do Sul por meio análise de documentos institucionais das universidades e de questionários semiabertos aplicados aos docentes e discentes que atuam em projetos e programas de extensão. Segundo as autoras, a pesquisa permitiu relacionar aspectos legais, normativos e práticos da extensão universitária e possibilitou a criação de reflexão acerca do processo de efetivação da curricularização da extensão. O estudo destacou aspectos como a definição de normativas internas, a participação do corpo docente no processo de revisão curricular e a oferta de formação para subsidiar a implantação da curricularização e as questões relacionadas às condições estruturais.

Araújo (2022) apresenta por meio de um ensaio, a caracterização de duas concepções de extensão: extensão popular e de conversidade, enfatizando suas peculiaridades teórico-conceituais e suas contribuições para a orientação das ações sociais da universidade. O autor constata que são expressões de um mesmo fenômeno e apresentam contribuições bastante significativas para a ressignificação e reorientação das ações de extensão universitária sob um ponto de vista dialógico, problematizador e crítico-propositivo, concluindo que ambas abordagens revelam a importância da construção de conhecimentos que são mobilizados a partir de trabalhos sociais concretos, explicitando a dimensão política e as contribuições e a relevância social e científica das ações extensionistas.

1.2 Considerações sobre os estudos relacionados à Extensão Universitária

A partir das leituras, constatou-se que se tem pesquisado sobre o histórico, conceitos, concepções e experiências sobre a extensão universitária, sua importância, desenvolvimento e sobre os métodos de se pesquisar a extensão, além do processo de inserção curricular da extensão. No que se refere às concepções de extensão, os artigos analisados trazem diferentes concepções de extensão, caracterizadas por cada momento histórico, político e social, podendo, segundo Jezine (2004), apresentar um caráter assistencialista, mercantilista ou acadêmico.

A concepção assistencialista apresenta um caráter de responsabilidade social da universidade constituindo-se na prestação de serviços a comunidades carentes, como um substituto da ação do estado. É aquela extensão que evoca a responsabilidade de intervir além dos muros da universidade a partir do argumento de responsabilidade social, substituindo,

muitas vezes a ação governamental. Esta concepção é influenciada pelo modelo americano de extensão corporativa, na qual a prática universitária é percebida como “como prestação de serviços sob a forma de cursos práticos, conferências e serviços técnicos e assistenciais” (JEZINE, 2004, p. 2).

Já a concepção mercantilista busca promover ações para atender o mercado, uma vez que as transformações da globalização da economia trouxeram para a universidade a necessidade de adequar-se a estas transformações, de forma que a universidade deve “responder às demandas geradas pela nova ordem econômica, tanto em termos de formação profissional como em termos de produto destinado à sociedade” (JEZINE, 2006, p. 2). Esta concepção surge em razão das mudanças políticas e econômicas que ocorrem no Brasil advindas das políticas neoliberais, que provocaram mudanças no papel da universidade e da extensão universitária. A competitividade do mercado passa a questionar a qualidade da universidade e seu próprio papel como produtora do saber. Neste contexto, o conhecimento produzido na universidade se transforma em mercadoria e a extensão passa a ser um canal de divulgação e articulação comercial que busca parcerias e financiamentos com outros setores da sociedade.

A concepção acadêmica, por sua vez, busca superar a dimensão da prestação de serviços assistencialistas: “a extensão universitária é redimensionada com ênfase na relação teoria-prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes” (JEZINE, 2004, p. 2). É uma concepção que reafirma a extensão como uma função da universidade em mesmo patamar de igualdade com o ensino e a pesquisa, além de reforçar a relação dialógica entre universidade e sociedade e passa a constituir a extensão como parte integrante da dinâmica pedagógica curricular com vistas a flexibilizar o currículo e possibilitar a formação crítica (JEZINE, 2004). Tal concepção se aproxima do conceito de extensão formulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987 (FORPROEX). Trata-se de uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria universidade pública (FORPROEX, 2012).

Silva (2001), por sua vez construiu um quadro referência com perspectivas de extensão a partir dos termos: tradicional (funcionalista), processual e crítica. A concepção tradicional (ou funcionalista) enxerga a universidade como um complemento do Estado que desempenha o papel de executora de políticas educacionais e a extensão funciona desarticulada do ensino e da pesquisa a partir de uma perspectiva apolítica e assistencialista, aproximando-se da perspectiva de Jezine (2004) em sua visão assistencialista da extensão.

Já a concepção processual surge como uma reação à concepção anterior, atribuindo o caráter político à extensão, além do papel de articular a universidade às necessidades sociais, promovendo o compromisso social da instituição. É a partir desta perspectiva processual que a extensão passa a ter um espaço na estrutura das universidades, como uma pró-reitoria, coordenação, entre outros, de modo a garantir a absorção das demandas da sociedade. Além disso, a partir desta concepção, se propõe a articulação com o ensino e a pesquisa consagrado em lei, sendo essa, segundo o autor, a concepção consagrada pela maioria das universidades. Esta concepção se aproxima da concepção acadêmica de Jezine (2004) e do conceito de extensão firmado pelo FORPROEX.

A concepção crítica, por sua vez apresenta uma leitura diferenciada das demais, estritamente ligada às funções de ensino e pesquisa, passa a ser entendida como matéria de currículo, deixa de ter autonomia própria, por passar a ser parte das funções de ensino e pesquisa, não havendo mais necessidade de institucionalizá-la, por não a perceber como uma função autônoma. O que exige, por sua vez, que o ensino e a pesquisa sejam comprometidos e articulados com a sociedade (SILVA, 2001).

Tal concepção crítica de Silva (2001) se aproxima das ideias de Boaventura Santos (1996) acerca da extensão universitária, que por sua vez, aponta a “abertura ao outro” no sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 1996). Desta forma, a extensão tem o papel de tornar o conhecimento, principal produto da academia, acessível a todos e não somente a uma parcela privilegiada da sociedade (SOUSA, 2000).

Além disso, vários dos autores desta pesquisa bibliográfica se utilizam da “Extensão Popular”, compreendida como “(...) uma concepção de pensar, de fazer e de pautar a Extensão Universitária de forma coerente com os princípios teórico-metodológicos da Educação Popular, especialmente, conforme as perspectivas desenvolvidas por Paulo Freire (...)” (CRUZ *et al*, 2021, p. 71).

Para Paulo Freire, “(...) o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações (FREIRE, 2006, p. 26). Nesse entendimento, há para o autor um esforço de conscientização que pode

permitir aos indivíduos de se apropriarem criticamente da posição que ocupam no mundo, os tornando sujeitos da transformação (FREIRE, 2006). De acordo com o autor, o conceito de extensão não carrega estas características, sendo, portanto, adotado pelo autor o termo “comunicação” para conceituar as práticas de extensão que carreguem essa comunicação de saberes.

Reafirmando o entendimento de Paulo Freire, Gurgel Rocha (1984) complementa que a extensão universitária precisa ser uma função de comunicação da universidade com o seu meio e que busca a retroalimentação com a sociedade a partir de reflexão crítica e constante revisão das funções de ensino e pesquisa, caracterizando assim, uma dimensão de extensão universitária direcionada a uma sociedade mais justa e igualitária (ROCHA, 1984). Segundo Gadotti (2017), a troca de saberes acadêmico e popular que configura a “mão dupla” da extensão tem por consequência a democratização do conhecimento acadêmico, da produção científica e tecnológica e cultural.

Para tanto, é necessário que a extensão esteja equiparada às demais funções da universidade, o que demandou ao longo do tempo, esforços no sentido de conceituar e de institucionalizar a extensão universitária. Os sentidos, conceitos e concepções de extensão universitária no Brasil se desenvolveram ao longo de sua história, apresentando diferentes características de acordo com cada momento e com cada um dos atores envolvidos. De forma que se torna necessário compreender de que maneira a extensão se consolidou e se institucionalizou no Brasil e na Universidade de Brasília, para que, em seguida, seja possível compreender as contribuições da extensão para a formação dos estudantes a partir das concepções dos atores envolvidos e das práticas extensionistas desenvolvidas na UnB.

CAPÍTULO 2 – BASES LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária no Brasil percorreu um longo caminho. Sua prática remonta ao início do século XX, com a criação da Educação Superior. De acordo com Rocha (1986) é possível constatar três momentos bem definidos na análise histórica da extensão no Brasil: o período das experiências pioneiras, entre 1912 e 1930, marcados pelos cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920; o período de desenvolvimento de experiências isoladas, que vai de 1930 a 1968, com destaque ao movimento estudantil, o qual sempre incluiu a extensão como ponto preponderante em sua luta em prol da reforma universitária; e a época de institucionalização, entre 1968 e 1976, com destaque ao advento da Lei n.º 5.540, que determinou que as instituições de Educação Superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionariam aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968).

A década de 1980 no Brasil, de acordo com Rodrigues (2003), foi marcada por um movimento voltado ao fortalecimento do poder político, que abriu espaços para discussões e permitiu o surgimento de debates na área educacional. Nesse contexto tem-se um importante marco para a história da extensão universitária no Brasil: a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Sendo que no primeiro encontro buscou-se definir o conceito de extensão universitária, criar medidas para sua institucionalização e buscar meios para se obter recursos para seu financiamento.

Em 1988, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão passa a constar no texto constitucional, conforme conceituado no 1º FORPROEX, e deve ser seguido pelas Universidades. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996 (Lei 9.394), estabelece a extensão como finalidade da educação superior, que deve ser aberta à participação da população, com vistas à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Em 2001 a Lei nº 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu como responsabilidade das Universidades nas suas funções de ensino, pesquisa e extensão o desafio de reunir nestas suas atividades, requisitos de relevância, que incluem a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. O PNE instituiu, ainda,

em sua Meta 23, que “no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas” (BRASIL, 2001). Essa meta foi reforçada no PNE 2014 – 2024 (Lei nº 13.005), ficando conhecida como a curricularização da extensão e prevê que as universidades devem “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária [...]” (BRASIL, 2014).

A Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada em maio de 2012 pelo FORPROEX, reafirma os objetivos, diretrizes e princípios pactuados pelo Fórum desde a sua criação, além de abordar vários aspectos relacionados à institucionalização e aos desafios atuais. As diretrizes para as ações de extensão universitária reafirmadas na Política Nacional são: - Interação dialógica; - Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; - Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; - Impacto na formação do estudante; - Impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

Desse modo, pode-se perceber que no desenvolvimento da extensão, houve um esforço em estabelecer conceitos, concepções e diretrizes para a extensão universitária, na tentativa de fortalecê-la, institucionalizá-la e implementá-la de fato nas instituições de Educação Superior. Tal esforço também ocorre na Universidade de Brasília (UnB) que, em convergência com o postulado na Política Nacional de Extensão, define que as atividades de extensão desta instituição têm como objetivo primordial promover uma relação universidade/sociedade mutuamente transformadora, articulando ensino e pesquisa, por meio da arte, da ciência, da tecnologia e da inovação (UnB, 2015).

A extensão universitária é apresentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 1996) como uma finalidade da Educação Superior que deve ser “aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Já a Constituição Federal (CF 1988) prevê o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que deverá ser observado pelas Instituições de Educação Superior (IES).

No âmbito legal essas finalidades expressam o caráter da extensão universitária de ultrapassar as barreiras da universidade, de levar o conhecimento científico e tecnológico à população e assim, oxigenar as demais funções da universidade: o ensino e a pesquisa, trazendo o conhecimento popular para dentro da universidade, refletindo a realidade social e sendo capaz de proporcionar transformações na sociedade.

O conceito de extensão universitária foi constantemente reformulado ao longo dos anos. De acordo com Sousa (2000), trata-se de um conceito em construção permanente, que reflete

cada momento de sua história. A Política Nacional de Extensão Universitária apresenta a extensão como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28). O documento reforça que esse processo promove uma interação que transforma a universidade e os setores sociais com os quais ela interage, além de denotar também uma prática acadêmica que deve ser desenvolvida em articulação com o ensino e a pesquisa com “vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social” (FORPROEX, 2012).

As instituições de educação superior cumprem diferentes funções, dependendo da época, país ou região ou conforme as relações são estabelecidas com as organizações governamentais e a sociedade civil, de forma que ao longo da história a universidade passou pela formação de cultura geral até a formação profissional, sempre atendendo às necessidades da comunidade (CARBONARI E PEREIRA, 2007). Com o tempo surgiu a função da pesquisa voltada para a produção de conhecimento e por último a extensão, objetivando exercer atividades para além de seus muros e se aproximando dos problemas sociais.

Com o objetivo de se institucionalizar a extensão universitária, concretizar a indissociabilidade entre as funções da universidade e de se fazer esta interação com a sociedade, torna-se necessário curricularizar a extensão, ou seja, trazer as práticas extensionistas para dentro do currículo dos cursos de graduação das universidades.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 trouxe pela primeira vez a ideia da curricularização da extensão, instituindo em suas metas 21 e 23 a obrigatoriedade de assegurar no mínimo 10% do total dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas (GADOTTI, 2017). O PNE 2014-2023 reforça essa obrigatoriedade em sua estratégia 7 da meta 12, e prevê: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (...)” (PNE, 2014).

Em 2018 é publicada a Resolução nº 7 de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 do PNE 2014. Ficam assim instituídas as diretrizes, princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior. Tal documento, prevê ainda, que para fins de registro e cumprimento do disposto no PNE, as instituições de educação superior devem incluir em seu PDI: a concepção de extensão; o

planejamento e as atividades institucionais de extensão; a forma de registro e descrição das modalidades de atividades de extensão; as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão; a política de implantação de processos avaliativos e seus indicadores e a previsão de estratégias de financiamento para atividades de extensão.

2.1 A Educação Superior e a Extensão Universitária

A história da educação superior é bem recente no Brasil, segundo Saviani (2005), foi somente em 1808, com a chegada de D. João VI e com a transformação do Brasil em sede do império português que foram criados os primeiros cursos superiores. Tratava-se, no entanto, de cursos isolados (não universitários) prevalecendo a desvinculação entre teoria e prática (MOROSINI, 2005).

A primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, é criada somente em 1920, a partir da justaposição de cursos superiores, porém, de acordo com Morosini (2005), apesar de unidos em uma mesma instituição, os cursos se mantiveram praticamente autônomos nas questões de ensino e isolados uns dos outros. O surgimento das primeiras universidades foi possível por meio da reforma da Educação Superior assinada por Francisco Campos em 1931 e pela criação do Estatuto das universidades brasileiras¹ (MOROSINI, 2005).

Já nesse período a extensão universitária está presente na legislação brasileira. O Decreto nº 19.851, de 1931, que estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro, prevê que a extensão universitária se destina à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo e que será realizada por meio de cursos intra e extrauniversitários, de conferências e de demonstrações práticas (BRASIL, 1931). O documento prevê, ainda, a criação do Conselho Universitário (órgão consultivo e deliberativo da universidade sob a presidência do reitor), que no âmbito da extensão tem como atribuição organizar os cursos e conferências de extensão universitária propostos pelos institutos das universidades e determina que os institutos de ensino profissional superior serão responsáveis pelos cursos de extensão com o objetivo de promover a atividade técnico e científica da universidade à comunidade.

Em 1934, a Constituição Federal prevê em seu artigo 5º que cabe à União “traçar as diretrizes da educação nacional”, sendo essa a primeira menção à LDBEN. Porém é somente

¹Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 - Dispõe que a Educação Superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

em 1948 que o primeiro projeto de lei que visa regulamentar as diretrizes e bases da educação nacional é encaminhado ao Congresso Nacional.

O projeto levou 13 anos para chegar ao seu texto final, após bastante discussão, sendo que a primeira LDBEN é publicada em 1961 pelo presidente João Goulart. A LDBEN de 1961 apresenta um capítulo para tratar da Educação Superior, porém a extensão universitária é apenas citada como cursos que podem ser ministrados pelos estabelecimentos de Educação Superior:

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: (...) b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam (sic) concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; de especialização, aperfeiçoamento e extensão (...) (BRASIL, 1961, online).

A partir da reforma de 1968² a universidade deixa de estar centrada nos cursos e passa a ser um todo orgânico, estruturada a partir dos departamentos acadêmicos:

Assim, a partir da Reforma Universitária de 1968, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, a estrutura departamental, o desenvolvimento da pós-graduação, a matrícula por disciplinas e a gestão de racionalidade efficientista tornam-se modelares, embora não predominantes nas instituições de Educação Superior (MOROSINI, 2005, p. 316).

Marcada pelo governo militar centralizador e autoritário, a Reforma Universitária aboliu a cátedra, alocou os docentes em departamentos e procurou implantar a indissociabilidade ensino/pesquisa. Já a extensão universitária, apesar de presente nas legislações, deixa de ser concebida como um espaço de diálogo com a comunidade a partir das restrições das ações das instituições de Educação Superior (CARBONARI E PEREIRA, 2007). Embora orientada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional, destacam-se duas iniciativas extensionistas importantes do período: a criação, em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e do Projeto Rondon, em 1967. Projetos que propiciaram ao universitário brasileiro experiências junto às comunidades rurais, abrindo espaço para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural (FORPROEX, 2012).

Em 1971 é publicada uma nova LDBEN denominada oficialmente como Lei de Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, que deixou de fora a Educação Superior. Em 1975 é

² A Reforma Universitária de 1968 foi instituída pela Lei nº 5.540 de 1968 e definiu boa parte da atual configuração da Educação Superior no Brasil. Entre as medidas propostas pela Reforma destacam-se: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, a carreira do magistério e a pós-graduação e tinha como objetivo aumentar a produtividade e eficiência da universidade (FÁVERO, 2006). Além disso, a Lei nº 5.540 de 1968, segundo Aroni (2017), abriu uma brecha para que parte da demanda dos estudantes fosse atendida por centros universitários e por faculdades isoladas, privadas em sua grande maioria, ou seja, por instituições nas quais a pesquisa e a extensão não se consolidaram.

elaborada a primeira Política Nacional de Extensão, trata-se do Plano de Trabalho de Extensão Universitária criado pelo Ministério da Educação para centralizar e unificar as políticas de extensão universitária. Segundo Nogueira (1999) o plano estabelece diretrizes e normas para a extensão realizada nas instituições de da Educação Superior em âmbito nacional e apresenta um conceito de extensão com dois novos elementos: a ideia de relação entre extensão, o ensino e a pesquisa e a ideia de comunicação entre universidade e sociedade, apresentando um sentido de interlocução de conhecimento e não mais de transmissão. O plano foi influenciado pelas ideias de Paulo Freire³ no qual as camadas populares são vistas não mais como objetos que sobre a ação extensionista, mas como sujeitos da ação, partindo desta comunicação a troca de saberes acadêmico e popular (NOGUEIRA, 1999, p. 77).

Na década de 1980, marcada pelo ressurgimento dos movimentos sociais, a universidade se utiliza da extensão para compartilhar práticas que assegurem os direitos humanos. Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, que trouxe maior precisão do conceito de extensão, a organização da extensão como um órgão próprio nas universidades e a criação de métodos próprios de avaliação, entre outros, proporcionando avanços da extensão universitária no Brasil (CARBONARI E PEREIRA, 2007).

Em seguida a Constituição de 1988, que consagrou o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e a LDBEN de 1996 (Lei nº 9.394/96) estabeleceu a extensão universitária como uma das finalidades da universidade. No entanto, conforme pontuado por Gadotti (2017), a prática extensionista continuou desvinculada da função acadêmica, a extensão universitária foi assumida em muitos casos como prestação de serviços de caráter assistencial ou mercantil.

Em 2001 o FORPROEX elabora o Plano Nacional de Extensão Universitária, no qual estabelece diretrizes para a extensão universitária e a conceitua como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade” (BRASIL, 2001, p.5). O documento apresenta, ainda, a extensão como uma via de mão-dupla: “com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico”.

³ Desenvolvida pelo educador brasileiro Paulo Freire, a proposta pedagógica Freireana utiliza como ponto de partida a linguagem e o diálogo, e se caracteriza por ser dinâmica, que se faz e refaz a partir da interação coletiva (entre professores e estudantes).

É instituído em 2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a partir da promulgação da Lei 10.86, que tem como objetivo instituir o processo de avaliação nacional das instituições de Educação Superior. A legislação estabelece que a avaliação da Educação Superior deverá identificar o seu perfil e o significado de sua atuação por meio de suas atividades e a partir de diferentes dimensões institucionais, sendo obrigatório as políticas de extensão e suas respectivas formas de operacionalização.

Já em 2008 o Governo Federal institui o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) por meio do Decreto nº 6.495 no âmbito do Ministério da Educação, que se destina a apoiar instituições públicas de Educação Superior no desenvolvimento dos projetos de extensão a partir de edital de chamada pública com disponibilização de auxílio financeiro aos programas e projetos aprovados. E em 2010 é publicado o Decreto 7.416 que regulamenta a concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de extensão universitária das instituições federais de Educação Superior.

O FORPROEX atualizou em 2012 a sua concepção de extensão na Política Nacional de Extensão Universitária:

Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (FORPROEX, 2012, p. 17).

A Política Nacional de Extensão Universitária trouxe novas diretrizes para as ações de extensão universitária e princípios norteadores das ações extensionistas, além de destacar os principais desafios que a extensão universitária precisaria enfrentar para a sua expansão e consolidação. O documento trouxe, ainda, um destaque para a importância do financiamento e da avaliação da extensão universitária e é usado de referência para a elaboração das políticas de Extensão Universitárias das Instituições Federais de Educação Superior - IFES.

Já o Plano Nacional de Educação PNE 2014 – 2024 apresenta como meta elevar a taxa bruta de matrícula na Educação superior, assegurando a qualidade da oferta e expansão e traz em sua estratégia número 12.7 que para se alcançar esta meta, a reserva de 10% (dez por cento)

dos créditos curriculares da graduação em programas e projetos de extensão universitária (BRASIL, 2014). Além disso, o PNE 2014 – 2024 determina que estas ações de extensão devem estar orientadas, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Em 2018 é publicada pelo Ministério da Educação a Resolução nº 7/2018 que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024, que por sua vez determina que no mínimo 10% dos créditos das atividades curriculares dos cursos de graduação devem ser providos por meio de atividades de extensão. O documento apresenta uma concepção de extensão universitária que visa integrá-la à matriz curricular e às funções de ensino e pesquisa, em articulação com a sociedade, define as diretrizes que estruturam a concepção e a prática da extensão universitária e determina as modalidades de extensão universitária, quais sejam: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos e prestação de serviços. O documento trata, ainda, da avaliação da extensão que deve ser promovida pelas instituições por meio de autoavaliação e da atuação do Instituto Anísio Teixeira – INEP (autarquia vinculada ao Ministério da Educação - MEC) e do registro da extensão no âmbito dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPPs dos cursos de graduação.

Desta forma, analisar o PDI da UnB 2018-2022 e PPPI UnB (2018) e compreender o desenvolvimento da extensão universitária na UnB é preciso compreender a forma que estes marcos legais e históricos impactaram no desenvolvimento e colaboram no processo de institucionalização da extensão universitária da UnB ao longo de sua história e trajetória.

2.2 A Extensão na Universidade de Brasília – UnB

A Universidade de Brasília (UnB) foi criada em 1962, idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) que esteve envolvido à exaustão nessa fase inicial de construção do que, em sua perspectiva, seria a criação de uma universidade modelo, à frente de seu tempo, inovadora, sintonizada com os ares de refundação do país (BOMENY, 2016). A extensão universitária estava presente na UnB desde a sua concepção. O Plano Orientador da Universidade de Brasília previa a realização de uma série de programas de extensão cultural a serem realizados por meio de conferências e seminários abertos ao público, além do estabelecimento de ampliação de novos modelos de extensão cultural. (UNB, 1962).

Em 1970 o Estatuto da UnB cria o cargo de Decano de Extensão⁴ que atuará como presidente da Câmara de Extensão⁵ e apresenta novas referências para Extensão, como a difusão de conhecimento por meio de cursos de extensão e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade, além de apresentar algumas diretrizes para as práticas de extensão. As atividades da UnB eram desenvolvidas em seu Campus localizado na Asa Norte em Brasília, onde se situava o Instituto Central de Ciências (ICC), as Faculdades e Órgãos Complementares. Conforme Faria (2002), ainda em 1970 foram iniciadas as primeiras experiências de extensão no Campus Avançado (CA) na região do Médio Araguaia, local que abrigaria as principais atividades de extensão da UnB até meados de 1986.

Com a redemocratização o país, em 1985, o professor Cristovam Buarque torna-se o primeiro reitor eleito após o período da ditadura militar e por meio de eleição direta, trazendo várias mudanças para a extensão na UnB no período. O Campus Avançado do Médio Araguaia foi substituído pelos Núcleos Permanentes de Extensão implementado na Ceilândia, Paranoá e Novo Gama, onde foram desenvolvidas atividades de extensão na forma de programas permanentes e multidisciplinares a partir do interesse da própria comunidade (FARIA, 2002).

Em novembro de 1987 a UnB promove o I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras que contou com a participação de 33 universidades públicas federais e estaduais. É neste evento que se cria o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que conforme Nogueira (2013), passa a desempenhar papel decisivo na conceituação, institucionalização e na definição de políticas de extensão para as IES públicas. Logo em seguida, em 1988 a Constituição Federal consagra o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em seu artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, online).

Nos anos 1990 a extensão da UnB visava articular ensino e pesquisa com os diferentes seguimentos da sociedade e incentivar ações interdisciplinares e interdepartamentais, buscando distanciar-se do caráter mais assistencialista da extensão. É criado e desenvolvido o Programa

⁴ A UnB denomina de “Decanato” as unidades administrativas ligadas à Reitoria que coordenam e fiscalizam as atividades universitárias. São estruturas chamadas de pró-reitorias em outras Instituições de Educação Superior – IES.

⁵ A Câmara de Extensão compõe o Conselho de Administração, órgão Superior deliberativo e consultivo da UnB em matéria administrativa.

DF e Entorno⁶ com o objetivo de potencializar as ações dos Núcleos Permanentes de Extensão e fortalecer a relação da UnB com a sociedade do DF e entorno. Entre os cursos de extensão criados no período, destacam-se: Formação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, Rejuvenescer a Velhice e O Direito Achado na Rua (estando o último vigente até os dias de hoje). No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a extensão da UnB é integrada por processos institucionais, que segundo Faria (2002), visavam promover ações descentralizadas nas unidades acadêmicas (programas disciplinares) e ações mais centralizadas voltadas para as grandes políticas da universidade (programas multidisciplinares).

Em 2001 foi realizada a I Semana de Extensão da UnB – A Extensão de todos nós, evento com duração de quatro dias que abriu um canal direto da UnB com a comunidade do Distrito Federal e Entorno (BONFIM; CRUZ, 2003) O evento que desde então ocorre anualmente na UnB consolidou-se como um “espaço privilegiado de divulgação e de aproximação da comunidade acadêmica com a comunidade em geral” (CAIXETA et al., 2013).

O PDI da UnB de 2002 – 2006 aponta a ampliação das atividades de extensão, com destaque às atividades do Hospital Universitário e ao Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito como ações de responsabilidade social da Universidade. O documento ressalta como prioridade institucional aproximar a comunidade universitária da sociedade por meio de atividades de extensão e prevê uma série de metas para desenvolver, ampliar, avaliar e divulgar projetos e ações de extensão, além de ampliar o apoio ao ensino básico e atendimento à saúde da população do DF e sua região de influência (UNB, 2005).

Em 2006, sob a gestão do professor Lauro Morhy, é publicado o Plano de Expansão da UnB que cria outros três novos Campis: Campus UnB Planaltina; Campus UnB Ceilândia/Taguatinga e Campus UnB Gama. Desta forma, somado ao já existente Campus Darcy Ribeiro localizado na Asa Norte, no Plano Piloto de Brasília, a UnB passa a funcionar sob forma de multicampi. O Plano tinha como objetivo descentralizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UnB e desta forma promover o desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (UNB, 2005).

A partir de 2011, o principal evento de extensão da UnB: “Semana de Extensão” passou a se chamar “Semana Universitária”, visando alcançar uma nova dimensão de gestão compartilhada com os decanatos e unidades acadêmicas e reforçando o evento como “um forte

⁶ Brasília foi construída numa região antes pertencente ao estado de Goiás e em divisa com Minas Gerais, e por essa razão sofre influências de cidades goianas e mineiras localizadas ao seu redor, comumente chamadas de entorno. Estas cidades fazem parte hoje da "Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE", abrangendo o Distrito Federal e municípios de Goiás e Minas Gerais.

instrumento institucional de difusão, de diálogo e troca de conhecimentos, saberes e tecnologias com a sociedade” (UNB, 2012). Por meio da Resolução da Câmara de Extensão n. 01/2012, a UnB afirma em seu segundo artigo que as atividades de extensão na UnB têm como objetivo primordial promover uma relação universidade/sociedade mutuamente transformadora, articulando ensino e pesquisa, por meio da arte, ciência, tecnologia e inovação com vistas ao desenvolvimento social.

A partir de novembro de 2016 tem-se início a atual gestão do Decanato de Extensão (DEX), com destaque para a transformação do evento Semana Universitária em programa especial a partir de 2018 que objetiva disponibilizar aporte financeiro às unidades acadêmicas, além de promover programas e projetos de extensão ensino, pesquisa e inovação, visando o fortalecimento dos vínculos com os movimentos sociais, com a comunidade local, regional, nacional e internacional (UNB, 2018).

Além do programa especial da Semana Universitária, o DEX publica periodicamente uma série de editais de fomento e de bolsas de extensão para viabilizar a participação de alunos nos projetos e programas especiais de extensão. Como exemplos recentes podemos citar o edital "Programa Especial UnB 60 Anos" que teve como objeto o planejamento, a construção e a implementação de ações para as comemorações do aniversário de 60 anos da UnB; os editais do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), que tiveram como objetivo fomentar a participação de estudantes nos projetos de extensão da UnB por meio de pagamento de bolsas; e os editais dos Polos de Extensão⁷ que objetivam ampliar a presença da UnB no DF e entorno.

Em 2018, a Universidade de Brasília apresenta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2018 – 2022, duas dimensões de extensão: “uma centrada na prestação de serviços, na promoção de eventos, na difusão de cultura e no repasse de tecnologias, e outra mais articulada com o processo formativo (ensino) do aluno e com a produção do conhecimento (pesquisa)” (PDI UNB 2018-2022, p.62). O documento reforça que a UnB vem adotando estratégias para integrar a extensão ao currículo por meio de cursos de formação, estágios, consultorias, promoção de atividades artísticas e culturais, publicações científicas entre outros.

O documento prevê ainda as diretrizes norteadoras de ações extensionistas e traz como metas para o desenvolvimento de atividades de extensão: maior participação em encontros

⁷ Os Polos de Extensão são espaços em que universidade e sociedade se colocam em diálogo a fim de construir e desenvolver ações conjuntas a partir de demandas territoriais social, acadêmica e culturalmente referenciadas (UNB, 2022). Existem atualmente cinco Polos de Extensão na UnB: Cidade Estrutural; Recanto das Emas; Paranoá; Kalunga; e Chapada dos Veadeiros.

específicos de extensão; instituir Programa Curricular de Extensão, Criação e Inovação; discutir no âmbito da Câmara de Extensão (CEX) estratégias de curricularização da extensão; revisar normas de extensão, incentivar a criação de Conselhos de Extensão nas unidades acadêmicas e simplificar processos de análise e aprovação de atividades de extensão; ampliar parcerias interinstitucionais; ampliar a participação em editais de fomento promovido por entidades do Governo Federal, Estadual e Distrital; constituir na Extensão Polos de Integração Territorial e Social da UnB e promover editais de fomento e instituir na extensão um Programa de Internacionalização em parceria com outras unidades administrativas da UnB.

O Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília (PPPI-UnB), publicado em 2018, preconiza que a extensão universitária tem se realizado de modo a integrar as práticas extensionistas e o currículo por meio de diferentes atividades, e assim, sem distanciar-se de sua especificidade de produtora do discurso científico, a UnB propõe-se a estabelecer contínuo diálogo com outras formas de leitura da realidade, tais como os saberes espontâneos, em busca de soluções para os problemas fundamentais da existência humana (UnB, 2018).

Além disso, o PPPI-UnB apresenta como princípio fundamental a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática. Nesse sentido, entende-se que a extensão deve-se desenvolver como uma troca de saberes, como uma relação dialógica que possibilita o empoderamento mútuo da sociedade e da universidade. Dessa forma, na extensão, integram-se processos educativos, culturais e científicos que articulam ensino e pesquisa e viabilizam a relação da universidade com as demandas sociais, locais, regionais e nacionais (UnB, 2018).

Visando atender à estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e às Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (2018) que determinam que no mínimo 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação devem ser providos por meio de programas e projetos de extensão universitária, a UnB dá início em 2019 ao processo de Inserção Curricular da Extensão.

Após estudos e discussões realizadas por meio de Comissão própria e diálogo junto às unidades acadêmicas, são publicadas a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Nº 0118/2020 que dispõe sobre as normas que regulamentam a creditação das atividades de extensão universitária como componente curricular nos cursos de graduação da Universidade de Brasília – UnB e a Resolução da Câmara de Ensino de Graduação e de Extensão nº

0001/2021 que dispõe sobre a creditação de atividades de extensão nos cursos de graduação nos termos da resolução nº 118 de 2020 da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB.

O Decanato de Extensão (DEX) publicou em 2021 o Guia de Inserção Curricular da Extensão com o objetivo de orientar as unidades acadêmicas da UnB sobre o processo de ajuste nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação com vistas ao cumprimento da Resolução CNE 07/2018 que dispõe da creditação da extensão no currículo dos cursos em no mínimo 10% de sua carga horária.

Tendo como base estes documentos, os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) foram reformulados pelas unidades acadêmicas e analisados pelo Decanato de Ensino de Graduação (DEG) e pelo Decanato de Extensão (DEX) da UnB para que a curricularização da extensão seja implementada dentro dos prazos estipulados pelo Conselho Nacional de Educação.

Relatório de Autoavaliação Institucional 2022 da UnB apresenta uma análise das ações da Universidade, com o objetivo de orientar a execução do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). No que se trata da extensão universitária da UnB, o relatório apresenta ações realizadas para acompanhar a inserção curricular da extensão, além de viabilizar sua articulação com o ensino e a pesquisa.

Recentemente, já em 2023, é publicada a Resolução da Câmara de Extensão nº 01/2023 que estabelece “definições e procedimentos operacionais para a institucionalização das ações de extensão universitária da Universidade de Brasília (UnB) no Módulo de Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)” (UNB, 2023, p. 1). O documento regulamenta as modalidades de ações de extensão, define os trâmites e os responsáveis pela apreciação e análise das propostas e ações de extensão registradas na UnB, além de estabelecer prazos, carga horária e demais critérios para a formalização da extensão.

Em consonância com as políticas de extensão preconizadas pela UnB e legislações federais, o Instituto de Ciências Exatas (IE), vem ao longo dos anos buscando fortalecer e institucionalizar a extensão universitária do Instituto e seus departamentos. Em 2016 foi elaborado o Regimento Interno do IE, que criou o Conselho de Extensão da unidade, além de definir suas atribuições, composição e atribuições do Coordenador de Extensão do Instituto. Além disso, desde 2018 a Coordenação de Extensão do IE vem publicando anualmente relatórios com a descrição das atividades de extensão desenvolvidas no âmbito do Instituto.

Em 2021, o IE elaborou o Planejamento Institucional do Instituto de Ciências Exatas para o período de 2021 a 2025 a partir da constituição de comissões temporárias temáticas. No

âmbito da extensão universitária, foram traçados planos e ações com o objetivo de intensificar e fortalecer as ações de extensão do Instituto.

Em 2022 as Coordenações de graduação e Núcleos Docente Estruturante⁸ (NDEs) dos cursos reformularam seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) com vistas ao cumprimento da Resolução CNE 07/2018 que determina que 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação serão reservados às ações extensionistas. Os projetos foram analisados pelas instâncias superiores da UnB, sendo que alguns estão em processo de adequação e outros já estão aprovados e atualizados conforme determinado pela legislação federal.

A UnB de modo geral e o IE, especificamente, vêm ao longo dos anos criando políticas e regulamentações no intuito de institucionalizar e fortalecer a extensão universitária. Nos últimos anos, essas políticas têm se destacado nas ações voltadas à viabilização da curricularização da extensão, que passou a ser obrigatória na UnB a partir do 1º semestre de 2023.

Nesse sentido, apresentamos a seguir os métodos e técnicas utilizadas nesta pesquisa para se alcançar o objetivo de analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes a partir das concepções dos atores envolvidos e práticas desenvolvidas nos projetos de extensão do IE/UnB.

⁸ O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação é construído por um grupo de docentes com atribuição de acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e atualização do projeto pedagógico do curso (CONAES, 2010).

CAPÍTULO 3 – CAMINHO METODOLÓGICO

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos empregados para o desenvolvimento da presente pesquisa. Na primeira seção do capítulo são descritos os procedimentos de coleta das informações empíricas. Em seguida, são apresentados os sujeitos da pesquisa e suas principais características. Por último, na terceira seção, são apresentados os procedimentos utilizados para a análise dos dados coletados.

3.1 Procedimentos para a produção das informações empíricas

A metodologia qualitativa, de acordo com Minayo (2002), tem o papel de aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações e das atitudes. A pesquisa qualitativa trata dos significados que os indivíduos ou grupos atribuem a uma questão social, de forma que a investigação parte de uma coleta de dados em um contexto natural e uma análise de dados indutiva e dedutiva, estabelecendo temas ou categorias (CRESWELL, 2014). Segundo Ludke e André (1986), a partir da pesquisa qualitativa é possível perceber o significado que as pessoas dão às coisas, de forma que o pesquisador busca capturar a perspectiva dos participantes acerca do objeto de estudo.

Nesse sentido, para atingir os objetivos propostos, foi utilizado levantamento documental para analisar de forma qualitativa os projetos de extensão desenvolvidos na UnB. O uso de documentos em pesquisa permite que sejam extraídas e resgatadas informações que possibilitem ampliar o entendimento de objetos que necessitam de compreensão a partir de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). O documento permite a compreender o social a partir da dimensão do tempo, o que favorece a observação do processo de “evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc.” (CELLARD, 2008, p. 295).

A pesquisa documental é um procedimento metodológico que a partir do acesso a dados e fontes pertinentes que acompanhado de sínteses de acontecimentos históricos, permite a construção de inferências e conclusões, além de criar outras formas de compreender os fenômenos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

O principal valor da análise documental na pesquisa qualitativa é, pois, possibilitar a triangulação metodológica, que se refere ao uso de múltiplos métodos para obter dados tão completos e detalhados quanto possível sobre o fenômeno. Assim, os dados obtidos a partir de documentos são combinados com outros, obtidos geralmente mediante entrevistas e observações, possibilitando compreender melhor os diferentes aspectos da realidade, evitando os vieses provocados pela utilização de um método único (GIL, 2021, p. 128).

Para alcançar o objetivo de analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes a partir das concepções dos atores envolvidos e práticas desenvolvidas nos projetos de extensão do IE/UnB foi realizado um estudo de projetos de extensão em desenvolvimento nos departamentos do Instituto de Ciências Exatas (IE) da UnB, por meio de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico e documental e de entrevistas semiestruturadas com professores, estudantes e comunidade externa envolvidos em projetos de extensão.

Na análise documental foi realizado um levantamento dos regimentos, planos, relatórios existentes na UnB e no IE que tragam conceitos, concepções, significados e políticas de extensão. Além disso, foram analisados os relatórios de extensão do IE a partir da instituição do PPPI – UnB (2018), relatórios de extensão dos projetos selecionados, além de resoluções da UnB e do IE que regulamentem a extensão universitária. Esses documentos foram analisados em consonância com as respostas obtidas através das entrevistas, buscando verificar em que medida os documentos oficiais se aproximam da forma que as atividades são realizadas na prática e do entendimento dos atores envolvidos.

A entrevista, por sua vez, na aplicação da pesquisa científica, permite a criação de uma interação, gerando uma atmosfera de influência recíproca entre entrevistador e entrevistado, especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, quando é possível o entrevistado discorrer sobre o tema com base nas informações que ele detém. Além disso, a entrevista tem a vantagem de permitir a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre variados temas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). De acordo com Lüdke; André (1986), a entrevista semiestruturada se desenvolve por meio de um esquema básico não aplicado de forma rígida, o que permite que o entrevistador faça adaptações, o que torna, para as autoras, um tipo de pesquisa adequado para pesquisas em educação.

A entrevista, segundo Minayo (2002) como técnica privilegiada de comunicação, tem como objetivo construir informações pertinentes para o objeto de estudo, podendo fornecer dados secundários (fatos que poderiam ser obtidos por outros meios, como censos, registros, documentos etc.) e dados primários referentes a informações construídas no diálogo com o

entrevistado, tratando da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade vivenciada. No caso das entrevistas semiestruturadas há a combinação de perguntas abertas e fechadas, dando ao entrevistado a possibilidade de discorrer de forma mais livre sobre o tema (MINAYO, 2002).

Nesse sentido, para identificar as concepções e significados da extensão presentes nas práticas extensionistas e percebidas pelos atores envolvidos nas ações e projetos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alunos, professores e comunidade externa envolvidos. As entrevistas foram realizadas pessoalmente ou por meio de ferramentas virtuais de videoconferências, que por sua vez, foram gravadas e transcritas posteriormente. A partir da Análise de Conteúdo, buscou-se investigar de que forma os significados de extensão e suas concepções se constroem no entendimento dos atores envolvidos e, a partir dessa escuta, oferecer outras possibilidades para o desenvolvimento da extensão da UnB e do IE, que favoreçam o fortalecimento de uma visão acadêmica e crítica de uma extensão amplamente institucionalizada e integrada ao currículo.

Quadro 2 – Quadro de Coerência

Objetivos	Como
Identificar as concepções e significados presentes nas práticas extensionistas dos atores envolvidos nos projetos de extensão do IE/UnB;	Entrevista semiestruturada com estudantes de graduação, professores e comunidade externa envolvidos em projetos e ações de extensão.
Analisar a relação dos projetos de extensão do IE/UnB com o Projeto Político Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional da UnB;	Levantamento documental: - Regimentos, planos, relatórios da UnB e do IE que tragam conceitos, concepções, significados e políticas de extensão que vem sendo desenvolvidas; - Relatórios de extensão do IE a partir da instituição do PPPI – UnB (2018); - Relatórios dos projetos de extensão selecionados para análise; - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI – UnB e Relatórios de Autoavaliação Institucional da UnB; - Resoluções da UnB e do IE que regulamentem a extensão universitária.
Propor a criação de guia virtual e interativo que contribua para institucionalização das ações de extensão e para o processo de curricularização da extensão	Levantamento das informações acerca da institucionalização da extensão na UnB e criação de um guia virtual que auxilie no cadastro das ações.

Fonte: elaboração da autora, 2022

3.2 Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto de Ciências Exatas (IE) da Universidade de Brasília (UnB), a partir da seleção de três projetos de extensão do Instituto no ano de 2022: “Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina”, “Nivelamento em Estatística Matemática” e “Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)”. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com Coordenadores, estudantes de graduação e comunidade externa participantes destes projetos.

O Instituto de Ciências Exatas (IE) foi criado em 1970 e atualmente abriga três departamentos: Ciência da Computação, Estatística e Matemática. O IE tem como missão promover o ensino a pesquisa e a extensão, de forma integrada, inovadora e comprometida com excelência acadêmica e de gestão, nas áreas de Computação, de Estatística e de Matemática (UnB, 2016). Buscando fortalecer a sua política de extensão, o IE criou o seu Conselho de Extensão em 2016, cujas atribuições e composição foram definidas no Regimento Interno do IE neste mesmo período. O Conselho de Extensão do IE é formado pelo Diretor ou Vice-diretor do IE como presidente, pelo Coordenador de Extensão do Instituto, pelos coordenadores de Extensão dos Departamentos do IE e por um representante dos coordenadores de projetos de extensão de ação continuada. O Conselho se reúne mensalmente para homologar projetos e ações de extensão aprovados pela coordenação no SIGAA⁹ (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) e para discutir políticas, ações e estratégia de fortalecimento e expansão da extensão do IE.

Desde o ano de 2018 são elaborados e publicados anualmente pela Coordenação de Extensão do IE os Relatórios de Extensão que tem como objetivo relatar e descrever todas as atividades de extensão desenvolvidas pelos professores do IE a cada ano. O IE possui alguns projetos de extensão já consolidados e que vem sendo desenvolvidos há vários anos. Desta forma, optamos por analisar três destes projetos, um de cada departamento (Ciência da Computação, Estatística e Matemática), para que seja possível verificar as especificidades de cada departamento e obter uma visão do IE de forma geral. Uma outra característica dos projetos de extensão da UnB, é que a partir da implementação do SIGAA, eles passaram a ter a duração de um ano, encerrando-se sempre no último dia do ano (31/12), e desta forma, precisam ser renovados anualmente a partir de um novo cadastro no SIGAA.

⁹ O SIGAA é uma ferramenta de integração acadêmica e foi implementado na UnB em 2020. Desde então, os professores que desejam oferecer ações de extensão na UnB precisam formalizar suas atividades por meio do cadastro neste sistema, que em seguida é apreciado pelo coordenador de extensão da unidade acadêmica ao qual o professor está vinculado, que elabora parecer acerca da atividade de extensão proposta.

Optou-se, desta forma, por analisar projetos que estiveram vigentes no ano de 2022, formalizados via SIGAA e que foram beneficiados pelas políticas de extensão da UnB por meio de concessão de bolsas aos estudantes. Além disso, ao selecionar os projetos, considerou-se o período de início das atividades desses projetos nos departamentos, com priorização dos mais antigos e a experiência que os coordenadores destes projetos possuíam na gestão da extensão do IE. Desta forma, a atual Coordenadora de Extensão do IE é uma das coordenadoras do primeiro projeto (Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina), o Vice-diretor do IE coordena o segundo projeto (Nivelamento em Estatística Matemática), além de ter atuado também como Coordenador de Extensão do IE. Já a coordenadora do terceiro projeto também já exerceu a função de Coordenadora de Extensão do IE em gestão anterior. Os convites foram enviados formalmente aos coordenadores dos projetos via e-mail e as entrevistas realizadas pessoalmente e gravadas por meio de aplicativo de videoconferência.

Além disso, optou-se por entrevistar alunos da graduação do IE que atuaram nos referidos projetos no ano de 2022 e selecionados a partir da indicação do coordenador do projeto em razão da necessidade entrevistarmos alunos comprometidos com as ações do projeto. Os alunos foram contactados via e-mail e telefone e entrevistados por meio de aplicativos de videoconferências.

Foram entrevistados, ainda, representantes da comunidade externa da UnB que participam dos projetos. Optou-se por entrevistar os professores da Educação Básica de escolas parceiras dos projetos e que participam das atividades de extensão com seus alunos. Estes professores foram indicados pelo coordenador do projeto em razão da necessidade entrevistarmos professores com maior envolvimento com o projeto. Os professores foram contactados também via *e-mail* e telefone e as entrevistas aplicadas por meio de aplicativos de videoconferências.

As primeiras entrevistas foram realizadas com os Coordenadores de Projetos de Extensão, momento em que aproveitamos para pedir a indicação de estudantes de graduação e de professores da Educação Básica envolvidos no projeto para as demais entrevistas. Participaram das entrevistas: A Coordenadora do projeto “Meninas.comp: robótica também é coisa de menina”; o Coordenador do projeto “Nivelamento em Estatística Matemática”, a Coordenadora e Coordenadora Adjunta do projeto Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT).

Em seguida foram realizadas as entrevistas com os estudantes de graduação e professores da Educação Básica. A fim de se preservar a identidade dos participantes, criamos

classificações alfabéticas de acordo com as suas atuações nos projetos de extensão, conforme quadro.

Quadro 3 – Sujeitos da pesquisa

Coordenador(a)	Projeto	Formação
Coordenador(a) A	Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina	Graduação e mestrado em Engenharia Elétrica, doutorado em Imagem, Visão e Robótica
Coordenador(a) B	Nivelamento em Estatística Matemática	Graduação e mestrado em Matemática, doutorado em Estatística
Coordenador(a) C	Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)	Graduação em Matemática, mestrado em Educação, doutorado em Psicologia
Coordenador(a) D	Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)	Graduação em Ciências e Matemática, Mestrado em Educação
Estudante de graduação	Projeto	Curso
Estudante A	Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina	Engenharia da Computação
Estudante B	Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina	Engenharia Mecatrônica
Estudante C	Nivelamento em Estatística Matemática	Estatística
Estudante D	Nivelamento em Estatística Matemática	Estatística
Estudante E	Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)	Estatística (graduada na licenciatura em Matemática)
Estudante de graduação	Projeto	Curso
Estudante F	Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)	Bacharelado em Matemática (graduado na licenciatura em Matemática)
Estudante G	Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)	Licenciatura em Matemática
Professor (a) da Educação Básica	Projeto	Formação
Professor(a) A	Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina	Pedagogia e Matemática
Professor (a) da Educação Básica	Projeto	Formação
Professor(a) B	Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina.comp	Geografia
Professor(a) C	Nivelamento em Estatística Matemática	Matemática
Professor(a) D	Nivelamento em Estatística Matemática	Biologia e Matemática
Professor(a) E	Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)	Matemática
Professor(a) F	Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)	Matemática

Fonte: elaboração da autora, 2023.

3.3 Procedimentos de análise das informações empíricas

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a partir do instrumento que contempla a coleta de dados em três categorias de análise, alinhadas aos objetivos do estudo: 1) Concepção de extensão universitária; 2) Função da extensão universitária; e 3) Inserção da extensão no currículo do curso. Foram elaboradas as seguintes perguntas abertas, divididas em três blocos, de acordo com os sujeitos da pesquisa:

Quadro 4 – Dimensões da entrevista

Sujeito: Coordenador(a) de Projeto de Extensão		
Categoria	Pergunta	Objetivo
Concepção de extensão universitária	Poderia falar a respeito do seu projeto de extensão?	Identificar as concepções e significados presentes nas práticas extensionistas dos atores envolvidos nos projetos de extensão do IE/UnB.
	Existe relação entre o seu projeto e o projeto pedagógico do curso? De que maneira se dá essa relação?	
	Qual a relação do projeto de extensão com a política de extensão da universidade? Participa de outras ações de extensão na universidade?	
Função da extensão universitária	Quais as contribuições do seu projeto de extensão para a formação dos estudantes de graduação?	Analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes.
	Qual o perfil dos estudantes envolvidos com a extensão?	
	Quais as contribuições da extensão para o público externo?	
Inserção da extensão no currículo do curso	Como vem sendo feita a inserção curricular da extensão em seu departamento?	Investigar as formas de inserção curricular da extensão e a relação com a política de extensão da UnB.
	As atividades de extensão são reconhecidas e integralizadas no currículo do curso?	
	Como a curricularização impactou em seu projeto de extensão?	
	A curricularização da extensão já está sendo avaliada no departamento? De que maneira?	
Sujeito: Estudante de graduação envolvido no Projeto de Extensão		
Categoria	Pergunta	Objetivo
Concepção de extensão universitária	Poderia falar da sua atuação no projeto?	Identificar as concepções e significados presentes nas práticas extensionistas dos atores envolvidos nos projetos de extensão do IE/UnB.
	O que te motivou a participar do projeto de extensão?	
	Você conhece a política de extensão da UnB? Participa de outras ações de extensão na Universidade?	

Sujeito: Coordenador(a) de Projeto de Extensão		
Função da extensão universitária	Quais foram as contribuições do projeto para a sua formação?	Analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes.
	Quais as contribuições da extensão para o público externo?	
Inserção da extensão no currículo do curso	A extensão está presente no currículo do seu curso? Como?	Investigar as formas de inserção curricular da extensão e a relação com a política de extensão da UnB.
	Você consegue perceber a articulação entre extensão, ensino e pesquisa no projeto? De que modo?	
	A sua participação no projeto resultou em alguma publicação conjunta (artigo, livro, resenha, entre outras)?	
Sujeito: Professor(a) da Educação Básica participante do Projeto de Extensão		
Categoria	Pergunta	Objetivo
Concepção de extensão universitária	Poderia falar da sua atuação e dos seus alunos no projeto?	Identificar as concepções e significados presentes nas práticas extensionistas dos atores envolvidos nos projetos de extensão do IE/UnB.
	O que te motivou a participar do projeto de extensão?	
	Você conhece a política de extensão da UnB? Qual a sua concepção sobre ela?	
	Qual o alcance dessa política de extensão da UnB para a comunidade? Ela cumpre o seu papel?	
Função da extensão universitária	Quais foram as contribuições do projeto para a sua escola e para sua turma?	Analisar de que maneira as ações e projetos de extensão da UnB contribuem com a comunidade.
	A sua participação no projeto resultou em alguma publicação conjunta (artigo, livro, resenha, entre outras)?	

Fonte: elaboração da autora, 2023.

Os dados coletados a partir das entrevistas foram lidos e interpretados por meio da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2016), é um conjunto de técnicas de análise da comunicação que se utiliza de procedimentos sistemáticos para descrever o conteúdo das mensagens. Segundo Franco (2005), a análise de conteúdo permite que o pesquisador faça inferências sobre os elementos desta comunicação e tem como ponto crucial a criação de categorias.

Desta forma, foram entrevistados três professores (coordenadores dos projetos de extensão), sete estudantes de graduação, seis professores da Educação Básica de escolas parceiras e um(a) professor(a) colaborador(a) e coordenador(a) adjunto(a) dos projetos de extensão analisados. A partir do contato por *e-mail* foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas ocorreram entre os dias 14 de abril de 2023 e 12 de maio de 2023, por meio de aplicativos de videoconferência e gravados com a permissão dos entrevistados. A partir das gravações foram feitas as transcrições destas entrevistas e na sequência, realizou-se o processo de organização da análise. De acordo com Bardin (2016), o processo de organização se inicia com a pré-análise que tem como objetivo sistematizar as ideias iniciais e criar um esquema do desenvolvimento das operações sucessivas. Em seguida, passamos ao processo de exploração do material, fase em que são realizadas “operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 131). A codificação transforma os dados brutos em uma representação do conteúdo, capaz de esclarecer as características do texto. Já na etapa de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os dados são tratados para exprimir significados.

A Categorização, por sua vez,

[...] é uma operação de classificação dos elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. (BARDIN, 2016, p. 147).

Desta forma, os dados das entrevistas foram analisados a partir de três categorias de análise estabelecidas a priori: 1) Concepção de extensão universitária, 2) Função da extensão universitária e 3) Inserção da extensão no currículo do curso, e serão apresentados nos resultados discutidos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se a análise dos diversos documentos acerca da extensão universitária da legislação brasileira, da Universidade de Brasília e do Instituto de Ciências Exatas e das respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas, trazendo as relações existentes entre estes dois componentes da pesquisa.

4.1 Análise documental

Os documentos utilizados para a análise do presente estudo foram: Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília – UnB (PDI UnB 2018 - 2022), Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília (PPPI-UnB, 2018), Resolução da Câmara de Extensão n. 01/2012 (UnB, 2012), Resolução nº 7 de 2018 do Conselho Nacional de Educação - CNE, Plano Nacional de Educação – PNE, Relatório de Autoavaliação Institucional da UnB – RAI, Guia de Inserção Curricular da Extensão da UnB, Resolução da Câmara de Extensão nº 01/2023, Regimento Interno do Instituto de Ciências Exatas – IE, Planejamento Institucional do Instituto de Ciências Exatas 2021 – 2025, Relatórios anuais de Extensão do IE e Relatório final de 2022 dos projetos de extensão Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina, Nivelamento em Estatística Matemática e Laboratório de Ensino de Matemática. Utilizamos, ainda, relatório emitido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) da UnB com informações das atividades de extensão do IE registradas nos sistemas da UnB a partir da década de 1990.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Brasília – UnB (PDI UnB) 2018 – 2022 é um documento que apresenta aos órgãos de controle e à sociedade informações da UnB referentes “à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver” (UnB, 2018, p.2). O documento orienta as ações da UnB nos próximos cinco anos (2018 a 2022) e se utiliza dos pressupostos do Estatuto, do Regimento Geral da UnB e do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), além de legislações pertinentes e referências estratégicas da UnB.

O PDI UnB reafirma o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão na forma com que a UnB organiza seus processos pedagógicos, no desenvolvimento das atividades didático-científicas e como diretriz norteadora da ação extensionista. O

documento prevê, ainda que as políticas de extensão da universidade devem adotar “estratégias que visem à real indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (UnB, 2018, p. 64).

Todos esses aspectos estão fundamentados no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade de Brasília (UnB, 2018), que por sua vez pontua que “a efetiva institucionalização e o amplo conhecimento sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (UnB, 2018, p.19) é um aspecto orientador da leitura de missão da UnB. Verifica-se dessa forma que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, expressos no art. 207 da Constituição Federal são reafirmados constantemente nos documentos institucionais da UnB, verificando-se ainda, uma previsão de que esse princípio se concretize no desenvolvimento das atividades acadêmicas da UnB.

As políticas de extensão da UnB possuem um tópico próprio no PDI UnB que inicia trazendo duas concepções de extensão: “uma centrada na prestação de serviços, na promoção de eventos, na difusão de cultura e no repasse de tecnologias, e outra mais articulada com o processo formativo (ensino) do aluno e com a produção do conhecimento (pesquisa)” (UnB, 2018). Apesar de não estar explícito no texto, depreende-se que essas duas concepções coexistem na UnB, uma vez que as diferentes atividades de extensão realizadas na UnB e descritas no documento se aproximam destas duas concepções.

Na UnB, a extensão universitária tem se realizado de modo a integrar as práticas extensionistas e o currículo por meio de diferentes atividades: cursos de formação profissional; estágios ou atividades que se destinem à formação pré-profissional discente; prestação de consultoria ou assistência a instituições públicas ou privadas; atendimento direto à comunidade pelos órgãos de administração, de ensino ou de pesquisa; participação em iniciativas de natureza cultural; estudo e pesquisa em termos de aspectos da realidade local ou regional; promoção de atividades artísticas e culturais; publicação de trabalhos de interesse cultural; divulgação de conhecimento e tecnologias de trabalho; estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica; articulação com o mundo do trabalho e sociedade em geral; compromisso da Universidade com a promoção e defesa dos Direitos Humanos; com a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei e promoção das condições de acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (UnB, 2018, p. 62).

Além dessas duas concepções apresentadas acima, o PPPI UnB traz também uma concepção voltada para a função social da universidade que se aproxima das classes populares e das lutas sociais se amparando no diálogo entre saber acadêmico e conhecimento popular e que conforme o documento, estiveram presentes nas reformas universitárias latinas e nas obras de intelectuais brasileiros, como Darcy Ribeiro e Paulo Freire (UNB, 2018). Desta forma,

“entende-se que a extensão deve-se desenvolver como uma troca de saberes, como uma relação dialógica que possibilita o empoderamento mútuo da sociedade e da universidade” (UNB, 2018, p. 31). Percebe-se que o PPPI complementa as informações apresentadas no PDI, pois acrescenta uma outra concepção de extensão que se aproxima de uma concepção freiriana de extensão universitária. Segundo o autor, “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (FREIRE, 2014, p 36).

Neste entendimento, Resolução nº 7 de 2018 do Conselho Nacional de Educação – CNE define em seu art. 5º que a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior devem ser estruturadas pela “interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social” (BRASIL, 2018, p.2). Ainda em articulação com as teorias de Paulo Freire acerca da extensão, a Resolução define a extensão universitária como:

[...] a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p.1).

Percebe-se que este conceito expressa a articulação permanente da extensão com o ensino e com a pesquisa o que reforça o princípio da indissociabilidade, além de explicitar a integração à matriz curricular e à organização da pesquisa. Desta forma, os conceitos, princípios e diretrizes da extensão na UnB estão em consonância com a Resolução.

No que se refere às políticas de extensão propriamente ditas, o PDI UnB detalha as políticas a serem adotadas pelo Decanato de Extensão – DEX para fortalecer e ampliar a participação das atividades de extensão. Entre as políticas listadas, destaca-se a discussão e instituição de programas para viabilizar a implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação. A implementação de no mínimo, 10% do total de créditos curriculares de extensão nos cursos de graduação é uma das metas do Plano Nacional de Educação - PNE com vigência de 2014 a 2024.

O Guia de Inserção Curricular da Extensão, publicado em 2021, tem como objetivo orientar o processo de ajuste dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação para adequação à Resolução CNE 07/2018 acerca da creditação da extensão. O Guia apresenta uma

concepção de extensão a partir da expressão de uma universidade cidadã que concretiza o processo formativo ancorado na interdisciplinaridade e interprofissionalidade materializada além dos limites institucionais da universidade, buscando o diálogo e o compartilhamento com diferentes sujeitos da comunidade capazes de agregar qualidade à formação universitária (UnB, 2021). Tal concepção traz ainda um enfoque na atuação protagonista dos estudantes na construção deste processo formativo. O Guia apresenta a inserção curricular da extensão como estratégia para efetivação do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e como um vetor que contribuirá para inovação metodológica e valorização de diferentes espaços e conhecimentos.

A princípio, o Guia apresenta referências teóricas e legais da extensão universitária no Brasil, com destaque para os autores Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Em seguida são apresentadas ações recentes da UnB com vistas a viabilizar o processo de inserção curricular da extensão, com destaque para o trabalho das comissões e o diálogo com a comunidade acadêmica. O documento também apresenta uma relação das legislações que devem ser observadas na reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação além de uma seção de perguntas e respostas com vistas a sanar possíveis dúvidas levantadas pelas coordenações e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs)¹⁰ responsáveis pela reestruturação dos projetos. O guia traz ainda, uma seção mais operacional, com a indicação dos caminhos do sistema SIGAA e fluxos internos de encaminhamento da inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UnB. Para encerrar, o Guia apresenta algumas dicas e orientações para os principais interlocutores envolvidos no processo de inserção curricular.

O Relatório de Autoavaliação Institucional - RAI 2022, destaca a concretização de algumas das políticas de extensão da UnB. Com relação à curricularização da extensão, o relatório destaca que o acompanhamento da inserção curricular está sendo realizado pelas câmaras de Extensão e de Ensino de Graduação por meio de uma comissão constituída por membros das duas câmaras para gerenciar o processo de inserção nas unidades acadêmicas, informar a comunidade acadêmica e promover debates acerca da temática. Foi criada uma página na internet com informações e materiais acerca da curricularização da extensão e elaborada uma circular conjunta pelos decanatos de Ensino de Graduação e de Extensão (DEG e DEX) com orientações acerca da carga horária dos cursos para efeitos de cálculo dos 10%

¹⁰ O NDE tem papel importante de articulação das relações entre a gestão dos cursos e a gestão institucional. O Parecer nº 4, de 17 de junho de 2010, justifica a implantação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para cooperar com o trabalho do coordenador de curso.

mínimos dedicados à extensão para a integralização dos créditos pelos estudantes (Circular nº Conjunta DEG/DEX 2/2021).

Além das ações orientadas ao processo de curricularização da extensão, o RAI traz uma série de ações acadêmico-administrativas relacionadas à extensão. Dentre elas, destaca-se a política de fomento da extensão por meio de editais e o formato de Programa Especial da Semana Universitária. Os editais publicados previam a concessão bolsas de extensão aos estudantes e auxílio financeiro às unidades acadêmicas. Conforme Relatório de Gestão da UnB 2021, foram contempladas mais de quatro mil bolsas, com destaque para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)¹¹ do qual foram ofertadas mais de quatrocentas bolsas.

No que se refere à articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, o RAI apresenta as principais ações que objetivam concretizar essa articulação: a) Desenvolvimento de pesquisa e de extensão integradas ao ensino de graduação, visando à autonomia e independência intelectual dos estudantes no processo formativo por meio de oferta de bolsas via editais; b) Promoção da participação dos estudantes em projetos de ensino, pesquisa e extensão, com apropriação de créditos, visando à formação integral por meio das bolsas de incentivo, da apropriação dos créditos de extensão destes estudantes e aprovação de normativos acerca da curricularização da extensão; c) Fortalecimento e valorização dos colegiados de extensão nas unidades acadêmicas; d) Fomento e ampliação da participação de técnicos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, com destaque para atividades de coordenação de projetos que por meio das novas regulamentações puderam participar de forma ativa das ações de extensão; Fomento, por meio de editais, da proposição de estratégias sustentáveis para a Universidade, estimulando a participação da comunidade em ações a serem desenvolvidas em atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio do Programa Especial UnB 2030.

Recentemente, em 2023, é publicada a Resolução da Câmara de Extensão nº 01/2023, que estabelece definições e procedimentos operacionais para a institucionalização das ações de extensão universitária da Universidade de Brasília (UnB) no Módulo de Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). O documento traz uma concepção de extensão alinhada às diretrizes da UnB e aos conceitos firmados pelo PPPI UnB e PDI UnB, definindo a extensão universitária como:

¹¹ O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) é voltado para docentes e estudantes regularmente matriculados em curso de graduação na UnB e busca fomentar a participação em Projeto de Extensão de Ação Contínua (PEAC), por meio da vivência extensionista integradora nas áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente, Trabalho e Saúde (UnB, 2021, p. 78).

[...] a atividade integrada à matriz curricular, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção dialógica e da difusão do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (UNB, 2023, p. 1)

Além disso, a resolução destaca que serão consideradas ações de extensão aquelas que “envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior, que destaquem o protagonismo discente e que estejam vinculadas à formação do estudante” (UNB, 2023, p. 1). O documento detalha ainda as modalidades de ação de extensão e suas características, descreve os responsáveis pela apreciação das propostas de extensão em cada instância deliberativa da universidade (unidades acadêmicas e administração superior) e determina os trâmites de formalização de ações no âmbito da UnB.

Desta forma, as ações de extensão da UnB poderão ser propostas nas modalidades: programas, projetos, cursos, eventos, produtos e prestação de serviços, sendo que a submissão deverá ser feita exclusivamente por meio do SIGAA e serão aprovadas após a análise de forma e mérito extensionista pelo Comitê de Extensão, formado pelos membros da Câmara de Extensão (CEX) e os servidores técnico administrativos da Diretoria Técnica de Extensão (DTE) com atribuição de avaliação de propostas no SIGAA. No âmbito das unidades acadêmicas, a resolução prevê a apreciação das propostas pelo Colegiado de Extensão ou pelo Coordenador de Extensão da unidade. Será concedido o mérito extensionista às propostas que observarem:

- a) protagonismo discente, com presença de, no mínimo, um(a) discente de graduação na equipe executora, incentivando-se sempre a realização de uma ou mais atividades pelo e/ou para o(a) discente de graduação da UnB;
- b) envolvimento com a comunidade externa, que deverá ser demonstrado em toda a descrição da proposta, e concretamente com reserva de, no mínimo, 20% de vagas, em caso de cursos e eventos, para a participação da comunidade externa;
- c) a equipe que executará a ação de extensão deverá ser composta de, no mínimo, dois terços de pessoas vinculadas à UnB. Casos de excepcionalidade poderão ser analisados pela Comissão de Extensão
- d) emprego de metodologias que expressem o compromisso social das instituições envolvidas na proposta da ação, na produção de conhecimentos, no diálogo com a comunidade externa, e na articulação dos âmbitos do ensino e da pesquisa; e) definição de objetivos que contemplem princípios éticos que expressem o compromisso social e com o meio ambiente das instituições envolvidas na proposta da ação, bem como com a Educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade transformadora, democrática e para todos;
- f) previsão de desenvolvimento de produtos e produção de conhecimentos atualizados e coerentes e comprometidos com a transformação da realidade brasileira, voltados para o desenvolvimento social democrático, equitativo e sustentável (UNB, 2023, p. 8).

No âmbito do IE, seu regimento determina que Conselho de Extensão do IE seja formado pelo Diretor do IE como presidente, pelo coordenador de extensão do IE, pelos coordenadores de extensão dos departamentos do IE (Ciência da Computação, Estatística e Matemática) e por um representante dos coordenadores de projetos de extensão de ação continuada. O Conselho de Extensão do IE tem como atribuições:

- I – propor políticas para a extensão;
- II - zelar pela qualidade das atividades de extensão e definir critérios para sua avaliação;
- III- aprovar programas de cursos de extensão;
- IV - propor, avaliar e aprovar cursos, projetos, atividades e programas de ação continuada de extensão no âmbito do Instituto;
- V - aprovar a indicação de professores e/ou servidores técnicos para coordenar programas, projetos, atividades e cursos de extensão;
- VI – propor às Congregações de Carreira de Cursos do IE atividades de extensão que contribuam para o aperfeiçoamento do processo formador dos alunos de graduação e de pós-graduação. (UNB, 2016, p. 13)

Anualmente, a Coordenação de Extensão do IE, com a aprovação do Conselho de Extensão, publica um relatório de ações realizadas. O primeiro relatório publicado em 2018 detalhou 31 ações de extensão, sendo 5 na modalidade “projeto”, 18 na modalidade “evento”, 3 na modalidade “minicurso” e 5 na modalidade “curso”.

Já o segundo relatório, de 2019 traz na sua apresentação ações realizadas pela coordenação de extensão do IE na busca de captação, organização e oferta de atividades de extensão, além das aprendizagens, experiências e potencialidades desenvolvidas na realização das atividades de extensão do Instituto. O relatório de 2019 traz o relato de 34 ações, sendo 13 na modalidade “projeto”, 11 na modalidade “evento”, 4 na modalidade “curso”, 4 na modalidade “minicurso” 1 na modalidade “oficina” e 1 na modalidade “workshop”.

O relatório de 2020 apresenta os desafios enfrentados pela extensão em razão da pandemia do Covid 19¹², destacando adaptação das atividades de um formato presencial para o formato remoto, com destaque para as atividades da Semana Universitária e do Programa Especial “UnB nos 60 anos de Brasília”. No total, foram registradas 62 ações¹³, sendo 14 na

¹² De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos (OPAS, 2020). Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) caracterizou a Covid 19 como uma pandemia, no mesmo período em que foram registrados os primeiros casos no Brasil. Na tentativa de conter o vírus, várias atividades presenciais foram suspensas e na UnB a retomada das atividades se deu no início de forma virtual, com as aulas e demais atividades administrativas e acadêmicas sendo realizadas de modo remoto.

¹³ Verifica-se a partir do relatório de 2020 o registro das ações realizadas nos âmbitos de programas de extensão, como o Programa Especial “Semana Universitária” e o Programa Especial “UnB nos 60 anos de Brasília”. Os relatórios dos anos anteriores apenas traziam um relato dos programas, não um detalhamento de suas atividades.

modalidade “projeto”, 2 na modalidade “evento”, 4 na modalidade “curso”, 23 atividades virtuais realizadas no âmbito do Programa Especial “UnB nos 60 anos de Brasília” e 22 atividades realizadas no âmbito da Semana Universitária.

Em 2021 o relatório apresenta uma continuidade das ações sendo realizadas ainda em formato virtual em razão da pandemia do Covid 19, com ênfase na expansão das atividades de extensão proporcionada pela utilização da internet e do formato virtual. Foram registradas 108 ações, sendo 22 na modalidade “projeto”, 35 atividades na modalidade “evento”, 7 na modalidade “curso” e 44 atividades realizadas no âmbito da Semana Universitária.

O último relatório publicado, referente ao ano de 2022 apresenta uma agenda dos principais eventos da extensão do IE, a destinação de recursos financeiros, gráficos com o número de propostas de ações e de docentes e discentes registrados nas equipes dos projetos de extensão além de destacar o processo de Inserção Curricular da Extensão. Foram relatadas 93 ações, sendo 24 projetos, 56 eventos e cursos e 13 projetos PIBEX. O relatório conclui evidenciando a aproximação da comunidade acadêmica do IE com a comunidade do Distrito Federal.

Os relatórios apresentados pelos projetos de extensão analisados detalham as atividades realizadas ao longo da duração do projeto, como planejamento, organização, realização de cursos, oficinas, produção de material, entre outros, com destaque ao protagonismo discente na realização dessas atividades. Nas dificuldades encontradas o relatório do projeto “Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina!” destaca a incompatibilidade do calendário acadêmico da UnB e o calendário das escolas. O relatório do projeto “Nivelamento em Estatística Matemática” destaca a dificuldade dos participantes de se cadastrarem no SIGAA além da falta de divulgação institucional por parte da UnB e falta de recursos financeiros para realização das atividades vinculadas ao projeto. Já o relatório do projeto “Laboratório de Ensino de Matemática” pontua como dificuldade a localização do laboratório no subsolo do ICC (Instituto Central de Ciências) que prejudica a manutenção do acervo em função da falta de luz natural e ventilação. Todos os projetos trouxeram a produção de material, publicação de artigos científicos e participação em eventos como resultado do projeto.

No ano de 2021, o Instituto de Ciências Exatas (IE) elaborou e publicou o Planejamento Institucional do Instituto de Ciências Exatas para o período de 2021 a 2025. Foram constituídas comissões temporárias temáticas envolvendo docentes e servidores técnico administrativos que atuam na graduação, pós-graduação, extensão e internacionalização. No que se refere à extensão, foram traçados planos e ações com os seguintes objetivos: intensificação das

atividades de extensão; infraestrutura e inclusão social; fortalecimento da extensão do IE; parcerias com outras instituições.

Os planos envolviam ações como publicização; estímulo a troca de experiências multidisciplinares; ampliação de parcerias com escolas públicas de Educação Básica; estímulo a maior participação docente e discente nas ações de extensão; criação e manutenção de laboratórios e materiais pedagógicos; promoção de atividades com vistas à inclusão social e redução de desigualdades sociais, raciais e de gênero; avaliação de atividades de extensão; criação de normas e trâmites para análise de propostas; realização de outros setores da sociedade brasileira e internacional; entre outros.

Entre as atividades que vem sendo realizadas no Instituto nos últimos anos, destacamos a elaboração de editais anuais de fomento a ações de extensão. Desde o ano de 2021, o IE elabora anualmente um edital para concessão de auxílio financeiro aos coordenadores de ações de extensão, utilizando recursos da matriz orçamentária do Instituto. O auxílio financeiro é disponibilizado aos coordenadores de ações de extensão que preencham os requisitos do edital e tem como objetivo estimular, promover e fortalecer uma relação dialógica entre os extensionistas do Instituto e a sociedade.

Verificamos, desta forma, que existe no IE um comprometimento com o fortalecimento da extensão universitária e que são desenvolvidas uma série de ações e planos que, articulados com as políticas de extensão da UnB, visam promover uma extensão universitária pautada na relação dialógica entre universidade e sociedade, numa formação que relacione a teoria-prática e que esteja articulada com a pesquisa.

4.2 Projetos de extensão analisados

A presente pesquisa foi realizada no âmbito do Instituto de Ciências Exatas (IE) da Universidade de Brasília (UnB), a partir da seleção de três projetos de extensão do Instituto: “Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina”, “Nivelamento em Estatística Matemática” e “Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)”. Cada um dos projetos está vinculado a um departamento do Instituto, sendo que estiveram vigentes no ano de 2022 e foram beneficiados pelas políticas de extensão da UnB por meio de concessão de bolsas aos estudantes. Trata-se de projetos antigos em seus respectivos departamentos, já consolidados e que se renovam anualmente.

Os projetos selecionados têm como coordenadores os professores que já atuaram ou atuam na gestão da extensão do IE e que já tiveram, desta forma, a oportunidade de participar

da Câmara de Extensão da UnB, atuando na discussão de políticas de extensão da UnB e na apreciação de propostas de extensão de toda a universidade.

4.2.1 Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina!

O projeto “Meninas.comp: Computação Também é Coisa de Menina!” foi criado em 2010 no Departamento de Ciência da Computação (CIC) da UnB com o objetivo de apresentar a área de Ciência da Computação para as alunas do ensino médio como uma possibilidade de escolha profissional, em razão de existir no Brasil um cenário de baixa participação e concluintes do sexto feminino nos cursos da área de tecnologia (ARAÚJO, *et al*, 2021). O projeto conta com a participação de professoras do Departamento que desenvolvem o projeto nas suas respectivas áreas de atuação. Desta forma, o projeto de extensão “Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina” é uma subdivisão do projeto maior que em 2022 foi contemplado pelo Decanato de Extensão (DEX) com auxílio financeiro para o pagamento de bolsas aos estudantes de graduação por meio do edital PIBEX 2022.

Assim, o projeto “Meninas.comp: Robótica também é coisa de menina” tem como objetivos: 1) Fornecer informação sobre a atuação profissional nas áreas de computação e engenharia; 2) Incentivar a reflexão sobre a pouca atuação da mulher nas áreas de computação e engenharia; 3) Promover a experimentação com Robótica, apresentando sua relação com a atuação da profissional nas áreas de computação e engenharia. 4) Desenvolvimento de projetos integrados da Universidade com os ensinamentos fundamental e médio. Entre os resultados esperados do projeto, está a divulgação da área de computação nos ensinamentos fundamental e médio para aumentar o interesse feminino pelos cursos de exatas, em especial pelos cursos de computação. O grande resultado esperado é mostrar que computação também é coisa de menina, e que como em qualquer outra área de atuação profissional, é possível conciliar a vida pessoal com a profissional. Como resultado a longo prazo temos o aumento efetivo de meninas cursando e concluindo cursos da área de computação (SIGAA, 2022).

Na prática, a partir das falas das participantes durante as entrevistas, verificamos que o projeto atua diretamente nas escolas da Educação Básica por meio do contato das coordenadoras do projeto e das alunas de graduação. O projeto fornece capacitação aos

professores da Educação Básica, kits de arduíno¹⁴, camisetas e material didático para que os professores possam ministrar as atividades e dar continuidade ao projeto dentro das escolas. Conforme pontuado na fala da coordenação do projeto:

A gente fornece alguns materiais, os kits arduino, camisetas, algumas aulas, planos de aula, tudo, e apoio para que os professores das escolas possam trabalhar diretamente com as meninas. [...] Então, como uma forma realmente de integrar o projeto, o que a gente faz é efetivamente dar o suporte para que o professor possa administrar as aulas com o apoio aqui das meninas da UNB, a gente vai dar palestra, a gente participa de exposição, muitas vezes as próprias escolas fazem feira de ciência, a gente vai pra (sic) a feira de ciências, mostra alguma coisinha que outras escolas fizeram. [...]. (Informação verbal, 2023)

Verifica-se ainda, um grande protagonismo discente, uma vez que as estudantes assumem diferentes funções dentro do projeto e são responsáveis por criar e desenvolver projetos próprios. Ainda, segundo a coordenação do projeto:

[...] o que eu diria é que são alunas são muito proativas, que realmente tomam iniciativa, fazem as coisas, e elas se sentem muito à vontade dentro do projeto, então é uma coisa também que tem uma tradição do projeto do Meninas.comp, que não são as professoras que chegam e dizem você vai fazer isso, você vai fazer isso, como você... assim, dando as tarefas, né? Existe um interesse de que as meninas tenham autonomia, que elas proponham (informação verbal, 2023).

Desta forma, o projeto procura apresentar as áreas de tecnologia e Ciência da Computação às estudantes do Ensino Básico como uma opção de carreira a seguir. Na prática, o projeto desenvolve atividades nas escolas com a participação das estudantes de graduação da UnB que atuam como protagonistas nesta mediação e na criação de conteúdo do projeto. As alunas tanto da graduação como da Educação Básica apresentam os trabalhos criados em diversos eventos, congressos e exposições, como Semana Universitária, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, *Campus Party*, entre outros.

4.2.2 Nivelamento em Estatística Matemática

Já o projeto “Nivelamento em Estatística Matemática” tem como objetivo oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos básicos em Matemática, Estatística e Computação

¹⁴ O Arduino é uma plataforma de computação física de fonte aberta, com base em uma placa simples de entrada/saída e pode ser utilizado para desenvolver objetos interativos independentes, ou conectado a softwares em um computador (BANZI, 2011). Ele é distribuído nas escolas para utilização nos projetos que serão desenvolvidos pelas alunas.

Estatística, o projeto de nivelamento propicia que os estudantes alavanquem seus estudos nos cursos de graduação do IE e em áreas afins. Como resultado, espera-se que o projeto seja um dos principais instrumentos de pré-capacitação ao aprendizado universitário dos alunos ingressantes dos cursos do IE e de áreas afins. Os alunos passarão a vincular os ensinamentos ministrados no projeto com as aplicações explanadas nas disciplinas de graduação, projetos de iniciação científica, consultoria, dentre outros (SIGAA, 2022).

O Nivelamento em Estatística Matemática teve início em 2017 no formato de curso, sendo institucionalizado pela primeira vez em 2018 e tornou-se um projeto a partir do ano de 2020. Tendo como objetivo tratar a carência na formação em nível de Educação Básica dos discentes na área de matemática que resulta em altos índices de reprovação em disciplinas introdutórias e de evasão universitária, o curso foi bem recebido pela comunidade acadêmica e pela sociedade do DF contribuindo para a aprendizagem de alunos de graduação da UnB e da Educação Básica do DF (MOREIRA, 2021). Em 2022 o projeto foi contemplado pelo Decanato de Extensão (DEX) com auxílio financeiro para o pagamento de bolsas aos estudantes de graduação por meio do edital PIBEX 2022.

De acordo com a coordenação, o projeto é criado:

[...] pra (sic) combater a heterogeneidade na formação dos alunos. No que diz respeito à formação básica em matemática, só que a gente vai executar, o projeto, outros projetos nas escolas, a gente vê que essa coisa de formação diferente, ela se dá na escola pública também, então assim a gente acaba usando o projeto pra (sic) falar de tratamento da informação, pra (sic) falar de estatística, pra (sic) fazer as vezes atividades básicas em matemática, envolvendo sólido geométrico, funções, falando de estatística também (informação verbal, 2023).

Há ainda no projeto uma forte atuação dos estudantes de graduação, de acordo com o coordenador, com exceção dos cursos, todas as demais atividades são protagonizadas pelos estudantes, segundo a coordenação do projeto:

[...] na Semana Universitária, foram três atividades, de uns seis, sete alunos da estatística e eram matriculados na disciplina, então foi tudo eles que fizeram, planejaram, fizeram um Dashboard... é um aplicativo pra (sic) coletar dados na hora, e coletar informações na hora com os participantes, então foi bem interessante (informação verbal, 2023).

Na prática, o projeto funciona como forma de combater os déficits na formação dos estudantes nas áreas de matemática e estatística. No início dos semestres são oferecidos cursos de nivelamento aos estudantes de graduação e da Educação Básica, e ao logo o projeto são

desenvolvidas atividades nas escolas como forma de atenuar/eliminar este déficit já no ensino fundamental e médio.

4.2.3 Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT)

O projeto Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT) objetiva promover o estudo e a produção de oficinas e material didático junto a estudantes e professores do Curso de Licenciatura em Matemática, que atendam às necessidades da Educação Básica; ampliar a participação de estudantes da Licenciatura em atividades extensionistas como a Semana Universitária e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; organizar e socializar o acervo do LEMAT junto a estudantes e professores do Curso de Licenciatura em Matemática e da SEEDF; promover a visitação de escolas no LEMAT e o desenvolvimento de aulas/oficinas; e auxiliar a montagem de laboratórios em escolas da SEEDF. A partir dos resultados, espera-se ampliar o conhecimento sobre recursos didáticos para o ensino de matemática junto a licenciandos e professores, além de divulgar os Laboratórios de Ensino junto às coordenações e diretorias de escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal (SIGAA, 2022).

O Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT) foi criado na década de 1980 tendo uma importância relevante para o desenvolvimento da Educação Matemática no Distrito Federal, sendo utilizado ao longo dos anos para o ensino de disciplinas da licenciatura em matemática, cursos, eventos, atendimento matemático à comunidade, entre outros (MENEZES; MOREIRA, 2020). Em 2011 o LEMAT foi institucionalizado pela primeira vez como ação de extensão, sendo oficializado como projeto de extensão em 2014. No ano de 2022 o projeto foi contemplado pelo DEX com auxílio financeiro para o pagamento de bolsas aos estudantes de graduação por meio do “Edital Licenciaturas em Ação 2022”.

Em entrevista realizada com a coordenação e coordenação adjunta do projeto de extensão, verificamos que se trata de um projeto criado na década de 1980, mas que se desenvolveu de forma coletiva no departamento, com a participação de diversos professores ao longo dos anos, até a sua institucionalização como um projeto de extensão. A coordenação relata que:

[...] logo depois eu já comecei a ter essa preocupação de não só atuar, mas também registrar como extensão. Aí já nessa minha outra frente de atuação, que é de reconhecer a importância da extensão nesse processo formativo e de valorizar tudo que o professor aqui faz e aí por isso, essa minha luta em registrar, em organizar melhor os processos da extensão (informação verbal, 2023).

O projeto LEMAT possui um espaço físico localizado no subsolo do ICC (Instituto Central de Ciências), e atualmente ocupa três salas neste espaço, pertencentes ao Departamento de Matemática da UnB, para atendimento de estudantes de graduação, professores e estudantes de Educação Básica e comunidade em geral. O Laboratório conta com um acervo de aproximadamente 600 livros, apostilas, materiais didáticos e trabalhos desenvolvidos por estudantes e professores (MENEZES; MOREIRA, 2020).

Em termos práticos, o LEMAT é usado para o desenvolvimento de atividades de ensino do Departamento de Matemática aos estudantes de licenciatura que tem também a oportunidade de vivenciar experiências junto a escolas de Educação Básica, aplicando os conhecimentos da graduação. Ao mesmo tempo, o projeto recebe demandas das escolas para a criação de oficinas e atividades direcionadas aos alunos de Educação Básica. A partir do projeto LEMAT são desenvolvidos, ainda, projetos de pesquisa científica na área de desenvolvimento de jogos matemáticos para a educação.

4.3 Concepções de extensão universitária

A partir de categorias estabelecidas *a priori*, foram elaboradas perguntas relacionadas com os objetivos específicos desta pesquisa a partir de três categorias: Concepção de extensão universitária; Função da extensão universitária e Inserção da extensão no currículo do curso. A elaboração das perguntas também levou em conta as categorias dos sujeitos entrevistados, quais seja: Coordenador(a) de projeto de extensão; Estudante de graduação envolvido no projeto de extensão; Professor(a) da Educação Básica participante do Projeto de Extensão.

Para uma melhor compreensão das concepções de extensão percebidas pelos sujeitos da pesquisa, construiu-se um quadro a partir do referencial teórico apresentado no capítulo 1.2 deste estudo:

Quadro 5 – Concepções apresentadas no referencial teórico

Autor	Concepção	Características
Jezine (2004)	Assistencialista	Responsabilidade social/atendimento a necessidades de populações carentes
	Mercantilista	Mercadoria/parcerias com sociedade
	Acadêmico	Relação dialógica/teoria-prática

Silva (2001)	Tradicional/funcionalista	Função de Estado/assistencialista
	Processual	Institucionalização/articulação com ensino e pesquisa
	Crítica	Integrada ao currículo
PDI (2018) e PPPI (2018) UnB	Repasse de conhecimentos	Prestação de serviços, promoção de eventos, difusão de cultura e repasse de tecnologias
	Indissociabilidade	Extensão relacionada ao processo formativo (ensino) e à produção de conhecimento (pesquisa)
	Função Social	Relação dialógica, transformação da sociedade (Darcy Ribeiro e Paulo Freire)

Fonte: elaboração da autora, 2023.

A partir das concepções descritas no quadro, fizemos uma comparação destes conceitos com as falas dos atores que participaram da entrevista semiestruturada, com o objetivo de verificar com qual das concepções apresentadas as falas se relacionam e assim compreender quais são as concepções de extensão que se aplicam na prática das atividades dos projetos na perspectiva dos participantes.

4.3.1 Concepções de Coordenadores de projetos de extensão

Partindo da primeira dimensão: Concepção de extensão universitária e com o objetivo de identificar as concepções e significados presentes nas práticas extensionistas dos atores envolvidos nos projetos de extensão do IE/UnB, solicitamos que o(a) coordenador(a) falasse a respeito do seu projeto de extensão. A partir desta fala, verificamos uma aproximação à concepção acadêmica de Jezine (2004), que caracteriza a extensão com ênfase na relação teoria-prática, além trazer a extensão como indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade.

Por meio dos relatos acerca da participação dos estudantes nos projetos, verificamos um forte protagonismo estudantil que colabora para a relação entre teoria e prática, já que ainda na graduação os estudantes podem ter experiências parecidas com as que serão vivenciadas no mercado de trabalho após a formação. Percebe-se ainda uma conexão com a concepção de indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa, conforme PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, na medida em que as atividades de extensão estão conectadas com os processos formativos e produção do conhecimento, pautadas no protagonismo dos estudantes na execução destas atividades.

O(a) Coordenador(a) A comenta sobre o protagonismo e proatividade das estudantes e menciona um trabalho realizado pelas alunas:

[...] o que eu diria é que são alunas que são muito proativas, que realmente tomam iniciativa, [...] um grupo de meninas se uniu e fez um jogo e esse jogo, apesar de que ele meio que se diferenciou, porque a própria identidade visual dele é diferente do projeto, o nome é diferente do projeto, mas as meninas que estão no jogo, que estão na equipe do jogo, estão no projeto e existe uma troca muito boa, porque elas acabam apresentando o jogo junto com o projeto. Não é um produto explícito do projeto, mas a gente considera que é um *branch*¹⁵, né? Uma coisa que desenvolveu a partir do projeto, proatividade (informação verbal, 2023).

A relação teoria e prática é observada pelo(a) Coordenador(a) C quando comentado acerca a importância do projeto para a formação de estudantes:

[...] na nossa concepção essa disciplina tem que trabalhar unindo as duas coisas, teoria e prática, alocadas no que vai ser a futura prática profissional desse licenciando, né? E em total sintonia com as necessidades reais. Então, quais são as necessidades reais? A época da pandemia era uma, a pós pandemia o que que se mantém ainda? O que que tem de novo nessa discussão atual do novo Ensino Médio? Então, nessas discussões atuais, pede BNCC, posicionamentos contrários e favoráveis. Então a gente trabalhou, desse modo, entendendo que elas são fundamentais para formar o professor, e mais, entendemos que não só essas disciplinas formam o professor, todas as disciplinas do curso formam o professor, todas as disciplinas do curso tinham que ter essa preocupação. Se não nas disciplinas todas, mas pelo menos módulos da disciplina tinham que fazer esse vínculo com o que ele vai de fato trabalhar depois que é a matemática da educação básica (informação verbal, 2023).

Além disso, verifica-se que os projetos atuam na capacitação dos professores das escolas de Educação básica, atuando na formação continuada destes profissionais. No caso do projeto Meninas.comp, os professores são capacitados pela coordenação do projeto para dar continuidade ao projeto dentro de sala de aula. Além disso, observa-se que há a multiplicação deste conhecimento, de acordo com o(a) Coordenador(a) A:

[...] uma coisa interessante é que uma vez, por exemplo, que o professor, na escola, institui o projeto, se ele muda de escola, ele leva o projeto com ele, mas o projeto fica na escola antiga. Então, ele é realmente um multiplicador, sabe? É uma estratégia que eu acho que é muito interessante (informação verbal, 2023).

O(a) Coordenador(a) B destaca sua atuação junto a outro projeto que trabalha em articulação com o projeto de Nivelamento em Estatística Matemática, que é o projeto de extensão

¹⁵ O *branch* é considerado uma ramificação do projeto.

“Promovendo Educação em Estatística, voltado para a formação continuada dos professores da Educação Básica:

O [projeto] da estatística, Promovendo Educação em Estatística já tem uma finalidade de falar de uma coisa específica, que é estatística, e os professores da educação básica a maioria não tem formação. Então, assim, a finalidade mesmo do projeto é fazer essa formação dos alunos da educação básica e dos professores. A gente acaba fazendo várias ações (informação verbal, 2023).

O projeto LEMAT por sua vez também atua na parceria com as escolas de Educação Básica e Institutos Federais, atendendo a demandas dos professores, conforme observado na fala do(a) Coordenador(a) A:

Nós recebemos uma professora do Instituto Federal que veio conhecer o LEMAT, porque ela quer trabalhar com algo parecido lá, então é a gente ajudando na melhoria de um outro curso de licenciatura [...] uma frente que é o atendimento a professores e estudantes. E isso veio dos eventos, a gente notou que aquele atendimento que a gente fazia durante os eventos era pouco, era muito sazonal, era muito rápido e aí agora a gente tem, né? Todo um método de agendar esses atendimentos e de atender, receber esse professor aqui com seus estudantes pra (sic) vivenciar, né? Essas atividades que ele envolve lá, é aí a gente tá (sic) oferecendo então atualmente as oficinas e que eles conheçam mesmo o espaço que a gente tem, então a gente fez um formulário pros professores perguntando quantos alunos, se ele quer uma oficina, uma visita na UnB, um curso, qual conteúdo. Então ele faz uma espécie de cadastro e a gente atende os estudantes (informação verbal, 2023).

As percepções tendem a se aproximar das concepções acadêmica de Jezine (2004) da concepção de Função Social do PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB na medida em que professores da comunidade externa levam suas demandas à UnB por meio dos projetos, conforme observado na fala do(a) Coordenador(a) D:

[...] gente atende a demanda deles. Sim, por que o que que a gente via? A gente oferecia as oficinas, mas era... a gente não sabia se aquela era a demanda da escola. Agora hoje não, se ele quer uma oficina de Geometria, então a gente vai fazer funcionar pra (sic) eles (informação verbal, 2023).

Percebe-se, ainda, uma aproximação da concepção de função social da extensão conforme PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, com destaque na comunicação e troca de saberes entre a universidade e a comunidade, na forte atuação dos professores e estudantes das escolas de Educação Básica nos projetos. O(a) Coordenador(a) B pontua em sua fala o papel dos professores da Educação Básica no desenvolvimento do projeto:

E aí, quando você vai pra (sic) educação básica, você tá (sic) promovendo a educação de qualidade em conjunto, em colaboração com os professores de educação básica. E também (sic), quando a gente vai pra essas escolas de educação básica, por exemplo, é muito interessante que o aluno ele consegue observar a deficiência que ele tem na própria formação acadêmica. Então, assim, é uma coisa de troca mesmo, muitas vezes os professores também auxiliam na coordenação, na orientação dos estudantes, porque eles falam maneira de fazer (informação verbal, 2023).

Durante a pesquisa e análise das entrevistas, percebe-se que há na execução prática dos projetos uma articulação da extensão com o ensino e a pesquisa. A concepção de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estão presentes no PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB e é descrita como um princípio pedagógico fundante da UnB de forma que a extensão deve estar integrada a processos educativos, culturais e científicos articulados ao ensino e pesquisa. Nesse sentido, o(a) Coordenador(a) B destaca que seu projeto está alinhado com as políticas de extensão da UnB na medida em que são oferecidas possibilidades de diminuir retenção e evasão dos cursos da UnB:

[...] política de extensão é isso, né, você fazer uma universidade mais inclusiva, então, quando você faz um curso de nivelamento você já nos primeiros semestres, que é onde você tem mais retenção e evasão nos cursos, você já pega o aluno que tá (sic) entrando, já acolhe o aluno, a gente oferece *coffee break*, oferece formação de qualidade, matemática e estatística, computação. Então isso já é uma forma de você combater a evasão acadêmica [...] (informação verbal, 2023).

O(a) Coordenador(a) C, por sua vez, destaca que há no departamento de Matemática disciplinas que são ministradas no LEMAT, fazendo com que o espaço e o projeto sejam palco para realização de atividades de ensino, articuladas com a extensão na medida em que também são recebidos ali alunos da Educação Básica e público externo à UnB:

Eu entendo que é um movimento natural mesmo, de consolidação do LEMAT. [...] como um espaço que recebe as disciplinas da área de ensino, tem o espaço geográfico pra (sic) que essas disciplinas ocorram, e não por acaso, elas ocorrem ali, porque a gente tem que trabalhar com público essa valorização do trabalho em grupo, da comunicação mais efetiva entre os estudantes. E aí no LEMAT a gente tem a possibilidade de se trabalhar em mesas, sempre em grupos ou em duplas. Nós temos algo perto dos materiais, ali próximos a nós [...] já não por acaso, a disciplina de regência acontece lá. E aí tudo é produzido ali naquele espaço, o que a gente precisa tem ali, a disciplina é construída ali, todo o projeto é desenvolvido ali [...] nós temos na licenciatura em matemática 6 disciplinas, né? Que são ditas como disciplinas de ensino, então é Álgebra Para Ensino I e II, Geometria Para Ensino I e II e Regência I

e II. Essas disciplinas acontecem no LEMAT por uma questão histórica, por essas pessoas anteriores entenderem que literalmente é ali o lugar delas (informação verbal, 2023).

Percebeu-se ainda, que há na execução dos três projetos, uma preocupação em relacionar-se com a pesquisa. Nesse sentido, é comum que a participação nos projetos resulte em publicações científicas e participações em eventos, tanto nacionais quanto internacionais. O(a) Coordenador(a) A, destaca em sua fala que frequentemente as alunas conseguem apresentar seus trabalhos em eventos e recebem premiações, o que vem gerando autoconfiança e empoderamento nas participantes:

Então a grande maioria das alunas que passam pelas Meninas.comp participam da escrita de artigos, muitas vezes vai para o congresso apresentar, acontece frequentemente de ganhar prêmios de melhor trabalho, de melhor apresentação, e tudo isso daí vai gerando autoconfiança, vai gerando empoderamento, então as meninas vão se sentindo muito mais confiantes do trabalho que elas fazem, é um trabalho muito bom, de excelente qualidade, que elas conseguem realmente trabalhar nessa área (informação verbal, 2023).

Partindo da concepção de função social do PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, observamos nos relatos dos coordenadores que os projetos de extensão podem promover uma mudança da realidade social da comunidade envolvida no projeto, em especial os estudantes da Educação básica, conforme observado no relato do(a) Coordenador(a) A:

A gente tem ex-alunas do projeto nas escolas que agora são alunas do projeto na UnB [...] que já fizeram parte do projeto no Ensino Médio, estão na UnB, fazendo curso de tecnologia. E aí, também, né? Fazendo parte do projeto e que descobriram o projeto na escola foi que mudou a [...] escolha de profissão. [...] são alunas que são muito proativas, que realmente tomam iniciativa, fazem as coisas, e elas se sentem muito à vontade dentro do projeto, então é uma coisa também que tem uma tradição do projeto do Meninas.comp.[...] (informação verbal, 2023).

O contato dos estudantes da Educação Básica, sobretudo de escolas públicas e de periferias, permite a estes alunos um primeiro contato com a UnB, despertando nestes estudantes a vontade e o interesse em fazer parte da universidade, conforme pontuado pelo(a) Coordenador(a) B:

Então assim, é algo que a gente faz com olhar para os anos finais aí do ensino médio, principalmente, que é onde a gente tenta na Semana Universitária em particular despertar esse desejo, e essa formação no que diz respeito à Universidade de Brasília. Mas no dia a dia a gente procura fazer voltar pro (sic) fundamental, né? Pra (sic) despertar desde o ensino fundamental, não só propiciar a formação, mas também despertar o interesse dele em estar na Universidade de Brasília, né? Saber que é possível, saber que existe 50% de

cota pra (sic) escola pública, do ingresso de 50% pelo PAS, então assim são informações e fazer eles acreditarem em si mesmo através de informação[...] (informação verbal, 2023).

Muitas vezes estes alunos não concebem a universidade como uma possibilidade para que eles deem continuidade aos seus estudos. Eles não conhecem as formas de ingresso nem que existem vagas reservadas aos estudantes de escolas públicas. A partir do projeto e do contato com professores e estudantes da UnB, eles então despertam o interesse em estudar em uma universidade, conforme pontuado pelo(a) Coordenador(a) C:

[...] o professor de ensino médio vem aqui no LEMAT ou na Semana Universitária, traz aqui um aluno de ensino médio, ele visita o LEMAT, ele conhece aquele espaço. E aí depois ele decide fazer matemática, e aí depois ele vem falar pra (sic) nós "Eu sou um desses que veio visitar, isso mudou a minha vida porque ali naquele momento eu percebi que a UnB poderia ser pra mim [...]" o LEMAT tem ajudado a desmistificar essa imagem, a Universidade é pra (sic) nós, a Universidade é para todos, né? E você pode sonhar em estar aqui como um estudante de ensino superior. Eu sinto que essa também é uma grande bandeira nossa, e minha em particular [...] (informação verbal, 2023).

Desta forma, verificou-se que na percepção dos professores, há a predominância de uma concepção acadêmica de acordo com Jezine (2004) e das concepções de extensão firmadas no PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, na medida em que as ações são orientadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, há a preocupação em trazer o protagonismo dos alunos na execução das atividades além dos projetos de modo geral trazerem a comunidade não só para participar, mas para contribuir na construção das ações de extensão.

Além disso, pode-se destacar as mudanças sociais que vem ocorrendo com os alunos de escola pública que participam dos projetos, seja a partir da possibilidade de vivenciar diferentes experiências em congressos e eventos, pelo recebimento de bolsas de auxílio financeiro ou pelo interesse desses estudantes de ingressarem na universidade, em especial meninas e mulheres que passam a visualizar a possibilidade de seguir carreira nas áreas de ciências exatas e tecnologia.

4.3.2 Concepções de Estudantes de graduação participantes dos projetos de extensão

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete estudantes de graduação da UnB. São estudantes que atuam junto aos projetos analisados e foram indicados pelos coordenadores dos projetos em razão da necessidade entrevistarmos discentes com efetiva participação e comprometidos com as ações do projeto.

A partir da análise das entrevistas, percebe-se que as concepções de extensão dos estudantes se mostram coerentes com as concepções presentes no PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, com a concepção acadêmica de Jezine (2004), podendo também tender para as concepções assistencialista de Jezine (2004) ou concepção tradicional de Silva (2000).

Verifica-se uma relação com a concepção acadêmica de Jezine (2004) na entrevista com o(a) estudante B que destacou como objetivo do projeto Meninas.comp a capacitação dos professores da Educação Básica e o protagonismo das estudantes de graduação na execução das atividades, evidenciando a relação entre teoria e prática, além da disponibilização de bolsas às estudantes da Educação Básica como forma de incentivar a continuidade no projeto:

[...] o nosso objetivo agora é ir nas (sic) escolas, dar aulas de robótica. Na verdade, o objetivo do Meninas.comp é capacitar professores da própria escola pra (sic) oferecer aulas de robótica. Aí (sic) o Meninas.comp entra com bolsas de iniciação científica do ensino médio, né? Tanto que, na época do ensino médio, eu também recebi essas bolsas, pra (sic) um maior incentivo mesmo. E daí, as meninas vão atuar mais como... indo nas escolas, assim, mensalmente, pra (sic) incentivar mesmo as meninas. Tipo, como uma monitoria (informação verbal, 2023).

A relação entre teoria e prática, assim como o protagonismo discente, coerente também com a concepção de indissociabilidade do PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB estão presentes na fala dos estudantes na medida em que os estudantes relatam as suas práticas vivenciadas nas ações dos projetos. A estudante A destaca a sua experiência no projeto criado a partir da iniciativa das próprias alunas, além das videoaulas desenvolvidas:

[...] Então, a gente, na verdade, montava aulas, eu cheguei a montar algumas aulas, montei o site do Meninas.comp também. Então, eram coisas voltadas para tentar estruturar mais o projeto, porque logo depois veio a pandemia, né? Então, com a pandemia, a gente ficou bem restrito. Então, a gente montou algumas videoaulas, algumas aulas de programação online, fizemos principalmente aulas de Python e fizemos principalmente o site do Meninas.comp, depois, eu participei da criação de um jogo, a gente criou um jogo do Meninas.comp também, que é o Mundo BitByte, que foi um projeto que a gente juntou todas as meninas do ensino superior para fazer esse projeto, e atualmente eu tô (sic) também na construção de um novo jogo de Arduino (informação verbal, 2023)).

Muitos dos estudantes cursam a modalidade de bacharelado, na qual não há disciplinas voltadas para o ensino, nem a possibilidade de estágio dentro de salas de aula. A partir do projeto eles podem desenvolver essa habilidade pedagógica e vivenciar uma forma diferente de complementar sua formação. O(a) estudante D relata com bastante entusiasmo a sua experiência em ministrar aulas aos estudantes de Educação Básica:

[...] eu fui na (sic) escola e adorei, simplesmente adorei. E a gente deu aula para os sextos, sétimos e oitavos e nonos. E foi muito bom ter um contato com as crianças. Falar pra (sic) elas a oportunidade de vida que a Estatística dá. A gente ia mais para falar da Estatística, dava aula de Probabilidade, dava aula de Gráfico, bem básico mesmo [...] geralmente você vê a fórmula da média, mas você não vê ela (sic) aplicada em contextos, por exemplo, de exemplo. Ou em contextos empresariais etc. Então eu acho que foi algo muito bom. Além de aproximar a gente desses estudantes, porque eles vão ver um aluno explicando. Não vão ver um professor (informação verbal, 2023).

Já os estudantes de licenciatura têm a possibilidade de aplicar e aperfeiçoar os seus estudos antes mesmo de cursar as disciplinas de estágio. Além disso, o projeto incentiva os alunos a visualizarem o processo de aprendizagem de diferentes maneiras, principalmente saindo da visão tradicional de uso de giz e quadro em sala de aula, uma vez que no projeto LEMAT são desenvolvidos jogos e oficinas com diferentes métodos de aprendizagem ativa. O(a) Estudante G, destaca:

[...] no LEMAT, a gente trabalha principalmente atendendo escola, né? Professores, alunos. A gente recebe escolas aqui, fazendo visitas e oficinas com eles aqui no Departamento de Matemática, na UNB, né? Trazendo a matemática de uma forma mais lúdica, né? A gente aplica bastante jogos matemáticos também, né? Com o objetivo também de trazer diversão, mas que eles possam aprender matemática de uma outra forma. A gente realiza também alguns trabalhos com escolas, né? Tem alguns professores da Secretaria de Educação que, as vezes visitam, precisam de ideia para alguma oficina, como trabalhar algum conteúdo específico, a gente presta esse auxílio (informação verbal, 2023).

Ainda a partir da concepção de indissociabilidade do PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, percebe-se a articulação do processo com a pesquisa. Em suas falas, os estudantes relatam participações em escrita de artigos científicos, participação em congressos, entre outros. A Estudante A comenta da sua experiência com a pesquisa:

Pelo Meninas.comp foi onde eu aprendi a pesquisa, a fazer artigo, eu nunca tinha feito artigo na minha vida, então foi a primeira vez que eu pude estar em contato com artigo e fazer um artigo, apresentar, então, por exemplo, o Mundo Bitbyte, a gente criou um artigo que ele foi aceito no congresso, ganhou menção honrosa, foi sensacional, e também (sic) foi escrito para uma revista, foi aceito por uma revista internacional. Então, foi a primeira vez que eu tive contato com pesquisa mesmo, foi por causa do projeto (informação verbal, 2023).

Já os estudantes do projeto LEMAT destacaram um artigo escrito em conjunto e que será apresentado na Conferência Interamericana de Educação Matemática (CIAEM) que

ocorrerá entre os dias 30 de julho a 04 de agosto de 2023 em Lima no Peru. Além disso, os alunos da licenciatura podem vivenciar a experiência da pesquisa científica, que muitas vezes é mais incentivada no bacharelado do curso de matemática, conforme pontuado pelo(a) Estudante G:

[...] o LEMAT, ele me deu mais esse quesito da visão da extensão e na parte da pesquisa também, né? A gente estava até desenvolvendo alguns artigos relacionados com a produção de jogos, a gente vai até apresentar eles num curso do CIAEM, né? Que é lá no Peru. E acho que me deu muito essa visão de tipo assim, eu consigo também trabalhar na área de educação, mas voltado para pesquisa, que é algo que a gente pensa, tipo assim, “não, pesquisa em matemática é só para a área do bacharel”. Eu acho que abriu, sim, meus olhos enquanto a isso (informação verbal, 2023).

Trata-se, desta forma, de uma experiência que, de acordo com os estudantes, só está sendo possível graças ao projeto de extensão e a sua articulação com a pesquisa.

Em parte das entrevistas realizadas com os estudantes, percebe-se uma forte relação das falas com a concepção de função social do PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, orientada no diálogo entre saber acadêmico e conhecimento popular, objetivando transformações na sociedade, amparadas, conforme PPPI UnB (2018) em obras de Darcy Ribeiro e Paulo Freire.

Os relatos dos estudantes mostram como a extensão da UnB contribuiu para que houvesse uma transformação social em suas vidas, conforme verifica-se, especialmente nas falas das estudantes do projeto “Meninas.comp”. Segundo a Estudante A:

Porque assim, meio que eu tinha uma pressão muito forte da minha família de eu não fazer o curso, porque achavam que mulher não é pra essa área, esse tipo de coisa, e por causa disso, quando eu entrei na faculdade, eu entrei com essa pressão muito grande, tipo, eu tenho que fazer as coisas darem certo porque ninguém tá me apoiando [...] eu estava desistindo do curso, porque eu estava me colocando uma pressão muito grande, já era um curso que era muito difícil, que é um curso difícil, e eu não tinha apoio [...] E foi quando eu entrei no projeto e comecei a ter esse suporte [...] então que eu pude perceber que eu estava fazendo algo que eu gostava e que me fizesse querer me manter no curso (informação verbal, 2023).

A estudante relatou vivenciar uma pressão dentro de casa por parte dos familiares para que não desse continuidade ao curso de Engenharia da Computação, pois, de acordo com os familiares, não era uma área de trabalho para mulheres. Desta forma, a estudante encontrou em sua participação no projeto, o apoio que precisava para não desistir do curso.

Desta forma, verifica-se que o projeto é capaz de influenciar na transformação social das pessoas envolvidas, contribuindo para uma mudança de visão de que determinadas áreas de

formação, sobretudo as de ciências exatas e tecnologia não são destinadas a mulheres. A Estudante B complementa em sua fala essa mudança de perspectiva:

Conheci muita gente, muitas mulheres que atuam na área. Aí, por isso, eu me interessei a continuar na área de tecnologia, né? Foi graças ao projeto mesmo, assim. Eu tive essa visão de querer fazer engenharia, querer fazer mecatrônica. Agora, atualmente, passei como bolsista do Meninas.comp. [...] E daí, as meninas vão atuar mais como... indo nas escolas, assim, mensalmente, pra (sic) incentivar mesmo as meninas. Tipo, como uma monitoria. E também pra (sic) mostrar que uma visão de meninas da própria UnB, numa escola pública, muda muito. E eu falo isso por experiência própria, sabe? Que daí, agora, tá (sic) sendo esse ciclo. Eu fui incentivada por uma menina da mecatrônica, e agora vou incentivar outras meninas [...] a maioria das mulheres que fazem engenharia hoje foram incentivadas pelo projeto. Tanto que, antes do projeto, entrava o quê? Três meninas. Agora, a gente já tá (sic) conseguindo colocar nove. Então, foi graças a isso mesmo. E daí, eu quis, agora, continuar pra (sic) incentivar outras meninas. Porque, tipo, foi tão bom pra (sic) mim, sabe? Foi uma mudança de chave, assim, na minha vida... participar, lá no começo (informação verbal, 2023).

Assim, percebe-se que o projeto vem obtendo êxito em seu objetivo de incentivar as meninas e mulheres a ingressarem nas áreas de tecnologia, uma vez que a própria estudante relata que foi graças ao projeto que ela vislumbrou essa possibilidade e que de fato ingressou nesta área.

Desta forma, pode-se perceber que há um destaque das concepções do PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, com a concepção acadêmica de Jezine (2004). No entanto, verificamos que em alguns momentos as falas dos(as) estudantes tendiam a perceber a extensão por uma concepção mais assistencialista na perspectiva de Jezine (2004) ou tradicional de Silva (2000), na medida em que enxergavam as atividades desenvolvidas na escola como uma prestação de serviços práticos na forma de cursos ou ajuda a crianças e adolescentes, entendendo como a prestação de um serviço comunitário ou assistencial.

Há ainda, por parte de estudantes o desconhecimento acerca das políticas de extensão desenvolvidas na UnB, sendo mais percebidas durante grandes eventos, como a Semana Universitária.

4.3.3 Concepções de Professores da Educação Básica participantes dos projetos de extensão

Para identificar a concepção de extensão da comunidade externa à UnB, optou-se por entrevistar professores da Educação Básica que participam dos projetos analisados. Conversamos com seis professores, sendo dois de cada projeto, todos eles indicados pelos

coordenadores dos projetos em razão da necessidade entrevistarmos professores com maior envolvimento com o projeto.

Os professores trazem em suas falas relatos das experiências que seus alunos tiveram na participação das ações de extensão, demonstrando uma percepção uma concepção de extensão acadêmica conforme Jezine (2004) e nas concepções de repasse de conhecimentos e de função social, tratadas no PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB.

O(a) Professor(a) C comenta que toda a escola está de modo geral envolvida com o projeto e que o material produzido pelos estudantes da UnB colabora na aprendizagem dos alunos da escola:

Toda escola participa, a gente atende na escola sexto, sétimo, oitavo e nonos anos. A gente implementa um projeto, ele iniciou, na verdade, comigo, em sala de aula, na pandemia, implementando na sala de aula virtual, né, com as videoaulas produzidas pelos estudantes, foram as videoaulas produzidas, acho que, na primeira disciplina de extensão, que teve na Universidade de Brasília (informação verbal, 2023).

Tal percepção é reforçada pelo(a) Professor(a) D que fala da dinâmica da sala de aula proporcionada pelo projeto, o que torna a aula bem mais atrativa para os estudantes, uma vez que são utilizadas metodologias ativas:

Às vezes ele tá (sic) com você, mas às vezes vindo outra pessoa de fora, ele acha aquela aula interessante. É uma aula na prática, né? Uma aula na prática, tem um conteúdo, mas esse conteúdo é transformado na prática. Aí os alunos gostam muito. Mudou um pouco a dinâmica, né? Da sala de aula. Do só quadro e sala de aula, né? (informação verbal, 2023).

Percebe-se, assim, que o projeto tem contribuído para o ensino dos estudantes da Educação Básica, a partir da utilização dos recursos oferecidos pelos projetos ou pelas aulas oferecidas por meio de diferentes métodos. Além da experiência em sala de aula, o(a) Professor(a) E ressalta a participação dos alunos da Educação Básica em eventos externos, que ocorrem em grande maioria das vezes na própria UnB:

Eles participaram das oficinas [...] ministradas na Semana Universitária, e tiveram o primeiro contato [...] contato com a UNB. Então, foi uma oportunidade que esses estudantes tiveram de conhecer a Universidade, né, e ver como é que funciona, ver as salas, as instalações, eles não tinham uma menor noção de como que era a Universidade, né? E conhecer, ter o contato com os estudantes ministrando as oficinas, para eles foi bem bacana[...] (informação verbal, 2023).

Conforme já pontuado pelos coordenadores dos projetos, verifica-se aqui uma confirmação por parte dos professores da Educação Básica que é a partir dos projetos que estes

alunos têm um primeiro contato com a UnB, o que no futuro pode favorecer um interesse do aluno de dar continuidade em seus estudos na universidade.

Além disso, na execução prática das atividades, percebe-se também que ocorre o desenvolvimento de uma perspectiva de relação dialógica, na medida em que o projeto busca atender as demandas das escolas na realização das atividades. O(a) Professor(a) C relata que houve o envolvimento de toda a escola na realização de uma atividade multidisciplinar que seria o levantamento do Censo escolar. A escola então contou com a parceria do projeto para desenvolver a atividade, apresentando a demanda aos professores e alunos envolvidos no projeto:

Esse ano, a gente conseguiu a adesão dos professores de história e geografia também [...] porque foi uma demanda levantada, assim, na nossa, durante a nossa formação da semana pedagógica, fazer um levantamento do censo da escola. E aí, com a parceria com o Departamento de Estatística [...] porque o papel da extensão também é esse, né, de ouvir a demanda da comunidade, como já, já tinha essa parceria, aí eu trouxe a proposta, né, pra a gente fazer o censo dentro da nossa comunidade [...] (informação verbal, 2023).

A partir da concepção de função social do PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, verifica-se que os professores da Educação Básica enfatizam a relação universidade/escola e enxergam o projeto como oportunidades de transformar a realidade social de seus alunos.

O(a) Professor(a) que atua no projeto Meninas.comp, relata as oportunidades vivenciadas pelas alunas e as mudanças ocasionadas por essas oportunidades:

[...] por ser uma escola de periferia, apesar de ser no Lago Norte¹⁶, atende a uma clientela do Varjão, em sua grande maioria, né? Varjão e Paranoá¹⁷. Então, era assim uma atividade bem diferente [...] do mundo que elas costumam vivenciar, não só nas atividades em sala de aula, nos projetos desenvolvidos, mas como toda a vivência que o projeto proporciona, né? Em participar de eventos fora da escola, nós tivemos oportunidade de participar de um evento proporcionado pelo Facebook, e um evento organizado pela ONU Mulheres. E isso foi, assim, como mostrar para elas um mundo diferente, né? Que existe outras possibilidades, que elas são capazes e que elas poderiam sonhar com um mundo diferente daquele que era a vivência, né? De acompanhar a mãe ou pai na faxina, no cuidado do jardim, de ser caseiro de uma casa ali no Lago Norte. [...] é muito gratificante você ver uma menina abraçar você e falar assim “professora, obrigado, você mudou minha vida. Se não fosse isso, eu jamais teria oportunidade de tá (sic) num lugar desse”. Então, assim, é um projeto, ele transforma vida (informação verbal, 2023).

¹⁶ O Lago Norte é uma Região Administrativa do Distrito Federal considerada como uma região nobre e que possui uma maior concentração de renda.

¹⁷ Varjão e Paranoá são Regiões Administrativas do Distrito Federal consideradas periféricas e com grande concentração de pobreza.

Outro aspecto destacado pelos(as) professores(as) do projeto Meninas.comp são as bolsas disponibilizadas às alunas da Educação Básica, pois como se trata de escolas com população de baixa renda e vulnerabilidade social, uma bolsa de estudos recebida por uma aluna pode trazer mudanças significativas na vida de toda a família, conforme destacado na fala do(a) Professor(a) B:

Você tá (sic) falando da extensão, mas eu vejo assim do projeto em si, é o mérito, muito importante que é a questão das bolsas, né? Porque a gente trabalha com uma população em vulnerabilidade social, então a gente, as meninas que estavam bolsistas, muitas dessas bolsas vão pras (sic) mães que estão desempregadas (informação verbal, 2023).

Segundo os(as) professores(as), muitas vezes essas bolsas incentivam as estudantes a continuarem participando do projeto e até mesmo concluírem os estudos na Educação Básica.

Uma das perguntas direcionadas aos professores de Educação Básica era acerca da Política de Extensão da UnB e o alcance desta política para a comunidade. Percebemos que os professores em sua maioria desconhecem as políticas da UnB. O(a) Professor(a) E destacou que não conhecia essa política de extensão da UnB enquanto professor(a) da Educação Básica, somente agora, recentemente enquanto como colaborador(a) da UnB é que começa a perceber como funciona:

Olha, vou ser sincera, até antes de eu estar trabalhando com o projeto, eu não tinha percebido, não [as políticas de extensão], durante esse tempo todinho, eu ficava sabendo de alguns projetos que tinham estudantes na escola, mas assim, eu não sabia como é que funcionava, não tinha, não me alcançou, assim, pra (sic) saber, ah, tem as bolsistas, elas recebem uma bolsa, elas têm responsabilidade nas escolas, né? [...] enquanto professora, eu não fui alcançada, eu não entendi como é que funcionava, eu vim entender realmente no momento em que (sic) eu passei a executar o projeto (informação verbal, 2023).

Apesar de desconhecem as políticas de extensão, os professores perceberam o alcance da extensão universitária a partir da ação dos coordenadores, professores e estudantes da UnB envolvidos nos projetos, conforme observado nas falas quando questionados se a UnB cumpre o seu papel de alcançar a comunidade com a sua política de extensão, o (a) Professor(a) C pontua:

Cumpre, acho que cumpre plenamente, quando a ponte, ela, acho que é importante que tenha um caminho de ida e volta, né, então, na nossa escola, a gente passa por esses dois caminhos, né, a universidade está lá dentro, na pessoa do professor coordenador, dos bolsistas que, né, se fazem presentes lá, o projeto acontecendo no nosso dia a dia, e também nessa outra via de mão dupla, quando a gente volta, quando a gente ocupa ali a Semana Universitária,

faz uma atividade lá, quando a gente passeia no Instituto, quando a gente leva os estudantes lá, a gente participou no ano passado da SBPC¹⁸, então, aí acho que o papel cumpre, né, é realmente ocupar os espaços, os dois, assim, né, essa via dupla, acho que ela, ela é efetiva, lá na escola acontece (informação verbal, 2023).

Assim, o(a) professor(a) comenta sobre esse elo entre comunidade externa e UnB feita sobretudo pelas pessoas que estão atuando diretamente no projeto: coordenadores, professores e estudantes de graduação, com destaque para o papel da Semana Universitária, que muitas vezes é a primeira oportunidade da escola e dos estudantes de Educação Básica de ter esse contato com a UnB.

Percebemos, assim, que para a comunidade externa, a partir da perspectiva dos professores da Educação Básica, a extensão universitária vem cumprindo seu papel de articuladora da universidade com a comunidade e realidade social. Os professores se enxergam como atores ativos na construção desta parceria entre universidade/escola e costumam apresentar suas demandas, realidades e necessidades à universidade, construindo assim a relação dialógica da extensão universitária.

4.4 Função da extensão universitária

A partir da categoria “Função da extensão universitária” pretendemos analisar as contribuições da extensão na qualidade da formação dos estudantes e de que maneira as ações e projetos de extensão da UnB contribuem com a comunidade. Além da formação dos estudantes e a articulação da extensão com o ensino, é importante destacar a função da extensão como difusora do conhecimento científico produzido dentro da universidade, ou seja, sua relação com a pesquisa. Nesse sentido, o(a) Coordenador(a) A pontua que o projeto de extensão Meninas.comp contribui para a formação dos estudantes na medida em que:

Dá uma visão... primeiro, uma visão de realidade de como é a realidade na sociedade brasileira. Segundo, é um empoderamento feminino, como é que eu vou dizer? Em uma posição de gerência, de liderança. Se a gente considera o posicionamento da mulher no mercado de TI, ela geralmente faz um trabalho um pouco mais técnico e braçal e ela não tem essa experiência de gestão, de liderança e tudo. Então, é, digamos, uma forma dela também ver que ela pode também participar como líder, como uma pessoa que tem um pouco mais de experiência, trabalhando e auxiliando pessoas que têm menos experiência (informação verbal, 2023).

¹⁸ A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma entidade voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil e que promove reuniões anuais abertas ao público com conferências, mesas-redondas, painéis, minicursos e a sessão de pôsteres, entre outros. No ano de 2022 a reunião ocorreu na UnB e os alunos da Educação Básica vinculados aos projetos de extensão tiveram a oportunidade de participar do evento.

Desta forma, a extensão universitária acrescenta uma visão crítica na formação dos estudantes a partir da visão de realidade proporcionada pelo projeto, além de possibilitar às estudantes vivenciar experiências de liderança.

O(a) Coordenador(a) B, registra que o projeto Nivelamento em Estatística Matemática contribui na formação dos estudantes na medida em que os alunos têm a oportunidade de corrigir as deficiências da formação na Educação Básica:

[...] porque eles se deparam, com as eventuais deficiências que muitas vezes, por exemplo, o curso nivelamento, tem uma aula que a gente faz pra (sic) falar de tópicos de estatística, então você tem que falar de conceitos que algumas vezes parecem que são elementais, mas o aluno muitas vezes ele tem uma falha conceitual na hora de apresentar o conteúdo. É uma deficiência que ele teve na formação dele. Então já é um momento da (sic) gente fazer uma correção, e outras vezes essa questão de formação [...] de observar esses gargalos também na educação básica, que é o que acontece também, essa questão de transmitir, porque é o que ele vai fazer na prática. Na prática, um estudante do bacharel, ele vai estar sempre em uma situação de chefia ou uma situação de trabalhar em órgãos, ou autarquias, empresas, né? Seja qual for, ele vai se comunicar, a comunicação dele, do trabalho em estatística tem que ser pra (sic) uma pessoa leiga. Então assim, é fundamental que ele saiba passar o conhecimento dele, ou a análise que ele fez, as técnicas estatísticas, de uma forma acessível. Então, na prática extensionista, ele meio que é forçado a fazer isso e refletir sobre isso (informação verbal, 2023).

É pontuado ainda, que a partir da atuação no projeto o estudante tem a oportunidade de ministrar aulas acerca das disciplinas estudadas, uma vez que o curso é de bacharelado e não possui disciplinas ou estágio de docência, essa experiência pode contribuir para que os alunos desenvolvam habilidades de transmissão de conhecimentos, já que muitas vezes no ambiente de trabalho, o futuro formando pode lidar com situações em que tenha que apresentar as análises estatísticas de forma compreensível para pessoas que não sejam da área.

A contribuição do projeto LEMAT para a formação dos estudantes é registrada pelo(a) Coordenador(a) C que destaca a importância da vivência prática dos estudantes antes mesmo de cursarem as disciplinas de estágio:

Agora, essa associação do LEMAT como um espaço que eu vou aprender a profissão, é pra (sic) nós a grande felicidade, é o que a gente queria, e é isso mesmo. Eles associam isso é ali, é ali que eu vou aprender a profissão, é ali que eu vou entender as rotinas que eu não estou aprendendo, talvez, em outras esquinas ou é ali que eu vou praticar algo que eu aprendi na disciplina de um ponto de vista mais teórico, então é isso, isso é muito legal! (informação verbal, 2023).

Desta forma, de acordo com o(a) Coordenador(a) C, os alunos já no início do curso têm a oportunidade de ministrar aulas a estudantes de Educação Básica, e perceber naquele

momento se é essa a profissão que ele pretende mesmo seguir, o que pode contribuir para uma redução dos índices de evasão nos anos finais dos cursos de licenciatura.

Perguntados aos estudantes quais as contribuições da extensão para a sua formação, encontramos diferentes respostas. O(a) Estudante A destaca como principal contribuição ter aprendido a programar:

[...] com certeza aprender a programar, né? Porque assim, eu quando entrei eu não sabia programar e graças ao projeto eu tive que aprender a programar, inclusive, pra (sic) ensinar, então isso foi de extrema importância. Trabalhar em equipe também foi algo que me agregou muito por causa das meninas que a gente teve que fazer esse jogo, né? Que é o Mundo BitByte, foi um jogo que ninguém sabia fazer jogos, ninguém, a gente simplesmente falou “vamos fazer um jogo” e decidimos procurar na internet, procurar como que fazia jogo, nosso próprio jogo e criamos um jogo do zero. Então isso foi muito legal, aprender a se virar sozinho, correr atrás mesmo do que a gente quer, né? Bem clichê mesmo, mas foi literalmente isso, querer correr atrás do que a gente realmente quer, foi uma das maiores contribuições que eu tive do projeto (informação verbal, 2023).

Destaca-se o protagonismo das alunas na criação do jogo e na busca do aprendizado e desenvolvimento da autonomia para conseguir finalizar o projeto.

O(a) Estudante C relatou como contribuição a sua participação no projeto em dois momentos, primeiro para suprir sua defasagem na área de matemática, e depois de forma mais ativa, ministrando aulas:

Do curso de nivelamento [...] principalmente pra (sic) mim, porque eu entrei, quando eu entrei na UnB eu não tinha base matemática, então foi uma forma de pelo menos não entrar tão sem ter noção das coisas, né? E me motivou ainda mais participar como bolsista ou voluntária pra (sic) ajudar [...] como a gente não tem matéria de educação, foi muito bom pra (sic) ter uma noção de como é dar uma aula, né, de como fazer um preparo para uma aula, de como deve ser ministrada, foi o principal. Também pra (sic) revisar as matérias, que algumas coisinhas do curso eu não lembrava, coisa assim básica que a gente não lembra mesmo. Foi bom também até para revisar durante os cálculos e tal. (informação verbal, 2023).

Já os estudantes do LEMAT, por serem da licenciatura, relatam como principal contribuição a aprendizagem na prática. O(a) Estudante G destaca que o projeto contribuiu para que ela aprendesse diferentes formas de se passar um conteúdo:

Eu acho que ele me ajudou principalmente nessa parte criativa, né? Porque você ter essa noção que você consegue trabalhar matemática de uma forma diferente, sem ser só que a gente está habituada, foi alguma coisa que tipo, realmente me abriu os olhos. Porque quando a gente está como aluno mesmo, a gente vê sempre os mesmos métodos em matemática, você vai fazer isso, uma avaliação, uma prova, aí, quando eu entrei no LEMAT, eu acho que eu consegui ver outras formas de avaliação, né? Até me aflorar um pouco a criatividade, né? Porque, às vezes, eu estou em casa, do nada, eu fico, nossa, isso aqui daria uma oficina, e nossa, dá para trabalhar esse conteúdo de tal jeito. Então, eu acho que me deu esse novo panorama, né? Essa nova visão de como fazer o habitual de um jeito diferente, sai um pouco da rotina [...] eu acho que, principalmente, nessa questão de atualizar novas formas de ensino, né? E novas formas de se passar aquilo que já se conhece. Porque acho que muitos professores não têm tanto contato com diferentes metodologias, né? Eu acho que o LEMAT ajuda bastante nisso, de abrir horizontes mesmo, de novas possibilidades, e mudar a forma como a matemática é enxergada, tem um certo peso em cima dela (informação verbal, 2023).

A experiência proporcionada pela participação no projeto desenvolve nos alunos uma visão diferente de ensinar. Eles percebem que existem diferentes metodologias ativas e que podem ser mais eficazes que os métodos tradicionais de se repassar os conteúdos de matemática aos alunos. Desta forma, o projeto contribui para a formação de professores de matemática mais criativos e preocupados com o processo de aprendizagem.

Além disso, segundo Jezine (2004) a extensão como função acadêmica implica, além da interação com o ensino e a pesquisa, a sua inserção na formação do aluno, a partir da crítica e da autonomia como pilares na formação e na produção do conhecimento. Nesse sentido, a extensão tem o papel de acrescentar na formação acadêmica a visão da sociedade, para que ao final do processo formativo, o indivíduo seja capaz de atuar de forma crítica na sociedade.

O trabalho da extensão universitária numa perspectiva acadêmica pretende assim, ultrapassar o limite da ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão de homem como objeto a ser manipulado, encaminhando-se para uma visão multidimensional, em que as dimensões político-social-humana estejam presente na formação do sujeito, concebido como ser histórico (Jezine, 2004, p. 4).

A fala dos estudantes traz uma visão individual do seu processo formativo e da contribuição da extensão, no entanto, a partir dos relatos acerca das contribuições da extensão para a comunidade externa, é possível perceber que de certa forma a extensão vem acrescentando essa visão crítica de mundo na formação destes estudantes. A partir da experiência nos projetos, os alunos vivenciaram também uma transformação na realidade social da própria comunidade externa, conforme observa-se no relato do(a) Estudante A:

Ah, com certeza eu acho que estar nas escolas e ensinar a programar já é algo muito forte, assim, no sentido de, por exemplo, no meu ensino médio nunca me falaram que eu poderia ir para essa área, né? No ensino médio eu nunca tive contato com essa área e nunca me falaram também, principalmente também, por eu ser mulher, e a partir do momento que a gente entra nas escolas públicas e começa a ensinar programação e fala para as meninas, olha, vocês podem programar? Isso é um impacto muito grande, então tem muitas meninas que vieram do ensino médio, conheceram o Meninas.comp para o ensino médio e entraram no curso. Então acho que isso que é o diferencial, justamente essas aulas que a gente dá no ensino médio, que mostra as mulheres que elas podem também, que pelo menos faz elas conhecerem a área, sabe? Pode ser que elas não se interessem, mas pelo menos elas saibam que elas podem ir para essa área e essa área existe, que é algo que geralmente não é dito (informação verbal, 2023).

Sendo assim, percebe-se que a extensão vem cumprindo seu papel na formação dos estudantes, permitindo que o contato com a realidade enriqueça essa formação, ampliando a visão de mundo da comunidade acadêmica, proporcionando uma aprendizagem mais criativa e contribuindo para uma formação de profissionais competentes e comprometidos com uma sociedade mais igualitária (GADOTTI, 2017).

Para os professores da Educação Básica, percebe-se que o contato dos alunos com a UnB enriquece a aprendizagem por meio da participação dos cursos e oficinas realizados pelos projetos, além de dar aos alunos a oportunidade de participar de eventos externos como congressos, feiras, exposições, conferências, nas quais os estudantes podem além de aprender coisas novas, apresentar seus trabalhos e vivenciar experiências fora da sala de aula. Além disso, como já relatado no tópico anterior, o contato com os projetos de extensão pode proporcionar uma mudança da sua realidade social, a partir destas experiências e oportunidades ou por meio das bolsas concedidas pelos projetos.

Os professores também relatam que a partir do contato com o projeto, os estudantes da Educação Básica passam a conhecer a UnB e enxergá-la como uma oportunidade. Muitos dos alunos das escolas públicas e periféricas não conhecem as formas de ingresso na universidade e nem vislumbram este futuro para si, conforme pontuado pelo(a) Professor(a) C:

[...] é muito pela, pela vontade mesmo de oferecer, né, essas possibilidades pros (sic) nossos estudantes. Ainda mais quando, quando essa possibilidade vem da Universidade de Brasília, né, isso aí é uma... eu vejo para eles como uma quebra de paradigma, porque eles nem enxergam a universidade, né. Então, a ideia primária é considerar, pelo menos, como uma possibilidade, a partir do momento que eles começarem a enxergar para aquela possibilidade, e aí concentrar as energias deles, que eles têm muita, né, pra (sic) esse objetivo. Então, é no objetivo mesmo de transformação social, né, uma escola periférica, com crianças em vulnerabilidade social, com bastante violência. Então, trazer essa possibilidade também direciona eles (sic) pra uma transformação social, é por isso que a gente se empenha em fazer [...] (informação verbal, 2023).

No contato com estudantes da própria UnB, alguns oriundos também da escola pública, abre aos estudantes essa oportunidade de ingressar em uma universidade pública como a UnB e no caso das meninas, de vislumbrarem a possibilidade de se profissionalizarem nas áreas de ciências exatas e tecnologia. O(a) Professor(a) F pontua que o contato com a UnB pode ser uma quebra do ciclo, pois muitos destes alunos ao concluir o ensino médio já se inserem no mercado de trabalho para ajudar nas despesas de casa, sendo poucos os que dão continuidade aos estudos:

Porque muitos alunos não vêm para a universidade porque eles têm que trabalhar, porque terminam o Ensino Médio, aí, eles têm que continuar o ciclo deles, né? Porque, muitas das vezes, eles têm que trabalhar pra ajudar em casa. Então, assim, eu sempre tive esse cuidado de estar dando essas informações, conversar com os alunos, explicar pra (sic) eles a questão das bolsas, né? A questão, por exemplo, de trabalhar com a olimpíada de matemática, quando o aluno recebe medalha, ele já pode participar de um processo seletivo, que ele entra na universidade, sem precisar fazer vestibular. E não é de conhecimento da maioria (informação verbal, 2023).

Desta forma, percebe-se aqui que os projetos atuam na escola de modo a aproximar a comunidade da universidade com vistas a buscar a sua oxigenação necessária para dar mais qualidade na formação dos alunos e tornar os cursos mais próximos da realidade. Percebe-se, ainda, que são muitas as contribuições que as escolas de Educação Básica recebem destes projetos, seja na contribuição nas salas de aula, no processo de ensino/aprendizagem, na formação continuada dos professores ou na contribuição da efetiva transformação social da realidade destes estudantes.

4.5 Inserção da extensão no currículo do curso

Com o objetivo de investigar as formas de inserção curricular da extensão e a relação com a política de extensão da UnB, estabelecemos como categoria a inserção da extensão no

currículo do curso e perguntamos aos coordenadores e estudantes acerca do processo de curricularização no âmbito do curso e do departamento.

O processo de inserção curricular da UnB é ainda bem recente, pois teve a sua implementação atrasada em razão da pandemia do Covid 19. Os currículos dos cursos de graduação da UnB passaram a ter a obrigatoriedade de disponibilizar créditos de extensão no primeiro semestre de 2023, período em que ocorreram as entrevistas desta pesquisa. Desta forma, percebemos que os coordenadores dos projetos estão familiarizados com esta nova realidade, que já ocorre no âmbito do departamento, mas que ainda não foi possível realizar uma avaliação da implementação destas disciplinas.

O(a) Coordenador(a) A comenta sobre a implementação da extensão no currículo no âmbito do Departamento de Ciência da Computação:

[...] o departamento tem 4 cursos, então, cada curso tem uma maneira de fazer. A mecatrônica distribuiu um monte de disciplina obrigatória e deixou só, se não me engano, 8 créditos, eu acho, para atividades, e aí, atividades podem ser projetos, cursos ou outras coisas que eles façam que não sejam disciplinas, a engenharia de computação, se não me engano, ela botou tudo em atividades, tudo em projetos, eu acho que foi assim, não tenho certeza, não lembro. O bacharelado colocou só uma disciplina obrigatória em introdutória e os outros créditos todos em atividades. E a licenciatura botou tudo em disciplina obrigatória [...] tá (sic) em processo...porque o que vai acontecer, cada curso ou cada departamento vai ter que ter uma comissão, uma comissão, né? Uma comissão que analisa os pedidos dos alunos. Então, por exemplo, o aluno que participa do Meninas.comp durante o ano inteiro, ela ganha o certificado de 120 horas. E aí ela dá a entrada junto ao departamento, junto a essa comissão, pra (sic) que essas 120 horas se transformem em oito créditos de extensão dentro das atividades. [...] É tudo muito novo, isso, na hora que a máquina tiver (sic) andando, isso é muito diferente. É, o primeiro semestre em curso ainda, os alunos acabaram de entrar, mas nem todos os cursos têm o processo de aprovado. Tá? Os outros ainda tá (sic) em andamento, o processo [...] (informação verbal, 2023).

No Departamento de Estatística foi criada uma disciplina de extensão e o(a) Coordenador(a) B pontou que o projeto de nivelamento passou a fazer desta disciplina:

[...] o que aconteceu com esse projeto, ele passou a ser parte, as atividades dele passaram a ser parte também da disciplina de extensão que a gente criou, das disciplinas que a gente criou no EST. Então a gente aproveita a formação que a gente faz para os alunos durante a disciplina de extensão e faz a atividade de extensão vinculada ao projeto. [...] Então tem esse curso que a gente faz de impacto no curso, é uma atividade de projeto, nos alunos que estão ingressando, então faz parte do projeto político pedagógico, a gente foi avaliado pelo MEC recentemente, a ação, foi a ação que se destacou nesse sentido, faz parte do plano de trabalho de coordenação, do coordenador de curso, do bacharelado em estatística, sempre viabilizar, digamos assim, o curso, né. O curso acima de tudo está institucionalizado (informação verbal, 2023).

Com relação ao impacto da curricularização no projeto, os coordenadores comentaram sobre a preocupação de passar a creditar suas atividades, o que ainda precisa ser implementado no âmbito dos projetos e dos departamentos, conforme pontuado pelo(a) Coordenador(a) A:

Primeiro, que é uma coisa que eu mesma conversei bastante em tudo, a gente vai focar em recursos maiores. Porque a gente precisa exatamente ter mais meninas, porque todas elas vão precisar de crédito, então a gente precisa ir acostumando (sic). Mesmo que as meninas atuais tiverem na situação do currículo antigo, mas nós precisamos ir nos acostumando (informação verbal, 2023).

Ainda como impacto da curricularização, o(a) Coordenador(a) A comentou que vem surgindo mais editais de fomento, com disponibilização de recurso financeiro, o que contribui para o desenvolvimento dos projetos, já que em vários momentos, os coordenadores e professores pontuam que a questão do financiamento e da disponibilização de recursos financeiros é um desafio para a extensão universitária e para a sua curricularização:

E outro impacto também é que com a curricularização a gente começou a ter os editais de recursos. E aí esses editais de recursos é uma novidade. Começou há dois anos, né? Então isso aí já tem um certo impacto. [...] Os do DEX são bolsas, bolsa sempre teve. Realmente desde o comecinho sempre teve, porque sempre foi um projeto do DEX, então sempre teve bolsa pras (sic) alunas. Mas quando eu digo recurso, é assim, a gente precisa. O enxoval da escola, a cada ano as escolas estão tendo meninas novas. Aí você não pode compartilhar camiseta. [...] Então a gente tem pelo menos camiseta. E os eventos, a gente tem *coffee break*, a gente transporta, precisa de brinde, *botom*, essas coisinhas (informação verbal, 2023).

Percebe-se assim, que ocorreu de fato a implementação da extensão no currículo dos cursos, mas que, no entanto, este processo enfrenta ainda muitos desafios para sua consolidação que possa proporcionar além da integralização da extensão no currículo, uma efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo, ainda, necessário pensar nas

singularidades de cada projeto pedagógico de curso (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015).

Desta forma, a partir da análise documental, percebe-se que a UnB enfatiza em seus documentos o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de apresentar políticas, planos e estratégias que possibilitem a efetivação e consolidação deste princípio, sendo a curricularização da extensão o principal objetivos destas ações. Além disso, os documentos expressam diferentes concepções de extensão universitária que coexistem na UnB a partir das diferentes atividades de extensão que se realizam na universidade. No âmbito do IE existe o comprometimento e a busca de ações com vistas a adequação às concepções e políticas da UnB, além da preocupação com uma formação articulada com a extensão capaz de relacionar a teoria e a prática, pautada na relação dialógica da extensão e preocupada em estabelecer e consolidar o vínculo com a pesquisa.

Com relação às concepções dos atores envolvidos, há a predominância da concepção acadêmica de Jezine (2004) e das concepções de extensão firmadas no PDI (2018) e PPPI (2018) da UnB, de forma que as ações são orientadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, há a preocupação em trazer o protagonismo dos alunos na execução das atividades e a comunidade externa tende a participar de forma ativa das atividades, contribuindo para a construção das ações de extensão. Destaca-se ainda a percepção de que as ações dos projetos vêm contribuindo para que ocorram transformações sociais com os alunos participantes, uma vez que há a possibilidade de vivenciarem diferentes experiências em congressos e eventos, pelo recebimento de bolsas de auxílio financeiro ou pelo interesse desses estudantes de ingressarem na universidade, em especial meninas e mulheres que passam a visualizar a possibilidade de seguir carreira nas áreas de ciências exatas e tecnologia.

Em alguns momentos, no entanto, pode-se vislumbrar uma concepção assistencialista na perspectiva de Jezine (2004) ou tradicional de Silva (2000), na medida em que as atividades de extensão desenvolvidas são vistas como uma prestação de serviços práticos na forma de cursos ou como um caráter comunitário ou assistencial, principalmente na fala de alguns estudantes.

Referente à função da extensão universitária, verifica-se que há uma atuação que tende a aproximar a comunidade da universidade com vistas a proporcionar uma maior qualidade na formação dos alunos, mais conectada com a realidade. Além disso, há uma grande contribuição da universidade às escolas de Educação Básica a partir da contribuição no processo de ensino/aprendizagem, na formação continuada dos professores ou na contribuição da efetiva transformação social da realidade dos estudantes destas escolas.

Além disso, apesar dos atores compreenderem o caráter de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, percebemos que não há, ainda, uma percepção de extensão que esteja alinhada à concepção crítica de Silva (2000). Pois apesar da compreensão e preocupação em manter essa articulação entre as funções da universidade, a extensão ainda não foi implementada de forma efetiva no currículo dos cursos, inviabilizando uma prática de extensão intrinsecamente ligada ao ensino e a pesquisa, de forma que se torne essencial o comprometimento com a realidade com a produção e transmissão de um conhecimento contextualizado com essa realidade (SILVA, 2000).

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

A pesquisa apresentada tem como um de seus objetivos a elaboração de um guia virtual e interativo com orientações acerca da extensão universitária na Universidade de Brasília (UnB) e com um roteiro de formalização das ações de extensão via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Apresentamos também neste guia, um painel interativo com as principais informações da extensão universitária e um levantamento das ações cadastradas no ano de 2023 até o mês de junho do Instituto de Ciências Exatas (IE). Espera-se que este guia possa servir de base para auxiliar na institucionalização de ações de extensão e no processo de curricularização da extensão do IE e de modo geral da UnB.

O Guia de extensão foi desenvolvido na plataforma Genially© o que permitiu a utilização de diversos recursos interativos para auxiliar na compreensão do conteúdo. Para a descrição das informações, utilizamos como base a Resolução da Câmara de Extensão (CEX) nº 01/2023, sendo este o documento mais atual acerca da extensão na UnB. A plataforma utilizada permite a inclusão de texto alternativo a imagens e recursos, como como *links*, ícones, imagens, gráficos e tabelas e critérios de categorização dos textos, de forma que usuários que utilizem leitores de tela possam receber estas informações. Desta forma, foram criados textos alternativos nos recursos utilizados, além da utilização de cor de fundo escura e fonte de cor branca para trazer acessibilidade ao produto técnico.

A seguir apresenta-se o roteiro das informações que foram incluídas no guia virtual e interativo e o print das telas criadas na plataforma. O produto técnico final pode ser acessado por meio do link: <https://view.genial.ly/6481cfe96b419200190b1a88/guide-extensao-universitaria>.

TELA INICIAL (HOME)



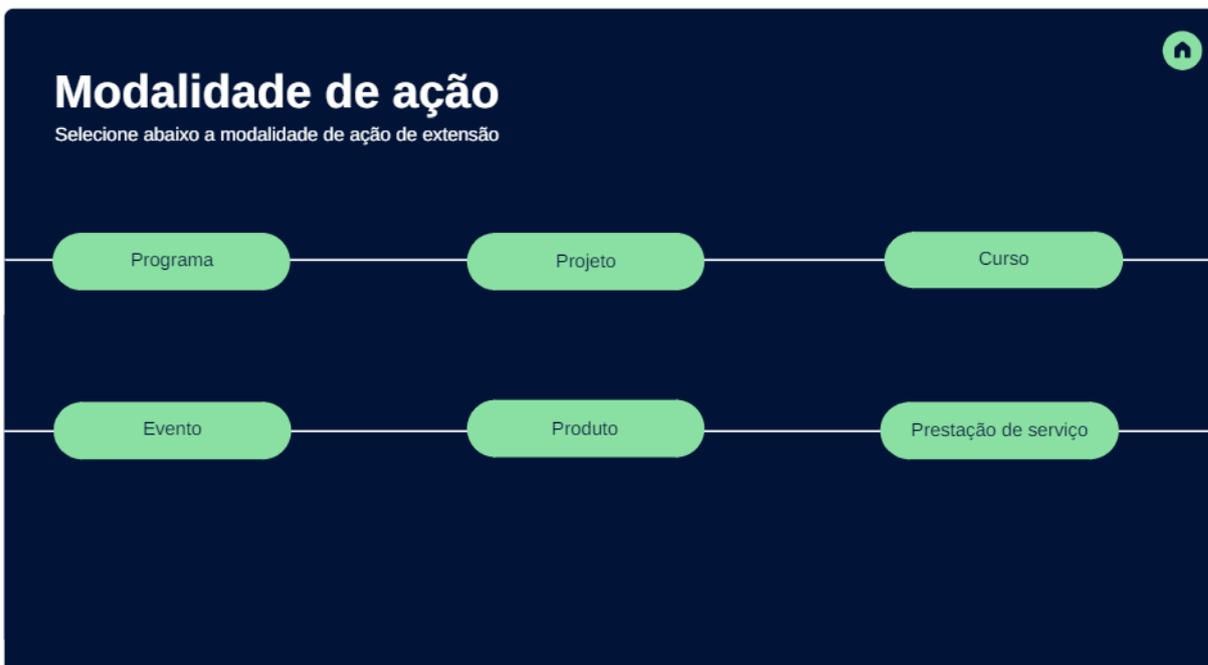
Nesta primeira tela o usuário clica no botão iniciar para começar a apresentação.

TELA 02: INTRODUÇÃO:



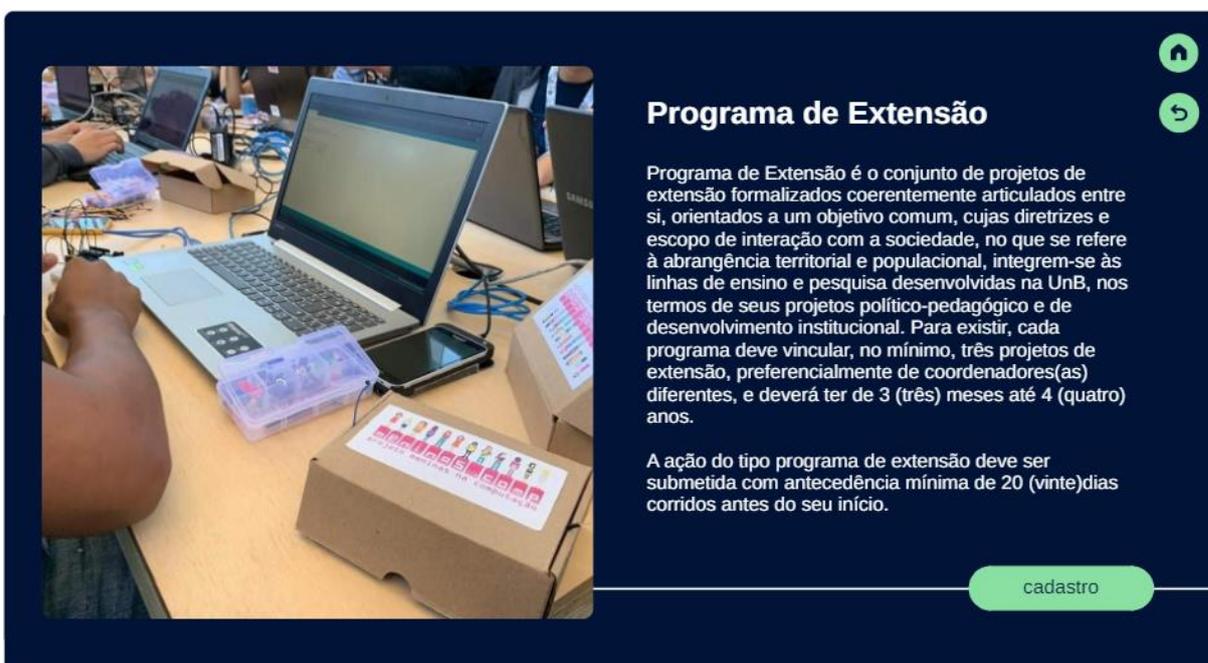
Na segunda tela tem-se os principais conceitos presentes na resolução. O usuário tem a opção seguir na visualização da tela seguinte, pode pular para as telas de modalidades ou de cadastro ou pode retornar à tela inicial a partir do botão *home*, que está presente em todas as telas, podendo a qualquer momento possibilitar ao usuário o retorno à tela inicial.

TELA 03: MODALIDADES



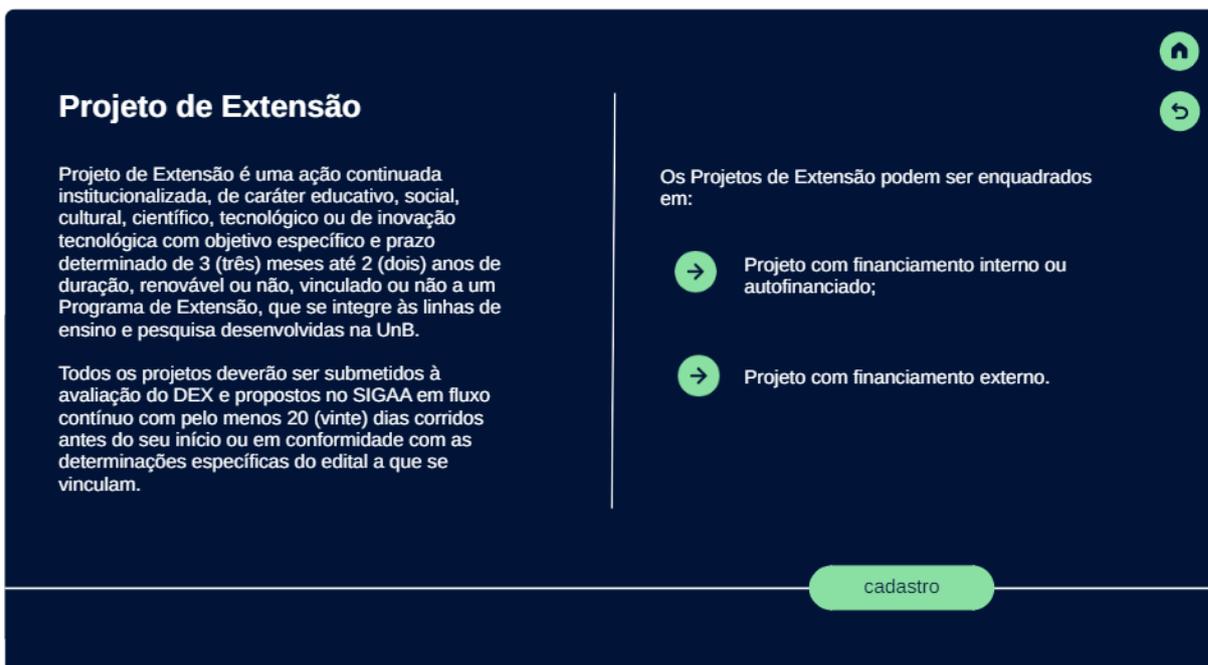
Nesta terceira tela são apresentadas as modalidades de extensão, o usuário clica na modalidade que ele gostaria de visualizar as informações ou pode seguir para a próxima tela.

TELA 04: PROGRAMA



Na quarta tela apresentamos o conceito e as principais informações sobre a modalidade Programa de Extensão. O usuário tem a opção de retornar à tela de modalidades, seguir para a próxima tela ou pular para a tela de cadastro de ações.

TELA 05: PROJETO



Na quinta tela são apresentados o conceito e as principais informações sobre a modalidade Projeto de Extensão. O usuário tem a opção de retornar à tela de modalidades, seguir para a próxima tela ou pular para a tela de cadastro de ações.

TELA 06: CURSO



Na sexta tela define-se o conceito e as principais informações sobre a modalidade Programa de Extensão. Para obter mais informações sobre os cursos de extensão, o usuário pode clicar na seta verde à frente do texto. O usuário tem, ainda a opção de retornar à tela de modalidades, seguir para a próxima tela ou pular para a tela de cadastro de ações.

TELA 07: EVENTO

Evento de Extensão

Os eventos de extensão são definidos como campanhas em geral, campeonato, ciclo de estudo, circuito, colóquio, concerto, conclave, concurso, conferência, congresso, debate, encontro, espetáculo, exposição, feira, festival, fórum, jornada, lançamento de produto, mesa-redonda, minicurso, mostra, oficina, olimpíada, palestra, recital, semana de estudos, seminário, simpósio, torneio e workshop.

Na proposta de ação do tipo evento de extensão, o(a) proponente deve incluir atividades que promovam e estimulem a integração de discentes, docentes, técnicos(as) e deverão ser reservados, no mínimo, 20% de vagas para a comunidade externa.

Cabe ao(à) coordenador(a) geral do evento registrar a participação dos(as) inscritos(as) para fins de certificação pelo DEX, não devendo, para se auferir certificação, a participação ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária estabelecida.

A ação do tipo evento de extensão deve ser submetida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos antes do seu início, ter seu trâmite validado pelo(a) Coordenador(a) de Extensão e/ou pelo Colegiado de Extensão (ou equivalente) da Unidade Acadêmica e ser encaminhada à análise do Comitê de Extensão por meio do SIGAA.

cadastro

Na sétima tela define-se o conceito e as principais informações sobre a modalidade Evento de Extensão. O usuário tem a opção de retornar à tela de modalidades, seguir para a próxima tela ou pular para a tela de cadastro de ações.

TELA 08: PRODUTO

Produto de Extensão

Os produtos acadêmicos de extensão caracterizam-se por serem decorrentes das ações de extensão devidamente institucionalizadas no SIGAA, com foco na difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, observando-se a atuação em uma ou mais áreas temáticas

Os produtos são caracterizados por livros, anais, artigos, textos, revistas, manuais, cartilhas, jornais e relatórios, materiais didáticos, vídeos, filmes, programas de rádio e TV, softwares, jogos, modelos didáticos, partituras, arranjos musicais, peças teatrais, mídias informacionais, performances artísticas dentre outros.

Os produtos de extensão devem ser cadastrados no Repositório de Produtos de Extensão (BibliodEx) da Biblioteca Central da UnB (BCE), em conformidade com os parâmetros de fluxo de cadastro definidos pela BCE.

→  Bibliodex

cadastro

Na oitava tela define-se o conceito e as principais informações sobre a modalidade Produto de Extensão. O usuário pode ser direcionado à página do Bibliodex ao clicar na imagem

em destaque. O usuário tem, ainda, a opção de retornar à tela de modalidades, seguir para a próxima tela ou pular para a tela de cadastro de ações.

TELA 09: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO



Prestação de serviço de Extensão

É a ação de extensão que tem como meta o estudo e a solução de problemas dos meios profissional ou social e o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa, além da transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade, assim como a formação complementar, observando-se a atuação em uma ou mais áreas temáticas.

A participação orientada de estudantes da UnB na prestação de serviço deve atender ao disposto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

cadastro

Na nona tela define-se o conceito e as principais informações sobre a modalidade Prestação de serviço de Extensão. O usuário tem a opção de retornar à tela de modalidades, seguir para a próxima tela ou pular para a tela de cadastro de ações.

TELA 10: MÉRITO EXTENSIONISTA

Mérito extensionista

Para que seja concedido mérito extensionista à ação, o(a) coordenador(a) da proposta deve observar:

<p>Protagonismo discente</p> <p>Presença de, no mínimo, um(a) discente de graduação na equipe executora, incentivando-se sempre a realização de uma ou mais atividades pelo e/ou para o(a) discente de graduação da UnB</p>	<p>Envolvimento com a comunidade externa</p> <p>Deverá ser demonstrado em toda a descrição da proposta, e concretamente com reserva de, no mínimo, 20% de vagas, em caso de cursos e eventos, para a participação da comunidade externa</p>
<p>Equipe vinculada à UnB</p> <p>A equipe que executará a ação de extensão deverá ser composta de, no mínimo, dois terços de pessoas vinculadas à UnB</p>	<p>Metodologias de compromisso social</p> <p>Emprego de metodologias que expressem o compromisso social das instituições envolvidas na proposta da ação, na produção de conhecimentos, no diálogo com a comunidade externa, e na articulação dos âmbitos do ensino e da pesquisa</p>
<p>Objetivos éticos</p> <p>Que expressem o compromisso social e com o meio ambiente das instituições envolvidas na proposta da ação, bem como com a Educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade transformadora, democrática e para todos</p>	<p>Desenvolvimento de produtos</p> <p>Previsão de desenvolvimento de produtos e produção de conhecimentos atualizados e coerentes e comprometidos com a transformação da realidade brasileira, voltados para o desenvolvimento social democrático, equitativo e sustentável</p>

Na décima tela apresenta-se características das ações que precisam ser observadas pelos coordenadores no momento de cadastro da proposta para que seja concedido o mérito extensionista da ação e a posterior aprovação da proposta.

TELA 11: CARGA HORÁRIA



Carga horária

A carga horária total de coordenação de uma ação de extensão é o resultado das horas destinadas ao planejamento, acompanhamento, execução e avaliação da ação. A carga horária mensal máxima de coordenação de ações para docentes (coordenador(a) geral ou coordenador(a) adjunto(a)) não deve ser superior a 48 horas mensais.

A carga horária constante nos certificados de cursos e eventos de extensão terá um limite máximo de 8 (oito) horas por dia de ação.

cadastro

Na décima primeira tela apresenta-se informações acerca da carga horária das ações de extensão. O usuário de seguir para a próxima tela ou pular para a tela de cadastro de ações.

TELA 12: CADASTRO NO SIGAA 01



Cadastro no SIGAA

1. Dados gerais da ação

→ 

- Clique acima na imagem do SIGAA para ser direcionado(a) ao sistema e faça seu login;
- Em seguida selecione a opção "Submeter propostas" no módulo de Extensão;
- Selecione a opção "Submeter Nova Proposta";

- • Selecione a modalidade de ação;
- • Informe os dados gerais da ação;
- • Selecione os objetivos de desenvolvimento sustentável;
- • Descreva o público-alvo da ação;
- • Descreva o local de realização;
- • Descreva as formas de financiamento da ação;
- • Selecione as outras unidades envolvidas.

★ Atenção!
Os campos com a estrela azul são de preenchimento obrigatório!

modalidades mérito extensionista

Na décima segunda tela apresenta-se a primeira parte do roteiro para cadastro das ações no SIGAA. O usuário poderá ser direcionado à página do sistema clicando na imagem do

SIGAA. Para obter exemplos de cada etapa do cadastro, o usuário pode clicar na seta verde à frente do texto. Por meio dos botões de modalidades ou mérito extensionista, o usuário poderá retornar às telas para visualizar mais informações. O usuário poderá ainda, seguir para a próxima tela.

TELA 13: CADASTRO NO SIGAA 02



Na décima terceira tela apresenta-se a segunda parte do roteiro para cadastro das ações no SIGAA. Para obter exemplos de cada etapa do cadastro, o usuário pode clicar na seta verde à frente do texto. Por meio dos botões de modalidades ou mérito extensionista, o usuário poderá retornar às telas para visualizar mais informações. O usuário poderá ainda, seguir para a próxima tela.

TELA 14: A EXTENSÃO NO IE



Na décima quarta tela apresenta-se informações acerca da extensão universitária no IE. Ao clicar no ícone de sinal positivo o usuário poderá visualizar mais informações e nos ícones dos anos de publicação dos relatórios de extensão, o usuário poderá ser direcionado ao próprio relatório disponibilizado no site do IE. O usuário poderá ainda, seguir para a próxima tela.

TELA 15: REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

UNB. Planejamento Institucional do Instituto de Ciências Exatas 2021 – 2025

UNB. Regimento Interno do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília (IE/UNB), 2015.

UNB. Relatório de Extensão 2018 Instituto de Ciências Exatas (IE).

UNB. Relatório de Extensão 2019 Instituto de Ciências Exatas (IE).

UNB. Relatório de Extensão 2020 Instituto de Ciências Exatas (IE).

UNB. Relatório de Extensão 2021 Instituto de Ciências Exatas (IE).

UNB. Relatório de Extensão 2022 Instituto de Ciências Exatas (IE).

UNB. Resolução da Câmara de Extensão nº 01/2023, Brasília, 2023.

Fotos: SECOM / Unb e Meninas.comp

Produto Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGE-MP) da Universidade de Brasília – UnB, vinculado à linha de pesquisa Políticas públicas e gestão da educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Mestranda: Carina Maia de Castro Mundim
Orientadora: Profª. Dra. Claudia Maffini Griboski

Na última tela apresentam-se as referências e créditos da autoria do produto técnico.

CAPÍTULO 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da Educação Superior brasileira, houve um esforço em estabelecer conceitos, concepções e diretrizes para a extensão universitária, que por sua vez, foi concebida por diferentes significados a depender do contexto histórico, político e social, além dos sujeitos envolvidos. Verificou-se ao longo deste estudo que a efetivação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, expressos no art. 207 da Constituição Federal vem sendo um dos principais objetivos das políticas de extensão do Governo Federal e das Instituições de Educação Superior. Este objetivo se consolida na estratégia nº 12.7 do Plano Nacional de Educação e sua efetivação vem sendo o principal desafio nas IES.

No âmbito da Universidade de Brasília, é possível perceber que este princípio da indissociabilidade está presente em seus documentos oficiais, além da previsão da inserção da extensão no currículo. Além disso, foram desenvolvidas na UnB uma série de estratégias para viabilizar a inserção curricular da extensão, como a criação de comissões, fóruns, guias, eventos, documentos e normativas que pudessem orientar e regulamentar a efetivação da extensão no currículo dos cursos de graduação.

No âmbito do IE, percebeu-se um comprometimento com o fortalecimento da extensão universitária e que são desenvolvidas uma série de ações e planos que, articulados com as políticas de extensão da UnB, visam promover uma extensão universitária pautada na relação dialógica entre universidade e sociedade, numa formação que relacione a teoria-prática e que esteja articulada com a pesquisa.

Nesse sentido, verifica-se que as concepções de extensão dos participantes se aproximam de uma concepção acadêmica de Jezine (2004), que caracteriza a extensão com ênfase na relação teoria-prática, além trazer a extensão como indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. Além disso, as concepções dos atores envolvidos estão, de modo geral, coerentes com as concepções e significados postulados no PPPI – UnB, uma vez que ações são orientadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na promoção de eventos e repasse de tecnologias e na relação dialógica com vistas a oxigenação da universidade e transformação social. Destaca-se ainda, um forte protagonismo estudantil na prática das atividades, o que colabora para a relação entre teoria e prática, já que ainda na graduação os estudantes vivenciam experiências parecidas com as que serão praticadas no mercado de trabalho após a formação.

Enquanto associada à função do ensino, a extensão tem o papel de acrescentar na formação acadêmica a visão da sociedade, proporcionando uma aprendizagem mais criativa e inovadora, para que ao final do processo formativo, o indivíduo seja capaz de atuar de forma crítica na sociedade. No âmbito da pesquisa, há uma preocupação dos participantes em escrever artigos científicos e na participação de eventos, congressos e conferências, levando a extensão para os espaços científicos. Existe, ainda, projetos e grupos de pesquisa que se desenvolvem junto com as atividades de extensão, proporcionando a interligação destas duas funções. Desta forma podemos concluir que a extensão universitária vem contribuindo para a qualidade da formação destes estudantes envolvidos nos projetos de extensão da UnB.

A comunidade externa, na perspectiva dos professores da Educação Básica, vem percebendo as contribuições que a universidade tem a oferecer na formação dos alunos e em suas visões de futuro. Nesse âmbito, na realidade prática, a extensão ainda perpassa por algumas características de uma concepção tradicional que somente repassa os conhecimentos produzidos na universidade. Essa perspectiva é percebida principalmente com relação aos estudantes, os coordenadores e professores da Educação Básica demonstram reconhecer a importância da participação ativa e da troca de saberes que deve permear as atividades de extensão e se esforçam para tornar concreta esta experiência.

Na prática das atividades, existe ainda pouca efetividade da extensão no currículo, muito ainda pelo fato de ser muito recente a sua implementação. Sendo assim, tivemos limitações em obter informações acerca das formas de inserção curricular da extensão na UnB. No entanto há no entendimento dos professores e estudantes a importância de se fazer a extensão integrada ao currículo, além da percepção de que as três funções da universidade, ensino, pesquisa e extensão, precisam estar atreladas e articuladas.

Como produto técnico, apresenta-se um guia virtual e interativo com orientações e informações acerca da extensão universitária na UnB. O guia conta também com um roteiro de formalização das ações de extensão na UnB via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e com um painel com informações da extensão universitária do Instituto de Ciências Exatas (IE), unidade acadêmica analisada neste estudo. Espera-se que este guia possa servir de base para auxiliar na institucionalização de ações de extensão e no processo de curricularização da extensão do IE e de modo geral da UnB.

Desta forma, os desafios para efetivação da extensão como parte integrada currículo, indissociada do ensino e da pesquisa perpassam por questões relacionadas à prática extensionista, pela percepção e contribuição dos diversos atores envolvidos, pela dificuldade

das políticas de extensão de se alcançar o público externo e pela escassez de investimento e financiamento para que as ações de extensão se efetivem e ser fortaleçam.

Acredita-se ser oportuno uma maior investigação da prática e da avaliação da inserção curricular extensão a partir da conclusão dos semestres em que foram oferecidas disciplinas de extensão para que seja analisado seu efetivo impacto nos projetos e nas percepções dos diferentes atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO. et al. Meninas.comp: computação também é coisa de menina! PINA NEVES, R. S.; CASTRO MUNDIM, C.M. (Org.). **Práticas formativas na Extensão Universitária: Contribuições do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.
- ARONI, Allan. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 17, n. 3, p. 235-259, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5761/576161730010/576161730010.pdf>. Acesso em 21 nov. 2002.
- BANZI, Massimo; SHILOH, Michael. **Primeiros passos com o Arduino**. São Paulo: Novatec, p. p1, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições70, 2016.
- BRASIL, Constituição Federal de 1988.
- BRASIL, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.
- BRASIL, Lei Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.
- BRASIL, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro 2001.
- BRASIL, MEC-SESU. Plano Nacional de Extensão Universitária. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras–2000**, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior, Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014.
- BOMENY, Helena. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 1003-1028, 2016.
- BOMFIM, Marlene; CRUZ, Sonia Ramos. III Semana de Extensão da UnB Universidade e Transformação Social. **Revista Participação**, v. 12, 2003.
- CAIXETA, J. E.; SOUZA, F. M. de; GUIRRA, L. X. da; GUIMARÃES, C. N. V.; LEITE, L. M.; SANTOS, N. L. F. dos; SILVA, R. O. da. A percepção de voluntários e participantes sobre a X Semana de Extensão da Faculdade UnB Planaltina- FUP. **Participação**, [S. l.], n. 23/24, p. 101–110, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/25120>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt; PEREIRA, Adriana Camargo. A Extensão Universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, 2007. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/index.php/educ/article/view/2133>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: Poupar TJ. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis (RJ): Vozes; 2008. p. 295-316.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES). Resolução n. 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 jun. 2023.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. Penso Editora, 2014.

FARIA, Doris Santos de. A extensão na UnB: uma revisão histórica. **Revista Participação**, Brasília, v. 11, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>. Acesso em 21 nov. 2022

FORPROEX, BRASIL. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, 2012.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 3ª edição. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 77. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, v. 15, p. 1-18, 2017.

GIL, Carlos, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? **Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE**. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136064>. Acesso em 11. mai. 2023

JEZINE, Edineide Mesquita. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**, 2. 2004, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2004. p. 1-6. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Verônica Moreno. Algumas Reflexões Sobre as Concepções de Extensão Universitária. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000035, 14/08/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.com.br/artigo/algumas-reflexoes-sobre-concepcoes-de-extensao-universitaria>. Acesso em 23 nov. 2022.

MENEZES, J. E.; MOREIRA, P. V. R. Resgate histórico do laboratório de ensino de matemática (LEMAT): da criação e da evolução até os dias atuais. BRAGA, M.D.; NOLETO, C. A. S.; NOGUEIRA, C.A. (Org.). **Investigações em Ensino de Matemática: a formação de professores que ensinam matemática**. Jundiaí (SP). Vol. 2. P. 11-35, 2020.

MOREIRA, L. Nivelamento em Estatística Matemática. PINA NEVES, R. S.; CASTRO MUNDIM, C.M. (Org.). **Práticas formativas na Extensão Universitária: Contribuições do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

MOROSINI, Marília. Costa. O Ensino Superior no Brasil. *In*: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** Vol. III - Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 296 – 323.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21º Ed, Editora Vozes. 2002.

PINA NEVES, R. S.; CASTRO MUNDIM, C.M. (Org.). **Práticas formativas na Extensão Universitária: Contribuições do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

NOGUEIRA, M. das D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35–47, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18932>. Acesso em: 24 nov. 2022.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel et al. **Políticas de extensão universitária brasileira: 1975-1999**. 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/37970>. Acesso em 23 nov. 2022.

OPAS: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em: 15 nov. 2021.

PAULA, João Antônio de. A Extensão Universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 16 out. 2022.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a história – 1980-1995: A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416207.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 7.^a edição, Porto: Edições Afrontamento. 1999

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil**. BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). **Histórias e memórias da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Universidade de Brasília. Disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf?acao=2&aba=p-extensao Acesso em 25 jan. 2023

SILVA, Maria das Graças Martins da. Extensão Universitária no sentido do ensino e da pesquisa. Faria, D.S. (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília (DF): Universidade de Brasília, p. 91-105, 2001.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Alínea Editora, 2000.

UNB. **Catálogo 2022 Programas e Projetos Rede de Polos de Extensão da UnB**. Brasília: UnB, 2022. Disponível em: <http://www.dex.unb.br/catalogos-de-peacs>. Acesso em 10 dez. 2022.

UNB. **Guia de Inserção Curricular da Extensão**. Brasília: UnB, 2021. Disponível em: <https://www.dex.unb.br/guiacurriculoextensao>. Acesso em 10 jun. 2023.

UNB. Planejamento Institucional do Instituto de Ciências Exatas 2021 – 2025. Disponível em: <https://exatas.unb.br/images/images/sie/2021/07/Planejamento-Intitucional-IE.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. Plano de Desenvolvimento Institucional 2002 – 2006. Brasília: UnB, 2005. Disponível em https://dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/planodesenvinstitucional/PDI_FUB-2002-2006.pdf. Acesso em 10 dez. 2022.

UNB. Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022. Brasília: UnB, 2018. Disponível em: <http://www.dex.unb.br/pdi-unb-2>. Acesso em 10 dez. 2022.

UNB. Plano de Expansão da Universidade de Brasília. Brasília, 2005. Disponível em http://fup.unb.br/wp-content/uploads/2018/07/planodeexpansao_UnB2005.pdf. Acesso em 10 dez. 2022.

UNB. Plano orientador da Universidade de Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1962. Disponível em https://unb.br/images/Noticias/2019/Documentos/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962_LQ.pdf. Acesso em 10 dez. 2022.

UNB. Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília. Brasília, 2018. Disponível em https://www.deg.unb.br/images/Diretorias/DAPLI/cil/legislacoes_cil/Projeto_Pol%C3%ADtico_Pedag%C3%B3gico_Institucional_da_Universidade_de_Bras%C3%ADlia_2018.pdf. Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. Regimento Interno do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília (IE/UNB), 2015. Disponível em: <https://exatas.unb.br/images/images/sie/2019/07/Regimento-Interno-do-IE.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. Relatório Anual de Gestão do DEX: Exercício 2009 a 2012. Brasília: UnB, 2012. Disponível em: <http://dex.unb.br/outras-publicacoes/category/18-relatorio-de-gestao?download=192:2009-a-2012>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNB. Relatório de Autoavaliação Institucional 2022 (ano base 2021), Brasília, 2022. Disponível em https://dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/autoavaliacaoinstitucional/RAAI_2022_31032022.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

UNB. Relatório de Extensão 2018 Instituto de Ciências Exatas (IE). Disponível em: Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. Relatório de Extensão 2019 Instituto de Ciências Exatas (IE). Disponível em: <https://exatas.unb.br/images/images/sie/2020/05/Relatorio-Extensao-IE-2019.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. Relatório de Extensão 2020 Instituto de Ciências Exatas (IE). Disponível em: <https://exatas.unb.br/images/images/sie/2021/01/Relatorio-anual-da-extensao-2020.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. **Relatório de Extensão 2021 Instituto de Ciências Exatas (IE)**. Disponível em: https://exatas.unb.br/images/images/sie/2022/09/Relatorio_de_Extensao_2021.pdf. Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. **Relatório de Extensão 2022 Instituto de Ciências Exatas (IE)**. Disponível em: https://exatas.unb.br/images/images/sie/2023/05/Relatrio_de_Extensao_do_IE_2022.pdf. Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. **Relatório de Gestão 2021 Universidade de Brasília**, Brasília, 2021. Disponível em: https://dpo.unb.br/images/dpl/2021/Relatrio_de_Gesto_UnB_2021.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

UNB. **Resolução da Câmara de Extensão nº. 01/2012**, Brasília, 2012. Disponível em http://dex.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=13:resolucoes-da-unb&Itemid=411&limitstart=20. Acesso em 15 jun. 2022.

UNB. **Resolução da Câmara de Extensão nº 01/2023**, Brasília, 2023. Disponível em: <http://www.dex.unb.br/documentos-normativos/category/13-resolucoes-da-unb>. Acesso em: 29 jun. 2023.

UNB. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº. 60/2015**, Brasília, 2015. Disponível em http://dex.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=13:resolucoes-da-unb&Itemid=411&limitstart=20. Acesso em 15 jun. 2022.

APENDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Concepções e Práticas da Extensão Universitária na Universidade De Brasília”, de responsabilidade de Carina Maia de Castro Mundim, estudante de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes a partir das concepções dos atores envolvidos e práticas desenvolvidas nos projetos de extensão do IE/UnB. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa. A coleta de dados será realizada por meio entrevistas com o uso de ferramentas virtuais de videoconferência, que serão gravadas e transcritas posteriormente.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) xxxx-xxxx ou pelo e-mail carinamcastro@gmail.com.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____

APENDICE 2 – E-MAIL ENVIADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: COORDENADOR(A) DE PROJETO DE EXTENSÃO

Prezado (a) Professor (a),

Meu nome é Carina Maia de Castro Mundim, sou estudante de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa "Concepções e Práticas da Extensão Universitária na Universidade de Brasília" sob minha responsabilidade e orientação da professora Dra. Cláudia Maffini Griboski.

O objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes a partir das concepções dos atores envolvidos e práticas desenvolvidas nos projetos de extensão do IE/UnB. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas, com duração de cerca de 15 minutos, por meio de uso de ferramentas virtuais de videoconferência, que serão gravadas e transcritas posteriormente.

Encaminho em anexo "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" para assinatura e aguardo retorno com sugestão de data para o agendamento da entrevista, caso aceite participar da pesquisa.

Agradeço desde já a atenção.

Atenciosamente,

APENDICE 3 – E-MAIL ENVIADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO PARTICIPANTE DO PROJETO DE EXTENSÃO

Prezado(a) xxxxx,

Meu nome é Carina Maia de Castro Mundim, sou estudante de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Estou entrando em contato a partir da indicação do(a) professor(a) xxxx, Coordenadora do projeto de Extensão: “xxxx”,

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa "Concepções e Práticas da Extensão Universitária na Universidade de Brasília" sob minha responsabilidade e orientação da professora Cláudia Maffini Griboski.

O objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes a partir das concepções dos atores envolvidos e práticas desenvolvidas nos projetos de extensão do IE/UnB. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas, com duração de cerca de 15 minutos, por meio de uso de ferramentas virtuais de videoconferência, que serão gravadas e transcritas posteriormente.

Encaminho em anexo "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" para assinatura e aguardo retorno com sugestão de data para o agendamento da entrevista, caso aceite participar da pesquisa.

Sugestão de data:

- xxxx-feira, dia xx/xx às xx:xx horas;
- xxxx-feira, dia xx/xx às xx:xx horas.

Agradeço desde já a atenção.

Atenciosamente,

APENDICE 4 – E-MAIL ENVIADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA: COMUNIDADE EXTERNA ENVOLVIDA EM PROJETO DE EXTENSÃO

Prezado(a) Professor(a) xxxxx,

Meu nome é Carina Maia de Castro Mundim, sou estudante de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Estou entrando em contato a partir da indicação do(a) professor(a) xxxx, Coordenadora do projeto de Extensão: “xxxx”,

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa "Concepções e Práticas da Extensão Universitária na Universidade de Brasília" sob minha responsabilidade e orientação da professora Cláudia Maffini Griboski.

O objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição da extensão para a formação dos estudantes a partir das concepções dos atores envolvidos e práticas desenvolvidas nos projetos de extensão do IE/UnB. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas, com duração de cerca de 15 minutos, por meio de uso de ferramentas virtuais de videoconferência, que serão gravadas e transcritas posteriormente.

Encaminho em anexo "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" para assinatura e aguardo retorno com sugestão de data para o agendamento da entrevista, caso aceite participar da pesquisa.

Sugestão de data:

- xxxx-feira, dia xx/xx às xx:xx horas;
- xxxx-feira, dia xx/xx às xx:xx horas.

Agradeço desde já a atenção.

Atenciosamente,

APENDICE 5 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: COORDENADOR(A) DE PROJETO DE EXTENSÃO

Informações gerais:

- Nome:
- Formação:
- Nome do projeto de extensão:
- Ano de ingresso no projeto de extensão:

Dimensão “Concepção de extensão universitária”:

- Poderia falar a respeito do seu projeto de extensão?
- Existe relação entre o projeto de extensão universitária e o projeto pedagógico do curso?
De que maneira se dá essa relação?
- Qual a relação do projeto de extensão com a política de extensão da universidade?
Participa de outras ações de extensão na universidade?

Dimensão “Função da extensão universitária”:

- Quais as contribuições do seu projeto de extensão para a formação dos estudantes de graduação?
- Qual o perfil dos estudantes envolvidos com a extensão?
- Quais as contribuições da extensão para o público externo?

Dimensão “Inserção da extensão no currículo do curso”:

- Como vem sendo feita a inserção curricular da extensão em seu departamento?
- As atividades de extensão são reconhecidas e integralizadas no currículo do curso?
- Como a curricularização impactou em seu projeto de extensão?
- A curricularização da extensão já está sendo avaliada no departamento? De que maneira?

Informações adicionais:

- Poderia indicar alunos atuantes no projeto para participar desta pesquisa?
- Poderia indicar professores das escolas que são atuantes no projeto para participar desta pesquisa?

APENDICE 6 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO PARTICIPANTE DE PROJETO DE EXTENSÃO

Informações gerais:

- Nome:
- Curso:
- Semestre:
- Nome do projeto de extensão:
- Há quanto tempo atua do projeto?

Dimensão “Concepção de extensão universitária”:

- Poderia falar da sua atuação no projeto?
- O que te motivou a participar do projeto de extensão?
- Você conhece a política de extensão da UnB? Participa de outras ações de extensão na Universidade?

Dimensão “Função da extensão universitária”:

- Quais foram as contribuições do projeto para a sua formação?
- Quais as contribuições da extensão para o público externo?

Dimensão “Inserção da extensão no currículo do curso”:

- A extensão está presente no currículo do seu curso? Como?
- Você consegue perceber a articulação entre extensão, ensino e pesquisa no projeto? De que modo?
- A sua participação no projeto resultou em alguma publicação conjunta (artigo, livro, resenha, entre outras)?

APENDICE 7 – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: COMUNIDADE EXTERNA ENVOLVIDA EM PROJETO DE EXTENSÃO

Informações gerais:

- Nome:
- Formação:
- Escola:
- Há quanto tempo dá aula nesta escola?
- Disciplina lecionada:
- Séries dos alunos participantes:
- Participa de qual projeto do IE?

Dimensão “Concepção de extensão universitária”:

- Poderia falar da sua atuação e da atuação dos seus alunos no projeto?
- O que te motivou a participar do projeto de extensão?
- Você conhece a política de extensão da UnB? Qual a sua concepção sobre ela?
- Qual o alcance dessa política de extensão da UnB para a comunidade? Ela cumpre o seu papel?

Dimensão “Função da extensão universitária”:

- Quais foram as contribuições do projeto para a sua escola e para sua turma?
- A sua participação no projeto resultou em alguma publicação conjunta (artigo, livro, resenha, entre outras)?